



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS NO JORNALISMO

HOSANA TENÓRIO DOS ANJOS

**“COLUNA TELEVISÃO” E A PRÁTICA DISCURSIVA DE SIMPLÍCIO DE SOUSA
MENDES NO JORNAL FOLHA DA MANHÃ (1958-1964)**

TERESINA– PI
2019

HOSANA TENÓRIO DOS ANJOS

**“COLUNA TELEVISÃO” E A PRÁTICA DISCURSIVA DE SIMPLÍCIO DE SOUSA
MENDES NO JORNAL *FOLHA DA MANHÃ* (1958-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Área de concentração: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nilsângela Cardoso Lima

TERESINA– PI

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

HOSANA TENÓRIO DOS ANJOS

“COLUNA TELEVISÃO” E A PRÁTICA DISCURSIVA DE SIMPLÍCIO DE SOUSA MENDES NO JORNAL *FOLHA DA MANHÃ* (1958-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Dissertação Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima
Presidente

Dr. Gustavo Fortes Said - UFPI
Examinador interno

Dra. Marylu Alves de Oliveira – UFPI
Examinador externo

Dra. Rosângela Assunção – UESPI
Examinador externo

A meus avós, Luzia e Zezito (*in memoriam*).

O amor e o cuidado de vocês me ensinaram que vale apenas se doar por aqueles que amamos.

A meus pais, Lusinete e Ivanildo.

A vocês, dedico toda a minha gratidão pelas inúmeras renúncias pessoais que fizeram para investirem em minha formação.

À minha irmã, Neilly.

A você, minha pequena, dedico todo o amor que possa existir dentro de mim.

Ao Flávio, meu companheiro de vida, obrigada por todo carinho e cuidado.

A você, todo o meu amor.

A todos os sonhadores que não desistem de lutar pelo que acreditam mesmo diante dos obstáculos da vida.

O sonho é um fio de luz que surge em nossos corações e cabe somente a nós mantê-lo aceso.

AGRADECIMENTOS

O mestrado sempre foi um grande sonho, que por diversas vezes pareceu muito distante, mas eu sabia que não era impossível. Esse sonho surgiu logo no início da graduação, para ser mais precisa, foi no meu primeiro dia de aula na UESPI, quando a minha querida professora Jaqueline Cardoso me perguntou em qual área do Jornalismo ou da Relações Públicas eu desejaria seguir. Naquele momento, sem nenhuma dúvida eu respondi. “Quero seguir pela carreira acadêmica, quero ser professora”. E foi durante os meus cinco anos e meio de graduação (Hab. em Jornalismo e RP) eu que comecei a ir atrás do meu sonho. O campus não tinha estrutura e isso não é exagero da minha parte, não tínhamos sequer salas de aula, no segundo período da graduação cheguei a assistir aula em três diferentes escolas espalhadas na cidade Picos (PI), pois o prédio havia caído um ano antes do meu ingresso na universidade, graças a Deus hoje a UESPI possui prédio próprio em Picos (PI). Como falei, não tínhamos estrutura de materiais, mas graças ao empenho dos nossos professores tive a oportunidade de ter os primeiros contatos com grupos de pesquisa, e consegui ser bolsista de um projeto de extensão em jornalismo comunitário, com isso veio os primeiros artigos e o sonho do mestrado continuou vivo em mim.

Sonho este que iniciou em março de 2017. Foram momentos incríveis, sem medidas para agradecer tudo o que eu aprendi durante as aulas, graças aos professores com os quais eu paguei disciplinas tive a oportunidade de conhecer pesquisas totalmente diferentes do que eu já havia estudado antes. Mas também não foi fácil, existiu momentos em que pensei que não iria conseguir cumprir com tudo aquilo que me era exigido, no entanto, desistir nunca foi uma opção para mim. Acredito que o maior desafio foi mudar totalmente o projeto de pesquisa com o qual eu havia sido aprovada no programa, afinal eu nunca havia estudado sobre a história da imprensa piauiense, a grade curricular da UESPI não contemplava esta disciplina. Confesso que eu fiquei com muito medo, até que em uma das aulas do professor Gustavo Said ele me falou. “Esteja aberta a aprender algo novo, e aproveite o tempo do mestrado para isso”. Pronto! Depois disso tudo mudou, o medo de não conseguir fazer a dissertação, ainda existia, mas aquelas palavras me encorajaram e eu comecei a trilhar minha pesquisa, e claro que eu contei com muita ajuda para chegar até aqui. Por isso, se faz necessário agradecer.

Agradeço, imensamente a Deus por manter minha saúde física e mental durante essa jornada. Eu sempre tive a certeza que o Senhor está ao meu lado.

À minha família por me ensinarem a ser perseverante mesmo, quando os meus olhos só enxergavam o impossível. A vocês, todo o meu amor.

Ao meu noivo e futuro esposo, Flávio. Sem medidas para agradecer tudo o que você faz por mim, por nós, pelos nossos sonhos. Obrigada por me incentivar a seguir em busca dos meus sonhos! Te amo.

À Andréia, ao Natanael e a Karen que não apenas dividiram o AP comigo durante esses dois anos em Teresina (PI), mas também dividiram a vida. Obrigada por tudo, nunca irei esquecer do que vivemos durante esse período.

Ao Grupo de Oração Frutos do Espírito que me acolheram com tanto carinho. Obrigada a todos os membros do grupo pelas orações!

O mestrado também me proporcionou estudar com pessoas incríveis e eu não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de turma: Antônio, Diego, Edison, Émille, Maria, Marcela, Rute, Samantha, Sâmia e Vanessa. Sou grata pela convivência, pelas gargalhadas e sobretudo pelo companheirismo nos momentos difíceis.

De fato, os amigos nos fortalecem e confortam a nossa alma. Por isso, não poderia deixar de agradecer aos meus amigos da graduação: Clebson, Ingrid, Jéssika, Paula e Railton, que apesar da distância sempre me enviaram energias positivas para que eu pudesse concluir essa pesquisa.

Aos meus amigos Amanda, Antônio, Dayanne, Diego, Fabiana, Ivan, João, Janaina, Nayanne, Rafael, Verânia e Vanessa. Obrigada pelo incentivo e carinho durante essa trajetória do mestrado, vocês foram primordiais para que eu conseguisse concluir mais uma etapa da minha vida. Gratidão imensa.

À minha orientadora, Nilsângela Cardoso. Querida Nil, não tenho palavras para expressar o quanto sou grata por cada ensinamento, por sua paciência em me ensinar, pelos inúmeros livros emprestados, pelas centenas de e-mails com orientações para melhorar a dissertação. Por compreender minhas limitações, por sempre me tratar com gentileza e carinho, por chamar minha atenção nos momentos que eram necessários e sobretudo por sua humildade de coração, sempre tratando todas as pessoas que passam por sua vida da mesma maneira, sem distinção. E claro, obrigada por me apresentar a história de Simplício Mendes, figura fascinante do nosso jornalismo piauiense que merece sempre ser lembrado. Gratidão, minha eterna orientadora.

A todo o corpo docente do PPGCOM. em especial aos professores com os quais eu tive a oportunidade de pagar disciplinas: Ana Regina, Cristiane Portela, Gustavo Said, Monalisa Xavier, Paulo Fernando, Samantha Castelo Branco.

Aos meus professores da UESPI. Obrigada por todo incentivo durante a graduação, vocês foram muito importantes na minha formação!

Ao professor Luiz Grijó, e ao Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS/IFPI), bem como aos alunos do programa por me acolherem tão bem na disciplina que paguei como aluna especial. As discussões vivenciadas nas aulas durante aqueles dias foram essenciais para a realização desta pesquisa.

A professora Ana Regina e a professora Marylu Oliveira. Pesquisadoras, as quais eu admiro e que muito contribuíram no meu exame de qualificação, sou grata por todas as sugestões.

Aos membros da secretaria do PPGCOM, dona Fátima e Mário que sempre me receberam carinhosamente.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí que me auxiliaram na procura das edições da *Folha da Manhã*. Foram meses intensos de digitação e coletas dos dados. Sem a ajuda de vocês minha pesquisa não teria se tornado viável.

À CAPES, que financiou meu último ano de mestrado. Graças a esse financiamento pude me dedicar exclusivamente à minha pesquisa.

Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.

(Provérbios 16:3)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa do jornal Folha da Manhã de 1963.....	36
Figura 2: Capa do jornal Folha da Manhã de 1958.....	36
Figura 3: Nota sobre a compra do jornal <i>O Dia</i> do dia 10 de novembro de 1963.....	39
Figura 4: Nota sobre a mudança da redação do jornal <i>O Dia</i> do dia 13 de dezembro de 1963.....	39
Figura 5: Capa do Jornal Folha da Manhã do dia 5 de setembro de 1958.....	44
Figura 6: Coluna “Televisão” do ano de 1958.....	54
Figura 7: Coluna “Televisão” do ano de 1963.....	54
Figura 8: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1959	56
Figura 9: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1961	56
Figura10: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1962	56
Figura 11: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1964	56

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

- APL - Academia Piauiense de Letras
- ABI - Associação Brasileira de Imprensa
- API - Associação Piauiense de Imprensa
- ANL - Aliança Nacional Libertadora
- APJP - Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí
- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- CONCLAP - Conselho Nacional das Classes Produtoras
- DER - Departamento de Estradas de Rodagem
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IAEE - Instituto de Águas e Energia Elétrica
- JK - Juscelino Kubitschek
- MED - Movimento de Educação de Base
- PR - Partido Republicano
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- PSD - Partido Social Democrático
- PSP - Partido Social Progressista
- PTN - Partido Trabalhista Nacional
- PCB - Partido Comunista do Brasil
- PDC - Partido Democrata Cristão
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PST - Partido Social Trabalhista
- SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
- TJ - Tribunal de Justiça

UDN - União Democrática Nacional

UPES - União Piauiense dos Estudantes Secundaristas

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise da coluna “Televisão” assinada por Simplício de Sousa Mendes e que foi publicada no jornal *Folha da Manhã* no período de 1958 a 1964. Analisa-se os discursos relacionados à política partidária que ganharam visibilidade na coluna “Televisão” assinada por Simplício Mendes no período de 1958 a 1964, especialmente, as ações administrativas do governador Chagas Rodrigues, eleito em 1958 pela coligação PTB-UDN. O aporte teórico-metodológico se fundamenta na Análise de Discurso, na perspectiva de Pêcheux (1997), Gregolin (1995) e Orlandi (1994; 1995; 1998; 2007); e na teoria do jornalismo tendo como base Bond (1962), Karam (2009), Melo (1985), Ruellan (2006), dentre outros. A partir da análise do material empírico, verifica-se que Simplício Mendes dedicou boa parte de sua coluna “Televisão” para a produção de críticas ao governo de Chagas Rodrigues, podendo ser apontado dois momentos: inicialmente apresentava o chefe do executivo estadual de forma positiva; mas, logo depois do rompimento entre os partidos PTB e UDN, em 1961, a produção discursiva muda completamente, à medida que o colunista faz uso de uma linguagem combativa para desqualificar o governador. Tal produção discursiva é analisada tendo como referência os elementos sócio-históricos, linguísticos e ideológicos, sobretudo, quando se leva em consideração o lugar de fala de Simplício Mendes e sua condição de latifundiário, magistrado, intelectual e político piauiense. Assim, passando a atacar o governo de Chagas Rodrigues por considerá-lo comunista e apoiador da Reforma Agrária no Piauí; fez defesa da UDN, partido em que era filiado, e fez ataques diretos ao PTB e seus correligionários após o rompimento da aliança partidária firmada entre os partidos em 1958.

Palavras-Chave: História da Imprensa. Jornalismo. Análise de Discurso. Coluna “Televisão”. Política Partidária.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the column "Television" signed by Simplício de Sousa Mendes and that was published in the newspaper *Folha da Manhã* in the period from 1958 to 1964. It is analyzed the speeches related to party politics that gained visibility in the column "Television" signed by Simplício Mendes in the period from 1958 to 1964, especially, the administrative actions of governor Chagas Rodrigues, elected in 1958 by the PTB-UDN coalition. The theoretical-methodological contribution is based on Discourse Analysis, from the perspective of Pêcheux (1997), Gregolin (1995) and Orlandi (1994, 1995, 1998; 2007); and in journalism theory based on Bond (1962), Karam (2009), Melo (1985), Ruellan (2006), among others. From the analysis of the empirical material, it is verified that Simplício Mendes dedicated a good part of his column "Television" to the production of criticisms to the government of Chagas Rodrigues, being able to be pointed out two moments: initially presented the head of the state executive in a positive way; but shortly after the breakup between the PTB and UDN parties in 1961, the discursive production changes completely, as the columnist makes use of a combative language to disqualify the governor. Such discursive production is analyzed with reference to the socio-historical, linguistic and ideological elements, especially when one takes into account the place of speech of Simplício Mendes and his status as landowner, magistrate, intellectual and Piauiense politician. Therefore, attacking the government of Chagas Rodrigues for considering him communist and supporter of Agrarian Reform in Piauí; made a defense of the UDN, a party in which he was affiliated, and made direct attacks on the PTB and its coreligionists after the breakup of the party alliance signed between the parties in 1958.

Keywords: History of the Press. Journalism. Discourse Analysis. "Television" column. Party Politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. O JORNAL PIAUIENSE FOLHA DA MANHÃ E A COLUNA “TELEVISÃO”	25
2.1 Estruturação e modernização da imprensa na década de 1950 do século XX	25
2.2 A imprensa no Piauí	30
2.3 <i>Folha da Manhã</i> : história e campanhas eleitorais	33
2.4 O criador e a criatura: Simplicio de Sousa Mendes e a Coluna “Televisão”	48
2.4.1 <i>Simplicio de Sousa Mendes e seu ingresso no jornalismo piauiense</i>	48
2.4.2 <i>Coluna “Televisão”: imaginário tecnológico e o jornalismo de opinião</i>	52
3 SIMPLÍCIO MENDES E SUA PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O JUDICIÁRIO, O ANTICOMUNISMO E A POLÍTICA PARTIDÁRIA NA COLUNA “TELEVISÃO”	59
3.1 Coluna “Televisão” como Tribunal de Simplicio Mendes para a promoção da “ordem moral e ética” dos juízes piauienses	59
3.2 “Agitadores e agitação social no Piauí”: o discurso anticomunista de Simplicio Mendes	70
3.3 Simplicio Mendes e sua autorreferência como personalidade política formada pela “moralidade” e a “justiça”	90
4 CHAGAS RODRIGUES NA COLUNA “TELEVISÃO”	105
4.1 Simplicio Mendes e suas primeiras impressões sobre Chagas Rodrigues	107
4.2 O ‘fiasco’ do governo Chagas Rodrigues na coluna “Televisão”	117
4.2.1 <i>A imagem do “descontrole financeiro”, da “falta de ética” e do “descaso com os piauienses” (re) produzida pela coluna “Televisão”</i>	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	151

1 INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento da imprensa está relacionada não só ao crescimento econômico e tecnológico, como também aos fatores políticos e socioculturais de cada país. No Brasil, sobretudo na virada do século XIX para o século XX, a imprensa passou por uma série de modificações em suas estruturas de produção e circulação de informação em decorrência do processo de industrialização nacional, da implantação do modelo de jornalismo norte-americano e do processo de profissionalização dos jornalistas, dentre outras. De acordo com Barbosa (2007, p. 21), a imprensa do Rio de Janeiro, na época capital do país, foi uma das primeiras a passar por essas transformações. A inserção de novos aparelhos no mercado, tais como “o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguereótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX”. O telégrafo, por sua vez, se destacou como uma ferramenta utilizada pelos jornais na distribuição de informações em todo território nacional, assim como as máquinas linotipo que alteraram a produção dos jornais impresso, como assegura Barbosa (2007):

Máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores (BARBOSA, 2007, p. 22).

Essas transformações atingiram diretamente a noção de tempo e espaço, diminuindo as “fronteiras” da informação, de forma a criar uma interligação mais próxima entre os conteúdos circulados e sua distribuição. É inegável a importância das novas tecnologias para o processo de modernização da imprensa brasileira.

Para Sodré (2011), as mudanças socioeconômicas foram importantes para o desenvolvimento da imprensa brasileira, que passou de uma estrutura “artesanal” para “industrial”, configurando-se como empresa nos moldes capitalistas. Entretanto, a passagem da pequena imprensa para grande imprensa não foi suficiente para romper com os laços políticos e partidários historicamente firmados, de maneira que a preocupação dos jornais na primeira metade do século XX ainda era o “fato político”¹, tema da maioria

¹ De acordo com Sodré (1983, p. 277), “a preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as

das matérias publicadas na imprensa do país.

Na década de 1950, a maioria dos jornais ainda deixava nitidamente registrada as marcas da ligação existente entre os donos desses periódicos e os partidos políticos, o que afetava diretamente na produção discursiva de caráter opinativo e doutrinário. Tal prática, ainda era resquício do modelo de jornalismo francês adotado inicialmente pelo jornalismo brasileiro. Abreu (1996, p. 15) esclarece que “esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60” do século XX. Analisando o jornalismo brasileiro no período de transição da imprensa, a autora afirma que as discussões políticas continuavam dominando as páginas dos jornais. Isso se explica por que a maioria dos proprietários de jornais eram políticos ou mantinham ligações diretas com partidos políticos.

Esse comportamento fica mais evidente, quando se analisa os grupos que dominam a imprensa no Brasil. Historicamente, os jornais surgiam ligados aos grupos de poder para ser usados como seus porta-vozes, arma política e para extensão das discussões travadas nas tribunas. Por isso, mesmo com o processo de modernização da imprensa e do jornalismo nos anos 1950, ainda é possível observar os laços existentes entre os meios de comunicação e o poder político e econômico e isso reflete diretamente na prática jornalística.

No caso do Piauí, não foi diferente. Ainda no final da década de 1950 e início dos anos 1960, verifica-se o surgimento de jornais vinculados aos grupos políticos e/ou partidos políticos. Embora os jornais trouxessem em seu bojo um tipo de jornalismo informativo e os próprios jornalistas discutissem sobre a importância da objetividade e da neutralidade como regra fundamental para a produção das notícias, na prática nem sempre acontecia. O jornal *Folha da Manhã* e a coluna “Televisão”, assinada por Simplício de Sousa Mendes, exemplifica bem a prática deste tipo de jornalismo no Piauí.

Nesse sentido, o objetivo geral delinea-se em analisar os discursos relacionados à política partidária que ganharam visibilidade na coluna “Televisão” assinada por Simplício de Sousa Mendes no período de 1958 a 1964. Com isso, os objetivos específicos são: contextualizar o surgimento do jornal *Folha da Manhã* e entender sua relação com os

questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo”

políticos vinculados ao partido da UDN; analisar como o cenário político partido no período de 1958 a 1964 era apresentado por Simplício Mendes na coluna “Televisão” e compreender como a imagem do governador do Piauí Chagas Rodrigues, eleito pela coligação PTB-UDN nas eleições de 1958, foi construída a partir do discurso jornalístico de Simplício Mendes.

A coluna “Televisão”, assinada por Simplício Mendes, foi publicada pela primeira vez no jornal *Folha da Manhã* em 1957, e, desde então, passou a produzir textos de cunho opinativo sobre diversas temáticas, dentre elas os acontecimentos políticos partidários do Brasil e do Piauí. A partir da pesquisa realizada nas edições do jornal *Folha da Manhã*, no Arquivo Público do Estado do Piauí, sabe-se que, pelo menos, até janeiro de 1964, Simplício Mendes manteve sua coluna em uma das páginas do impresso. Material que até o momento mantém-se inexplorado, o que motivou a realização do presente estudo, o qual busca analisar os discursos publicados pelo colunista no período de 1958 a 1964².

Simplício Mendes era um renomado intelectual, presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), desembargador, latifundiário, professor da Faculdade de Direito do Piauí e uma forte liderança política da União Democrática Nacional (UDN) no estado do Piauí, partido em que era filiado. Desde cedo, iniciou no jornalismo piauiense, geralmente, publicando matérias sobre a situação política partidária do Estado. Tais dados não são novidades, quando se analisa a função do cargo de jornalista no Brasil e no Piauí que, até a segunda metade do século XX, era ocupado por pessoas oriundas do Direito ou diplomados em outras áreas, como era o caso de Simplício Mendes advindo do judiciário. Desde o século XIX, no Brasil, ser jornalista era ocupar um cargo de prestígio, como avalia Barbosa (2010):

Oriundos em grande número das faculdades de Direito, os que ocupam cargos de prestígio ou os que são redatores e repórteres nos jornais diários fazem, na maioria das vezes, da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, “cavar” um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia (BARBOSA, 2010, p. 141).

Barbosa (2010) acrescenta que o jornalismo era utilizado para galgar cargos

² A análise da coluna não se inicia no ano de 1957 porque os jornais desse período estão lacrados no Arquivo Público do Piauí.

políticos, além de mecanismo de articulações políticas, onde, através da escrita, esses intelectuais faziam circular suas ideias e opiniões e, inclusive, legitimarem-se enquanto intelectuais. Dessa forma, muitos jornalistas faziam uso da imprensa local para estabelecer conceitos, dentro dos critérios do lugar institucional de onde falavam.

A coluna “Televisão”, portanto, tornou-se um local reservado do jornal *Folha da Manhã* para que Simplício Mendes construísse discursos sobre os aspectos políticos partidários piauiense através da imprensa. Com isso, entende-se que de algum modo a coluna foi importante para o jornal, tanto que se manteve nas publicações em um largo período de tempo tratando de temas espinhosos sobre a política no Piauí, emitindo sua opinião e colocando em pauta aquilo que ele considerava irregularidades e problemas a serem resolvidos no Estado. Ou seja, era de interesse da linha editorial do jornal *Folha da Manhã* manter uma coluna de opinião que fizesse críticas e apoios sobre a situação política e partidária do Piauí, sobretudo, por ser um órgão sustentado por políticos filiados à UDN.

A partir do exposto é que se apresenta a problemática da pesquisa: Como o cenário político partidário piauiense é construído discursivamente na coluna “Televisão” por Simplício de Sousa Mendes no período de 1958 a 1964? Tendo como partida tal questionamento, entende-se que a coluna “Televisão”, assinada por Simplício Mendes, pode ser considerada uma coluna de política do jornal *Folha da Manhã*, haja vista sua forte atuação na área. O título “Televisão”, que dá identidade à coluna de Simplício Mendes, por um lado, refere-se à ideia de modernização do jornalismo piauiense, frente as modificações ocorridas na imprensa do Piauí na década de 1950 e 1960 do século XX, por outro, remete à ideia de construção da imagem dos fatos políticos e partidários através do discurso de sua autoria.

O material empírico da pesquisa é, especialmente, as colunas publicadas por Simplício Mendes no jornal *Folha da Manhã* no período de 1958 a 1964. As edições do jornal encontram-se no acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, localizado na cidade de Teresina (PI). Não foram possíveis acessar os exemplares de 1957, por não apresentarem condições de manuseio, por este motivo o recorte temporal inicia em 1958. Analisa-se, preferencialmente, o discurso publicado na coluna “Televisão”, embora tenha sido feita a consulta do jornal *Folha da Manhã* como um todo por entender que o conteúdo da coluna acompanhava a pauta das demais matérias que eram publicadas pelo periódico sobre os aspectos políticos partidários nacional e local.

No processo de constituição do discurso jornalístico a opinião produzida carrega

em si uma série de fatores internos e externos que acabam se interligando entre opinião e informação. Considerando que o interesse deste estudo é especificamente a coluna de opinião no jornal impresso, que se caracteriza como um espaço fixo em uma das páginas do jornal, como define Melo (1985). Para o autor, o gênero opinativo deve ser entendido em quatro partes, as quais ele considera núcleos de opinião, sendo elas: a empresa; o jornalista; o colaborador e o leitor.

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparece oficialmente no *editorial*. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de *comentário*, *resenha*, *coluna*, *caricatura* e eventualmente *artigo*. A opinião do colaborador, geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural, expressa-se sob a forma de *artigos*. A opinião do leitor encontra expressão permanente através da *carta* (MELO, 1985, p. 78).

Nesse panorama apresentado por Melo (1985), pode-se observar estruturalmente os “espaços” de opinião distribuídos no suporte jornalístico impresso, sendo que cada um possui suas características intrínsecas, os quais contém como ponto universal de sua produção jornalística, a opinião.

Melo (1985) ressalta a importância de se distinguir o gênero opinativo do gênero informativo, defendendo que sua divisão não causa distorções conceituais. Para tanto, o autor as separa em duas vertentes: a primeira de cunho profissional que está associada ao próprio exercício do jornalista, ao registrar e divulgar acontecimentos, além de emitir opiniões, *dentro dos padrões normativos da empresa em que trabalha*; a segunda de ligação política, estando associada a atuação jornalística em um viés opinativo, onde o profissional de imprensa produz suas matérias *em uma intencionalidade direcionada*. O autor assegura que as divisões do jornalismo em categorias não interferem no processo interativo de produção e argumenta que:

Narrar os fatos e expressar as ideias segundo os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não altera fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade que tem acesso ao universo temático e contudístico manufaturado continuamente. O reconhecimento da existência de duas *categorias* fundamentais no jornalismo obtém o consenso dos profissionais e

estudiosos da área, independentemente das concepções ideológicas que assumem ou do modo de produção econômico que caracteriza a sociedade respectiva (MELO, 1985, p. 16).

Para Melo (1985), essa divisão do jornalismo em informativo e opinativo não afeta o processo de interligação noticiosa entre o jornalismo enquanto instituição e seu público enquanto consumidor. Sobretudo, porque essa divisão em categorias já se estabeleceu formalmente no campo de estudo do jornalismo, independente das concepções ideológicas e conjunturas econômicas que permeiam o limiar social.

Bond (1962) destaca que com a transição jornalística no século XX, os textos opinativos, ganharam caráter informativo, o que causou um certo desconforto a muitos leitores, que com o surgimento da coluna se identificaram com seu aspecto pessoal e opinativo. É neste período que o jornal ganha caráter mercadológico/industrial. Com isso, as matérias que antes eram escritas somente por uma pessoa, no caso o próprio dono do jornal, passaram a ser produzidas por uma equipe editorial e publicadas sem a assinatura do jornalista. Não obstante, Bond (1962), ainda explica que o surgimento da coluna se deu pela necessidade dos leitores que reivindicavam pela permanência do jornalismo pessoal. Ou seja, “os leitores dessas primeiras folhas anônimas, provavelmente, consideravam-nas frias e impessoais; sentiam a falta do calor e do vigor pessoal. Neste sentido, aprovavam o retorno do “pessoal”, com o colunista” (BOND, 1962, p. 239).

Nesse mesmo aspecto, segundo Melo (1985), o surgimento da coluna correspondia à emergência de um tipo de jornalismo pessoal praticado no jornalismo brasileiro de cunho ideológico, doutrinário e partidário.

Entende-se que o discurso jornalístico é construído a partir da linha editorial e dos interesses sociais, econômicos, culturais, políticos etc. do jornal e/ou do jornalista. Tais fatores implicam diretamente na produção de sentido que cada jornal publica na forma de notícia. Assim, para se compreender o processo de construção do discurso de caráter opinativo e de conteúdo político de Simplício Mendes através da coluna “Televisão”, lançou-se mão da teoria e metodologia da Análise de Discurso, tendo como referência Pêcheux (1997), Gregolin (1995) e Orlandi (1994; 1995; 1998; 2007). Nesta dissertação, a análise centra-se com maior grau de aprofundamento nas contribuições teóricas de Eni Orlandi, cuja proposta de análise perpassa pelos processos sociais de constituição do discurso por meio da historicidade, da linguística e da ideologia.

De linha francesa, os autores citados acima concebem o discurso por meio de um conjunto de processos no qual promove uma descentralização da linguística, assim o

objeto a ser analisado não é apenas um objeto linguístico, mas também sócio-histórico. A partir desses aspectos Orlandi (1995), explica sobre a constituição do sentido em um texto.

Passando, pois, para minha filiação teórica específica, eu diria que as palavras não significam em si. É o texto que significa. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significante. É assim que, na compreensão do que é texto, podemos entender a relação com o interdiscurso, a relação com os sentidos (os mesmos e outros). Mas posso chegar mais perto daquilo que é minha proposta na análise da linguagem: o texto é um objeto histórico. Histórico aí não tem o sentido de ser o texto um documento, mas discurso. É a partir dessa definição que tenho procurado entender o que é o texto para análise de discurso francesa (ORLANDI, 1995, p. 111-112).

Para Orlandi (1995), as palavras somente ganham significado a partir do texto, e isoladamente, só conseguem se sustentar se tiverem textualidade, de modo que sua interpretação tenha derivado de um discurso, já o texto constitui-se por suas relações de sentidos a partir da condição histórica em que é produzido.

Pêcheux (1997) explica que para analisarmos um discurso é necessário entender sua estruturação a partir de três regiões do conhecimento, o materialismo histórico que está vinculado ao sistema social e suas modificações históricas, na qual é compreendida pela ideologia de cada classe. A linguística, constituída pelos mecanismos sintáticos e pelos enunciados e, por último, a teoria do discurso em si, sendo constituída pela história dos processos semânticos.

1.o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 1997, p. 163-164).

Pêcheux (1997) acrescenta que essas áreas do conhecimento são atravessadas pela subjetividade, de condição psicanalítica que leva em consideração os efeitos causados nos sujeitos após consumirem um texto. Neste caso, os sentidos produzidos em um determinado enunciado reagem de diferentes formas no consumidor deste discurso, uma

vez que cada sujeito possui sua própria subjetividade.

Pêcheux (1997) ainda destaca que a formulação do discurso a partir da perspectiva ideológica³ é constituída por representações de uma determinada classe social. Deste modo, a linguagem em sua última instância é composta pela formação ideológica e mecanismos de produção do discurso. Como uma sociedade é permeada por várias ideologias, cada uma corresponde a uma formação discursiva, sendo importante levar em conta a época em que o discurso foi elaborado.

A partir do referencial teórico proposto, entende-se que a produção discursiva de Simplício Mendes na coluna “Televisão” publicada pelo jornal *Folha da Manhã* não se desvincula do seu lugar social ao qual está inserido e da sua ideologia de classe. Através da imprensa, Simplício Mendes se posicionou contrário ao comunismo e a Reforma Agrária, isto é, enquanto rico latifundiário foi defensor dos proprietários de terras. Essa ideologia presente no discurso de Simplício Mendes também é verificada em seus discursos favoráveis aos princípios partidários da UDN, partido em que era filiado, de forma que o colunista combatia pela imprensa todos os partidos e políticos opositores ao udenismo. Para Simplício Mendes, a política partidária praticada pela UDN, cujas bases estavam enraizadas no moralismo social, político e jurídico eram parâmetros políticos a serem seguidos. Portanto, compreende-se que os discursos de Simplício Mendes são instituídos por seus processos sociais, históricos e ideológicos vivenciados ao longo de sua trajetória de vida, aos quais foram materializados no jornal *Folha da Manhã* através da coluna “Televisão”.

Nesta perspectiva, a dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo “O jornal piauiense *Folha da Manhã* e a coluna “Televisão”” encontra-se organizado em quatro tópicos. No primeiro, intitulado “Estruturação e modernização da imprensa na década de 1950 do século XX”, faz-se uma abordagem sobre as modificações vivenciadas pela imprensa brasileira na década de cinquenta do século XX e o processo de modernização nas redações. O segundo, “A imprensa no Piauí”, apresenta uma contextualização do desenvolvimento da imprensa no Piauí e sua ligação entre a política e os jornais locais, dando ênfase ao surgimento do jornal *Folha da Manhã*, assunto abordado no terceiro tópico “*Folha da Manhã*: história e campanhas eleitorais”. O último

³ Pêcheux em *Os mecanismos do (des) conhecimento ideológico* (1996) deixa claro seu posicionamento a respeito das ideologias. Para ele, a ideologia não se faz no campo das ideias, na verdade, ele só acontece através de práticas. Nesse texto, fica evidente a visão materialista do autor. Definida então, como parte do campo das ações, a ideologia está diretamente ligada com a questão das lutas de classes (FREIRE; FERREIRA, [s.d.] p. 02).

tópico, “O criador e a criatura: Simplício de Sousa Mendes e a coluna “Televisão”” trata da formação de Simplício Mendes e seu ingresso na vida política e no jornalismo e, por conseguinte, apresenta a coluna “Televisão”.

O segundo capítulo, denominado “Simplício Mendes e sua produção discursiva sobre o judiciário, o anticomunismo e a política partidária na coluna “Televisão”” foi estruturado em três tópicos. O primeiro, “Coluna “Televisão” como Tribunal de Simplício Mendes para a promoção da “ordem moral e ética” dos juízes piauienses” aborda a atuação de Simplício Mendes na magistratura piauiense, além de analisar as discussões promovidas pelo colunista ao denunciar membros do judiciário de estarem se beneficiando de barganhas políticas por meio de corrupção. O segundo, ““Agitadores e agitação social no Piauí”: o discurso anticomunista de Simplício Mendes” dá visibilidade aos discursos de Simplício Mendes contra o comunismo, sobretudo, apresentando personagens políticos considerados comunistas, assim como seu posicionamento contrário a atuação das Ligas Camponesas no Piauí e a Reforma Agrária. O terceiro, “Simplício Mendes e sua autorreferência como personalidade política formada pela “moralidade” e a “justiça”” apresenta a trajetória política partidária de Simplício Mendes, sua filiação com o partido da UDN, e seus discursos favoráveis aos políticos udenistas e aliados partidários, além dos discursos contrários aos opositores políticos da UDN.

O terceiro e último capítulo intitulado “Chagas Rodrigues na coluna “Televisão”” é ordenado em dois tópicos. O primeiro, “Simplício Mendes e suas primeiras impressões sobre Chagas Rodrigues”, analisa a produção discursiva de Simplício Mendes sobre o governo de Chagas Rodrigues nos dois primeiros anos do seu mandato, 1958 a 1960, período em que constrói uma imagem positiva do governador como administrador do bem público, com ênfase para a aliança partidária entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a UDN, e, por conseguinte, ataca discursivamente o governo anterior do Partido Social Democrático (PSD). O segundo, “O ‘fiasco’ do governo Chagas Rodrigues na coluna “Televisão””, trata da produção discursiva de Simplício Mendes logo depois do rompimento do PTB com a UDN, em 1961, momento em que se verifica a publicação de discursos negativos sobre a administração de Chagas Rodrigues. Percebe-se que o afastamento de Chagas Rodrigues da UDN e o fato de não seguir os “conselhos” dos udenistas implicou numa divergência entre as forças políticas do PTB e da UDN, de maneira que o jornal *Folha da Manhã* e o colunista Simplício Mendes iniciou uma campanha contra a “A administração chaguista”. A partir de 1961, observa-se que Chagas Rodrigues é apresentado como um governador “desqualificado” para o Piauí, através de

uma série de denúncias que retratavam uma administração marcada pela desordem financeira e moral.

A partir do exposto, a presente dissertação analisa os discursos de Simplício Mendes publicados na coluna “Televisão”, cujo recorte temporal é de 1958 a 1964, período em que a imprensa e o jornalismo piauiense passavam pelo processo de modernização nas redações dos jornais impressos.

2. O JORNAL PIAUIENSE *FOLHA DA MANHÃ* E A COLUNA “TELEVISÃO”

2.1 Estruturação e modernização da imprensa na década de 1950 do século XX

A primeira metade do século XX é marcada por vários acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que tiveram reflexo direto no desenvolvimento da imprensa no Brasil. Em termos políticos, por exemplo, o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas vedou a existência dos partidos políticos, sendo retomados novamente somente com o fim do seu governo, surgindo os primeiros partidos de caráter nacional na década de 1940 e 1950. Conforme Schmitt (2005), este período se configura como a primeira experiência democrática da política nacional em que aconteceram eleições ininterruptas. Para o autor, “basta mencionar que em nenhum momento anterior de nossa trajetória política e institucional combinaram-se de modo duradouro o sufrágio universal e eleições competitivas, isto é, com efetiva alternância no poder” (SCHMITT, 2005, p. 11).

Na imprensa, especificamente, Abreu (1996) explana que,

foram também tempos de criação de jornais como a *Última Hora* (1951) e *Tribuna da Imprensa* (1949), que introduziram novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa. Foi nessa década que um grupo de jornalistas altamente qualificados do *Diário Carioca*, jornal inovador no uso do *lead* e o primeiro a empregar equipe de copidesque em sua redação, começou a desempenhar papel de formador de novos quadros para a imprensa. Foi nesses anos que se deu a reforma do *Jornal do Brasil*, reforma que teve grande impacto sobre as transformações subsequentes na imprensa brasileira (ABREU, 1996, p. 15)

Abreu (1996) avalia que as modificações técnicas ocorridas na imprensa nos anos 1940 e 1950 que resultaram em inovações no aspecto gráfico, na prática jornalística e na produção da notícia, se deram principalmente com o retorno de alguns jornalistas brasileiros que viveram e trabalharam em jornais nos Estados Unidos. O processo de modernização da imprensa nacional não parou em meados do século XX, ganhando maior evidência no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que, através do Plano de Metas, tinha como objetivo fazer o Brasil crescer cinquenta anos em cinco.

Sobre esse momento do desenvolvimento e modernização da imprensa brasileira no governo de Juscelino Kubitschek, Barbosa (2007) destaca a expansão do campo jornalístico pelas principais redações dos jornais do Rio de Janeiro. Referindo-se a imprensa carioca, Barbosa (2007, p. 149) pontua que “os jornais diários mais importantes da cidade se apressam em se transformar e, o mais importante, construir aquele momento como marco fundador de

transformações decisivas no campo jornalístico” (BARBOSA, 2007, p. 149). Essas transformações estruturais na imprensa atingiram o próprio fazer jornalístico, e foram gradativamente sendo implantadas nas redações dos jornais, promovendo a autonomização do campo jornalístico com relação ao literário e ao político.

Essa transformação na imprensa escrita com relação ao jornalismo de cunho literário e político para o empresarial é assinalada, sobretudo, pela objetividade das matérias jornalísticas. De tal modo, a objetividade “tornou-se o critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico, ocupando paulatinamente o lugar do texto rebuscado, ou mais ‘literário’” (LATTMAN-WELTMAN, 1995, p. 163). A objetividade é requisitada pelos jornalistas como regra de produção das notícias, tendo como característica a imparcialidade na cobertura dos acontecimentos. Esse processo de mudanças de produção jornalística intensificou-se a partir da padronização e organização das notícias, sobretudo, quando o *lead* passou a ser o modelo preponderante para a estruturação dos acontecimentos jornalísticos nas redações dos impressos.

Analisando a imprensa do Rio de Janeiro nos anos 1950, Ribeiro (2003) explica que a notícia passou a ser construída por meio das técnicas norte-americanas, de maneira que o *lead* e a “pirâmide invertida⁴” tornaram-se fundamentais na organização do texto. Assim, a notícia deveria ser construída da seguinte forma: o primeiro parágrafo deveria resumir o fato ocorrido através das seis perguntas básicas: Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? e Por que? Esse método passou a ser considerado regra de redação do jornalismo moderno, pois “o lead veio substituir o ‘nariz de cera’, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor” (RIBEIRO, 2003, p. 149). A autora ainda afirma que essas modificações da produção jornalística correspondiam a uma necessidade de rapidez na produção e no consumo das notícias, sendo reflexo das próprias transformações na sociedade. Isso fez com que os jornais tivessem que se adequar a essas mudanças, o que os tornou mais dinâmicos na construção das notícias e na divulgação de propagandas. Esse dinamismo e ganho de tempo na produção das matérias podem também ser observados pelo uso da “pirâmide invertida” que estrutura a ordem decrescente de relevância dos fatos a fim de que o(s) leitor(es):

[...] tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser

4 Para Canavilhas (2006, p. 02), “recorrendo à técnica da pirâmide invertida, o jornalista organiza a notícia colocando a informação mais importante no início e o menos importante do final, pelo que o leitor apenas pode efectuar a leitura seguindo o roteiro definido pelo jornalista”.

narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto "leitor-médio"). A pirâmide invertida tinha uma dupla função. Além de atender à lógica da leitura rápida, facilitava também o processo de edição, permitindo que, na hora da montagem da página, se "cortasse" o texto pelo final (ponta da pirâmide), sem lhe causar danos de sentido (RIBEIRO, 2003, p. 150).

Para formalizar essas técnicas de produção do texto jornalístico, foram elaborados manuais de redação para ser utilizados como códigos de leis para os redatores e editores do veículo. De acordo com Ribeiro (2003, p. 151), neles haviam regras básicas que norteavam a prática jornalística e a produção de discursos e “as recomendações quanto ao texto – clareza, precisão, concisão, simplicidade, objetividade e imparcialidade – eram as mesmas” para todos os jornais. Porém, a autora esclarece que, de modo geral, haviam regras de redação distintas para cada jornal sendo estabelecida pela linha editorial o que favorecia a construção de uma identidade da empresa jornalística no mercado.

De acordo com Lattman-Weltman (1995), o processo de modernização da imprensa contribuiu para ampliar o uso de recursos editoriais como títulos, manchetes, fotos, ilustrações, logotipos, cores, fundos etc. O autor ainda deixa claro que a utilização dos mecanismos gráficos nas edições se dava pela concorrência existente entre os jornais que, cada vez mais, procuravam novos elementos que chamassem a atenção do público. Com isso, verifica-se que houve o aumento do número de páginas das edições e a diversidade de temas abordados nas matérias publicadas. A variedade de assuntos, inclusive, poderia ser relacionada as estratégias de mercado da empresa jornalística para atrair novos leitores e manter os já existentes.

Na década de 1950, também surgiu o conceito de “primeira página” como mecanismo de hierarquizar a importância das notícias e expor de forma resumida as informações contempladas ao longo da edição. Segundo Ribeiro (2003, p. 151), as “chamadas, pequenos resumos dos principais assuntos do dia, passaram a ser impressos na capa dos periódicos”, ou seja, na “primeira página”. O fotojornalismo também ganhou novos formatos, à medida que o fotojornalista passou a produzir suas fotos a partir da valorização do flagrante. Com a modernização das câmeras e seus acessórios tornou-se possível tirar melhores fotografias, o que contribuiu gradativamente para a substituição das fotos posadas por imagens que valorizassem o momento. “Nesse período, surgiu também um novo conceito de fotojornalismo, baseado na ideia do instantâneo e do flagrante”, como afirma Ribeiro (2003, p. 151-152).

Essas mudanças ocorridas nos principais jornais brasileiros acabaram conferindo ao jornalismo um discurso de fidelização dos acontecimentos publicados, o que, segundo Barbosa

(2007, p. 151), atribuiu a imprensa um “considerável poder simbólico”. Por meio da implantação desses novos elementos na produção da notícia, os profissionais da imprensa construíram um discurso de notoriedade sobre o papel social do jornalista e da missão da imprensa, na qual apenas descreviam os fatos através de recortes que apresentavam uma versão da realidade pautada na verdade dos fatos. Se construía e reforçava, assim, a ideia de que o jornalista era um intérprete isento e objetivo do mundo social, como argumenta Barbosa (2007):

Através da eleição de parâmetros que são construídos como sendo os da modernidade da imprensa – a imagem peculiar de intérpretes isentos e objetivos do mundo social, os jornalistas idealizaram a profissão e o papel que devem ter na sociedade. Essa imagem, divulgada ao extremo e disseminada através de múltiplos discursos, se constitui na memória do grupo forjada por ele mesmo: um jornalismo moderno que entra numa nova fase profundamente diversa de todos os momentos anteriores (BARBOSA, 2007, p. 151).

Conforme Ribeiro (2003), em meados do século XX, os profissionais que atuavam na imprensa em grande parte eram bacharéis, formados principalmente em Direito. Logo, o curso superior em jornalismo foi criado em 1947 pela Fundação Casper Líbero, em São Paulo. Ribeiro (2003, p. 152) assegura que a criação do curso superior na área “permitiu que o jornalismo deixasse de ser um bico, uma ocupação provisória, e que os jornalistas fossem adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos”. Bem como contribuiu não só para a profissionalização dos jornalistas no século XX como para ampliar algumas garantias, como, por exemplo, o aumento salarial.

Na década de 1950, a imprensa brasileira assumia cada vez mais qualidade empresarial e o jornalismo buscava se consolidar como um lugar de neutralidade e objetividade da notícia. O mito da objetividade e da neutralidade era reforçado discursivamente pelos jornalistas, embora na prática a opinião e a parcialidade continuassem presentes na redação. Barbosa (2007) explica que a carga opinativa dos discursos jornalísticos permanecia ainda presentes porque a imprensa e os grupos políticos permaneciam interdependentes. Apesar de o processo de modernização dos jornais propor novas estruturas técnicas e formatos na construção da narrativa jornalística, as relações historicamente existentes entre a imprensa e a política ainda definiam a atuação da imprensa e da prática jornalística brasileira. Muitos jornais continuavam sendo fundados para propagarem ideias dos grupos políticos que os mantinham financeiramente.

Um jornal pode assumir totalmente ou parcialmente uma linha editorial favorável ou contrária a uma determinada ideologia política e a partir daí criar discursos com o propósito de defender ou combater ideias, doutrinas, convicções e opiniões. Desse modo, “um jornal (ou um

grupo de jornais) pode ser também “partido”, “frações de partido” ou “de um determinado partido” (GRAMSCI *apud* BARBOSA, 2007, p. 152).

Para entender a atuação dos jornais no contexto social do Brasil do século XX, Barbosa (2007) os categoriza em dois grupos: os formados pela elite que possui como fundamento comandar uma ideologia geral a partir de partidos afins; e o partido de massas que dispõe de uma posição genérica no cerne político, essas concepções partidárias constituem um campo de articulações entre esses grupos, que centralizam, disciplinam e organizam ideologicamente as ideias, e o público para o qual devem ser difundidas. O jornalista, como elemento responsável por esta articulação intelectual, ganha notoriedade não apenas em função do poder simbólico que desempenha, mas do poder de fato que detém.

De acordo com Ribeiro (2003), muitos jornais impressos ainda possuíam estrutura financeira precária o que os levava a depender de recursos políticos para manter seu funcionamento, na década de 1950, com o desenvolvimento industrial do Brasil, a publicidade começou a ganhar força, mas não o suficiente para que os jornais deixassem de depender do sistema político. Assim, a autora afirma que “não havia, nos anos 1950 (segundo acredito), nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. As duas se adequavam uma à outra, às vezes de uma maneira perfeita, às vezes precariamente” (RIBEIRO, 2003, p. 156).

Apesar de os jornais terem conseguido implantar setores administrativos, de produção e de publicidade em suas dependências, o sistema político continuou como o principal financiador dessas instituições, atuando através de liberações de empréstimos, de incentivos financeiros e de publicidade, por exemplo, isso fazia com que muitos jornais a partir do contexto social e político da época assumissem posições em favor de um determinado partido político para conseguirem sobreviver. Assim, afirma Ribeiro (2003, p. 156), “o apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade”.

A partir deste contexto percebe-se que apesar da utilização de novos equipamentos gráficos nas redações dos impressos, bem como da implantação de novas técnicas de produção textual e da regulamentação da profissão de jornalista a chamada modernidade do jornalismo na década de 1950 era bastante incipiente, de forma que a maioria dos jornais permaneciam ligados a políticos ou partidos e, além disso, o texto opinativo ainda era predominante nas redações desses periódicos.

2.2 A imprensa no Piauí

A imprensa piauiense, não distintamente do contexto nacional, se estabeleceu por uma forte ligação com a política partidária. Rêgo (2003), considera que a imprensa no Piauí nasceu com “lentes” políticas por iniciativa do então presidente da província, Manoel de Sousa Martins, que resolve montar um jornal na tipografia trazida pelo Padre Antônio Fernandes da Silveira. Os primeiros impressos surgem em Oeiras, então capital do Piauí, a exemplo, o jornal *O Piauiense*, tendo seu primeiro exemplar circulado em 15 de agosto de 1832 e designava-se a publicação de atos oficiais do governo.

De acordo com Rêgo (2003), a população piauiense no Segundo Reinado era pequena e formada por poucas pessoas letradas. A maioria das famílias abastadas iniciavam o processo de letramento dos seus filhos em casa e o ensino secundarista, quase sempre, era desenvolvido por professores particulares porque não havia escolas de ensino formais em todo o Estado. As famílias que possuíam condições financeiras de pagar um curso superior e arcar com as despesas de manterem seus filhos fora do Piauí, os enviavam para outras capitais ou para fora do país, como Coimbra. A maioria se formava em Direito ou em Medicina, e alguns se tornavam padres, estes dois últimos em números menores.

A política tornou-se o principal ponto de interesse das famílias abastadas, em que os jovens recém-formados e portadores do título de “doutor” retornavam para o Piauí e logo procuravam formas de ingressar na carreira política para garantir os interesses de suas famílias e do *status quo*. O jornalismo, nesse contexto, era visto como ambiente propício para a divulgação de suas ideias e interesses, mas, também servia como palco de discussões e embates políticos. Havia uma relação de interdependência entre a imprensa e a política. Os grupos familiares “organizam-se em torno de um partido e fundam um jornal, para exercer a função de porta-voz de suas ideias e dos anseios de suas famílias” (RÊGO, 2003, p. 3).

As discussões políticas se faziam presentes nos impressos piauienses. A maioria dos proprietários de jornais eram políticos ou mantinham ligações diretas com partidos políticos. Segundo Oliveira (2007, p. 53), “desde a circulação do primeiro jornal escrito na capital teresinense, em 1853, percebemos que os discursos jornalísticos são significativamente confundidos com ideologias políticas”. A contenda política partidária era frequente nas páginas dos jornais locais e se estendia, até mesmo, na produção de outros discursos que tratavam de temáticas sociais, econômicas e culturais.

Essa relação da imprensa com a política acabava contribuindo para que os periódicos tivessem uma vida efêmera, uma vez que muitos jornais eram criados pelos partidos políticos

em períodos eleitorais com o intuito de elegerem seus candidatos, após a eleição fechava-se o jornal. Analisando o desenvolvimento da imprensa piauiense, Pinheiro Filho (1996, p. 163) pontua que “os jornais surgem e desaparecem ao sabor das mutações políticas, e, ou são folhas de duração efêmera, ou de partidos, constituindo-se os lugares da imprensa, verdadeiros meios para se galgarem os altos e pequenos postos da administração, ou da política”. Essa prática era comum no cenário político, de forma que poucos jornais se mantinham em circulação por um longo período de tempo.

Na década de 1950, mesmo com o aumento no número de alfabetizados e consequentemente de leitores, além das modificações nos aspectos gráficos e de uma transição do jornalismo opinativo para o informativo, a política continuava como aspecto fundante para a criação e manutenção dos jornais. Não é à toa que bacharéis, estudantes secundaristas, funcionários públicos, professores etc. ingressavam na imprensa piauiense com o interesse de alcançarem cargos políticos para firmarem suas ideologias e doutrinas políticas partidárias e/ou simplesmente buscarem reconhecimento intelectual.

Sobre o assunto, Lima (2014, p. 115) explica que “aguçados pelo interesse de fazer circular suas ideias, alguns jovens bacharéis ingressaram nos jornais, para o exercício da escrita e da política. Aqueles que se engajavam, ou não, em cargos políticos, a fim de exercer o poder, poderiam ainda exercitá-lo através da escrita”. A pesquisadora ainda destaca que a atuação dos “jovens intelectuais e políticos nos jornais se dava pela amizade, pela troca de favores e informações vivenciadas em lugares de sociabilidade e, ainda, poderia (ou não) ser por afinidade destes, com a orientação partidária e os propósitos da linha editorial” (LIMA, 2014, p. 116). As relações de sociabilidade e os próprios interesses políticos partidários eram requisitos para garantir ou impedir o ingresso no jornalismo. Tal comportamento fica mais claro quando se verifica que quem acabava escrevendo nos jornais ou assumindo cargos administrativos em suas redações mantinham uma relação de proximidade com os donos do veículo e/ou estavam engajados politicamente ao partido que o financiava.

O processo de regulamentação da profissão de jornalista iniciou-se ainda na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e no Piauí com a fundação da Associação Piauiense de Imprensa (API), em 31 de janeiro de 1934. Cláudio Pacheco Brasil foi o primeiro a assumir o cargo de presidente do órgão. Em 1952, foi fundada a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (APJP), tendo como um de seus principais representantes A. Tito Filho. Em 1959, a associação é transformada em Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, cuja presidência ficou a cargo do jornalista Araújo Mesquita. O sindicato teve intensa atuação na esfera nacional participando de diversos

eventos em outros estados e, no Piauí, em parceria com a União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), promoveu um Curso Intensivo de Jornalismo, em 1961, na cidade de Teresina (PI) (PINHEIRO FILHO, 1996). A criação e atuação desses órgãos serviu para organizar a classe dos profissionais de imprensa, definindo seus encargos e assegurando seus direitos profissionais, o que acabou colaborando para legitimar a profissão de jornalista, tendo em vista que somente em 1984, foi criado o Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal do Piauí, em Teresina (PI).

A década de 1950 foi marcada pelo surgimento de novos jornais em Teresina (PI). Apesar das dificuldades estruturais de suas tipografias eles buscavam seguir os padrões do chamado jornalismo moderno da época. Ou seja, apresentavam diagramação na disposição das matérias, editorial, colunas, títulos, gravuras, uso de chamadas na primeira capa, anúncios publicitários, uso de fotografias e, posteriormente, uso de cor. Noticiavam acontecimentos da esfera local, nacional e internacional, abordando as mais variadas temáticas. As matérias começaram a ser escritas a partir da organização dos fatos considerados mais relevantes, sendo o uso do *lead* cada vez mais frequente na produção jornalística piauiense. Ao longo das matérias, pretendiam imprimir discursivamente uma imagem de neutralidade e objetividade, ou seja:

Um dos interesses da imprensa periódica cinquentista de Teresina era se mostrar ao leitor como um lugar onde o exercício do jornalismo estava voltado para a informação e a veiculação da notícia objetiva e imparcial, ainda que, na prática, continuassem levando ao conhecimento do público o fato político e emitindo uma opinião sobre a realidade construída (LIMA, 2014, p. 40).

Apesar das modificações de infraestruturas das empresas, da prática jornalística e da produção das notícias, os acontecimentos políticos partidários continuavam sendo os assuntos mais pautados pela redação piauiense na segunda metade do século XX. A maioria das matérias apresentavam o cenário político e partidário do Piauí, tendo como enfoque os embates dos partidos e dos proprietários dos jornais, a atuação dos chefes dos executivos federal, estadual e municipal e, também, discutiam sobre a atuação da imprensa e o papel social dos jornalistas. A própria imprensa era um dos assuntos mais abordados pelos jornalistas. Produzia-se um discurso de si, autorreferencial, como forma de justificar e impor sua prática jornalística, cujo objetivo era defender os interesses do jornal e do partido político que o financiava.

No Piauí, assim como em todo o território nacional, a linha editorial dos jornais “dividiam-se” de acordo com o jogo político partidário. No caso de jornais que apoiavam o governo, destacavam positivamente as ações e benefícios de quem estava no poder; e os que faziam oposição abordavam as fragilidades e erros cometidos através de uma linguagem

combativa, virulenta e, por vezes, satírica. Em períodos eleitorais, as batalhas discursivas entre os jornais locais se tornavam ainda mais evidentes. Logo, os jornalistas atacavam seus opositores partidários, ou melhor, os adversários políticos do partido ao qual o impresso em que atuava fazia oposição.

Verifica-se que na segunda metade do século XX, os jornais piauienses mantinham suas linhas editoriais de acordo com o ponto de vista político partidário e doutrinário dos grupos políticos que o mantinham financeiramente. E isso se refletia diretamente na prática jornalística e na produção de notícia que veiculavam em suas páginas. Não obstante, o jornal *Folha da Manhã*, criado em 29 de setembro de 1957, é mais um exemplo deste tipo de imprensa e de jornalismo que mantém relação de interdependência com políticos e o partido que o financiava, como será abordado no tópico a seguir.

2.3 *Folha da Manhã*: história e campanhas eleitorais

O jornal *Folha da Manhã* iniciou seus trabalhos na imprensa piauiense em 29 de setembro de 1957, idealizado pelo então deputado federal, Marcos Parente⁵, publicava matérias de cunho local, regional, nacional e internacional. Diário de propriedade da editora “Folha da Manhã” LTDA., sua redação e oficina ficavam localizadas na Rua Lisandro Nogueira, nº 1.207, na cidade de Teresina (PI). Em 10 de setembro de 1961, o impresso mudou para sua sede própria na Rua Areolino de Abreu, seus representantes no Rio de Janeiro e São Paulo eram as Representações A.S. Lara Ltda., empresa nacional de publicidade que funcionava no Rio de Janeiro.

Em sua estruturação de conteúdo o periódico era composto por editorial, colunas, notas, crônicas, sonetos, horóscopo, poemas e comentários, algumas publicações eram assinadas, mas a maioria não continha o nome de seus autores. Dentre esses componentes de conteúdo da *Folha da Manhã* destacam-se: O editorial denominado de “A Verdade dos Fatos”; a coluna “Lições dos Outros” escrita por A Tito Filho; coluna “Na Ronda das Ruas” que publicava pequenas notas sobre os acontecimentos cotidianos da cidade de Teresina (PI); coluna de esportes que divulgava o futebol local e nacional, corrida de rua, ciclismo, avisos de jogos e eventos esportivos, nos primeiros anos do impresso essa coluna não era assinada, mas, em 1963, passa

⁵ Marcos Santos Parente formou-se em engenharia em 1948, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e em Matemática pela Escola Nacional de Filosofia. Membro da UDN, foi eleito deputado federal em 1954 e, no ano de 1958, foi escolhido candidato a senador, mas a campanha foi encerrada de modo trágico em razão de um acidente automobilístico.

a se chamar “Ponto de Vista” e era assinada por Carlos Said. A coluna “Televisão” cuja redação era de Simplício de Sousa Mendes abordava diversos temas, contudo, tinha como principal enfoque o cenário político; a coluna “Flagrantes Políticos” apresentava discussões sobre o cenário político piauiense; coluna da “Cidade”, coluna “Fragmentos da História” escrita por G. Benício de Melo; coluna “Política Pitoresca” que apresentava notas sobre as diversas esferas da política nacional; a coluna “O olho da rua” era escrita por meio da participação popular que enviavam notas sobre acontecimentos ocorridos em Teresina (PI) através de telefonemas e cartas, sendo supervisionada pela equipe de redação do jornal. O jornal também publicava projetos e prestações de contas de órgãos públicos, como a prefeitura e a câmara federal.

O colunismo social é outro espaço que ganha destaque na *Folha da Manhã*. Em 1963, abre espaço para a divulgação dos acontecimentos da alta sociedade teresinense, sobretudo enaltecendo a beleza e elegância das mulheres que faziam parte desse seleto meio. O jornal publica a “Folha Feminina”, espaço dedicado a veiculação de artigos, dicas domésticas, receitas caseiras e de cuidado com os filhos, que ficava a cargo de Paulo José.

Literatos, bacharéis, políticos e intelectuais formavam o grupo de colaboradores da *Folha da Manhã*. Podemos destacar os seguintes nomes que assumiram cargos e escreviam para o jornal: Fundador: Marcos Parente, Diretores: Álvaro Ferreira, J. Araújo Mesquita, Joaquim Parente, Alfredo Leal Nunes; Diretor Comercial: João Antônio do Vale Batista; Gerente: Walter Parente; Redator Chefe: Araújo Mesquita, José Eduardo; Redatores: Álvaro Ferreira, A. Tito Filho, Simplício de Sousa Mendes, Araújo Mesquita, Osvaldo de Lobão Veras Filho, Jesuíno Vieira Cardoso, G. Sobral Rocha, Hélio Passos, José Lopes dos Santos, José Maria Borges, G. Benício de Melo; Esporte: J. Vieira, Carlos Said, Pedro Ribeiro; Serviço Telegráfico: Raimundo Lima; Crônica Social: Paulo José; Revisores: Olímpio Guilherme, Raimundo Barbosa; Setor de Reportagem: Olímpio Guilherme.

Desde suas primeiras edições, em 1957, nota-se a tentativa da *Folha da Manhã* em seguir os padrões gráficos das grandes redações dos jornais brasileiros. A primeira página, por exemplo, já era diagramada com o editorial e as chamadas das matérias principais (ver Figura 1). Em 1963, a manchete do jornal ganha cores, a cor azul também foi usada em alguns títulos de matérias (ver Figura 2). No entanto, no restante das páginas todos os elementos continuaram em preto e branco. Outra mudança no designer ocorreu na demarcação das colunas e propagandas que foram envolvidas por molduras, dando um aspecto mais leve ao jornal, o editorial que anteriormente era apresentado na capa do impresso passa a ser publicado na segunda página.



Figura 1: Capa do jornal Folha da Manhã de 1958.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano I, n. 245, p. 1, 5 ago 1958.



Figura 2: Capa do jornal Folha da Manhã de 1963.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VI, n. 1.527, p. 1, 11 jun 1963.

A constante falta de energia era um dos problemas enfrentados pelo jornal que o impedia de manter uma frequência de seis páginas em sua circulação. O assunto foi tema de algumas matérias com grande visibilidade à insatisfação dos proprietários da empresa jornalística em relação aos serviços de distribuição elétrica do Piauí. Numa destas matérias, a redação da *Folha da Manhã* acusou o poder público municipal de estar desligando propositalmente a energia de sua oficina, alegando que o propósito para tal ato seria de perseguição política, tendo em vista que o então prefeito municipal de Teresina (PI), Agenor Barbosa de Almeida, fazia oposição a UDN, partido de filiação do deputado federal Marcos Parente, fundador do impresso (EXPLICAÇÃO AOS LEITORES. *Folha da Manhã*. Teresina, ano I, n. 173, p. 1, 4 de maio 1958). Na edição de 4 de maio de 1958, o jornal *Folha da Manhã* publica a matéria “Explicação aos leitores” tratando sobre as constantes faltas de energia elétrica no prédio da empresa e convoca o Diretor do Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE) a investigar o caso:

FOLHA DA MANHÃ circula, hoje, fora do seu horário habitual, em consequência da falta de energia elétrica que paralisou as nossas máquinas

desde alta madrugada até às 7 horas. É de estranhar-se que essa irregularidade, venha, ultimamente, ocorrendo com frequência, quase à hora certa, e exclusivamente no setor que atende a este jornal, enquanto há energia elétrica com abundância nos quarteirões circunvizinhos. Para o caso, solicitamos as visitas do sr. Diretor do I. A. E. E., o ilustre major Eduardo Henrique Elery, pois não se explica seja este setor o único sujeito a sucessivos defeitos e em horários coincidentes (EXPLICAÇÃO AOS LEITORES. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 173, p. 1, 4 de maio 1958).

A *Folha da Manhã* publicava os mais variados anúncios publicitários, desde o ramo da educação, notas do setor público, tanto municipal quanto estadual, agências bancárias, supermercados, imobiliário, consultórios médicos, empresa fotográfica, armarinhos, lojas de eletrodomésticos, posto de gasolina, escolas particulares, escritório de advocacia, lojas mecânicas, lojas de móveis, oficina de bicicletas, lojas de tintas, farmácia, clínicas médicas, venda de objetos em geral, dentre outros. Os anúncios eram publicados em diferentes tamanhos e não se restringiam exclusivamente a divulgar o mercado da cidade de Teresina (PI), mas abrangiam outros municípios do Piauí e do Maranhão, a saber, Campo Maior (PI) e Timon (MA).

Durante os anos de 1958 a 1962 o impresso circulava diariamente entre quatro e seis páginas, já em 1963 e 1964 o jornal era publicado com oito e dez páginas. Em 1958, a tabela de preços de assinatura informada no jornal estabelecia os seguintes valores em cruzeiros: Assinaturas na capital: anualmente, Cr\$ 500,00 e semestralmente Cr\$ 350,00; no interior: anualmente, Cr\$ 600,00, semestralmente Cr\$ 400,00; fora do estado: anualmente, Cr\$ 700,00 e semestralmente Cr\$ 450,00. Sendo o número do dia Cr\$ 3,00 e o atrasado Cr\$ 4,00. Esses valores das assinaturas foram se modificando ao longo dos anos, assim como os de seus exemplares, entre os anos de 1958 a 1960 o jornal custava entre Cr\$ 2, 00 e Cr\$ 3,00, em 1961 e 1962 os valores eram Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00 e em 1963 e 1964, Cr\$ 20,00 e Cr\$ 30,00. No expediente do jornal logo abaixo dos valores da assinatura a *Folha da Manhã* estabelecia algumas orientações da administração do impresso para os seus leitores: “Não devolvemos originais, mesmo não publicados. Não aceitamos matéria sob pseudônimo, excluindo a de carácter literário. Não nos responsabilizamos por conceitos emitidos, em artigos assinados” (FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano I, n. 79, p. 2, 5 jan. 1958).

A autopublicidade era uma característica presente nas páginas do jornal *Folha da Manhã*, expressões como: “Habitue seu filho a ler jornal todo dia - a imprensa é o maior meio de – divulgação no mundo - divulgue Folha da Manhã”; “Faça de Folha da Manhã o seu jornal e estará em dia com o que se passa no Piauí, no País e no Mundo”; “Um homem bem informado tem sempre maiores possibilidades de ampliar relações em todos os setores de atividade”; “Um

jornal a serviço do Povo”. Através destes discursos o jornal ia construindo capital simbólico para si frente a concorrência e, com isso, mantendo uma ligação com o leitor e com as empresas que divulgavam seus produtos em suas páginas. Assim, o impresso ia se apresentando como moderno, diário, informativo e a serviço do leitor.

As organizações estudantis, como a União Estadual dos Estudantes Universitários e os alunos secundaristas do Liceu Piauiense, também ganhavam espaço nas páginas do jornal, através da publicação de notas, matérias, eventos e comentários de vários diretórios estudantis. O jornal se mostrava igualmente engajado com os profissionais de imprensa e com o sindicato da categoria, através da divulgação de eventos como o Curso Intensivo de Jornalismo promovido pela União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES) em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí, e o Congresso Nacional de Jornalistas ocorrido em 1961, que contou com a participação de representantes piauienses.

A divulgação de crônicas sobre a profissão e atuação dos jornalistas na sociedade era explanado pela *Folha da Manhã* que inclusive anunciou amplamente a campanha para a construção da Casa do Jornalista que tinha como slogan “Dê também o seu TIJOLO para a construção da CASA DO JORNALISTA PIAUIENSE”. O intuito era conseguir doações para a edificação da sede piauiense que, segundo o jornal, já era uma realidade em outros estados. Araújo Mesquita que já havia assumido a direção da *Folha da Manhã* e posteriormente tornou-se redator do jornal estava à frente da presidência da Associação Profissional dos Jornalistas do estado do Piauí, daí um dos motivos da frequente divulgação dos trabalhos da categoria.

Um aspecto relevante a se destacar é que a empresa Folha da Manhã LTDA teria comprado o jornal *O Dia* que pertencia ao Sr. Leão Monteiro. Segundo Oliveira (2007), a compra teria ocorrido em agosto de 1963, após o jornal ficar alguns dias sem circular, o motivo da venda não foi comunicado aos seus leitores, a direção e redação do impresso ficou sob a responsabilidade de José Lopes dos Santos. Essas afirmações podem ser observadas na matéria publicada pelo jornal *O Dia*:

Aos leitores

Após ligeira interrupção em decorrente da mudança de proprietário e de orientação, volta a circular, hoje novamente, este bisemanário que agora pertence à empresa “FOLHA DA MANHÃ”.

Pouco temos a dizer ao público, neste reinício de atividade. Continuaremos, por enquanto circulando duas vezes por semana, as segundas e as quintas-feiras, como vespertino, e nossa linha de conduta reger-se-á por rígidos princípios de serenidade no comentar e no criticar e absoluta veracidade no registro dos fatos.

Quando necessário, chamaremos a atenção do govêrno e de todas as autoridades constituídas para fatos e atos que nos pareçam incorretos ou

contrários ao bem público, o que não impedirá o aplauso a quem o merecer no desempenho das funções vinculadas ao interesse público coletivo. Colocaremos acima de tudo a missão de bem informar como veículo sério que terá de ser um dos paladinos da opinião pública piauiense. Quanto ao mais, cumprirá ao tempo a comprovação dos nossos propósitos, cabendo aos piauienses o julgamento da nossa linha de conduta (**O Dia**, 1963, nº 1.116, p. 01 apud OLIVEIRA, 2007, p. 54-55).

A aquisição do jornal *O Dia* pela empresa Folha da Manhã LTDA ganhou visibilidade também através das seguintes notas veiculadas pelo jornal *Folha da Manhã*:

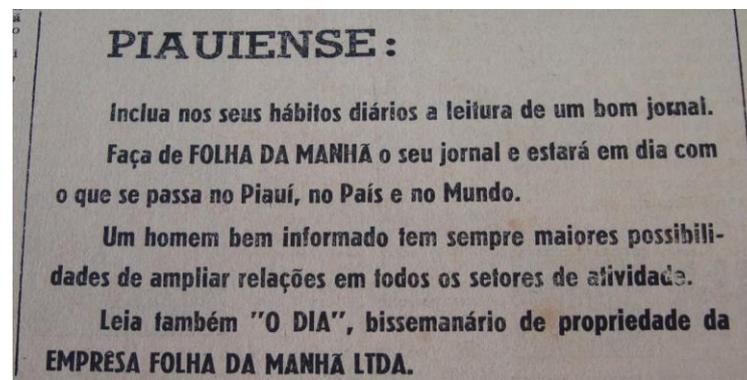


Figura 3: PIAUIENSE. *Folha da Manhã* de 1963.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VII, n. 1. 648, p. 3, 10 nov. 1963.



Figura 4: NOTA. *Folha da Manhã* de 1963.

Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VII, n. 1. 670, p. 3, 13 dez. 1963.

No entanto, existem controvérsias em relação a venda do jornal *O Dia*, uma vez que muitas pesquisas que abordam a história deste impresso apontam que Leão Monteiro teria vendido o jornal *O Dia*, em 1963, para o coronel Otávio Miranda. Sabe-se que de fato o jornal *O Dia* foi adquirido por Otávio Miranda. Contudo, a partir das informações expostas à acima o

que se identifica é a ausência de uma confirmação precisa sobre a data em que o então coronel comprou o jornal *O Dia*, tendo em vista que a *Folha da Manhã* publica uma nota em sua edição do dia 10 de novembro de 1963 afirmando ser proprietário do *O Dia*.

O fato político e a vida política partidária do Brasil e do Piauí sempre foram assuntos presentes nas páginas da *Folha da Manhã*, sobretudo nos períodos de campanhas eleitorais. A partir de 1958, o jornal passou a publicar o editorial “A Verdade dos Fatos” com a análise da conjuntura política e partidária do Piauí, da situação dos partidos políticos do Piauí frente a sucessão estadual e os bastidores das alianças firmadas (ou não) pelos partidos para a campanha eleitoral de 3 de outubro daquele ano. Sendo um ano de eleição, estrategicamente, o jornal também publicou uma coluna denominada “Instruções para o Eleitor”, que tinha por finalidade esclarecer sobre o funcionamento dos polos de votação, quais procedimentos o eleitor deveria tomar no momento da votação, o processo de apuração e divulgação dos votos, impugnação da eleição e inclusive instruções para os eleitores votarem nos candidatos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), saindo em defesa dos candidatos das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB), atacando seus adversários políticos e outros jornais da capital que pertenciam ou apoiavam os políticos pessedistas.

Em 1958, o panorama político do executivo nacional e piauiense encontrava-se configurado da seguinte forma: a cadeira do executivo federal estava ocupada pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961), pertencente ao PSD, tendo como vice-presidente João Goulart do PTB. Nesse período, no sistema eleitoral brasileiro, os candidatos a presidente e vice-presidente concorriam de forma individual no pleito, a exemplo, de JK e Goulart que pertenciam a coligações distintas e foram eleitos para ocupar a presidência e vice-presidente, respectivamente. Dentre as proposições políticas do então presidente Kubitschek estava o Plano de Metas, também chamado de Programa de Metas, cujo o objetivo era fazer o Brasil crescer cinquenta anos em cinco. Fausto (1995) explica que o governo de JK ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentista”, quer pelo intenso investimento na política econômica e no capital estrangeiro, quer pelo interesse de promover o desenvolvimento nacional através da industrialização. Já no Piauí, o governador era o general Jacob Gayoso e Almendra⁶ (1955-1959) do PSD, e o vice-governador Francisco Ferreira de Castro filiado ao PTB.

A partir desse cenário, na campanha eleitoral de 1958 foram lançados para os principais cargos políticos os seguintes candidatos no Piauí: Na chapa “Coligação Democrática Piauiense”

⁶ Jacob Manoel Gaioso e Almendra era major do exército. Foi eleito deputado estadual em 1934 e governador em 1954. Após deixar o governo do Piauí migrou para o PTB e foi eleito deputado federal em 1962. Posteriormente migrou para a ARENA, o qual foi um dos fundadores, chegando à presidência do diretório regional (1973-1974).

(PSD-PSP) foram indicados os nomes de Mendonça Clark⁷ para o senado (PSD), José Freitas para governador pelo (PSD) e Agenor Almeida (PSP) para vice-governador. Na chapa “Oposições Coligadas” (UDN-PTB) os candidatos foram: Marcos Parente (UDN) para o senado, Demerval Lobão⁸ (PTB) para governador do Estado e de Tibério Nunes⁹ (UDN) para vice-governador.

Diante deste contexto, o jornal *Folha da Manhã* se apresentou como importante mecanismo de propaganda política, sobretudo, para Marcos Parente, dono do impresso e candidato ao senado. Marcos Parente era personagem constante nas publicações do periódico, sua agenda de compromissos, viagens e ações enquanto político ganhavam amplo destaque nas edições do jornal, os líderes políticos da UDN também tinham espaço garantido no impresso, uma vez que este era o partido de filiação do então deputado. Na edição do dia 18 de junho de 1958 foi publicada uma matéria intitulada “Marcos para o Senado”, assinada por J. F. Paes Landim, importante liderança da UDN no Piauí. A matéria enaltecia o posicionamento do partido frente as escolhas dos candidatos que concorreriam as eleições daquele ano pela UDN, enfatizando a postura dos udenistas ao escolherem seus candidatos de forma democrática e transparente em que todos os companheiros correligionários do partido poderiam opinar sobre seus possíveis representantes, assim se diferenciando dos partidos adversários que escolhiam seus candidatos a portas fechadas, inclusive, não oferecendo oportunidade para as lideranças do interior participarem de tais decisões. Além disso, o principal foco da matéria estava na defesa do nome de Marcos Parente como candidato ideal para ocupar a vaga do senado, como pode ser observado no fragmento abaixo da matéria publicada em 18 de junho de 1958:

Tendo que escolher um entre os dignos nomes que orgulham a bandeira do udenismo e do próprio Piauí, optarei pelo Deputado Marcos Santos Parente por reconhecer em sua pessoa, um homem muito bem entrosado com a realidade econômica, política e social do Brasil, sem obscurecer, em hipótese alguma, os méritos de Lustosa Sobrinho, Valter Alencar e tantos outros. O Brasil se encontra em uma fase de transformação. De revolução. Uma revolução pacífica. Estamos saindo da velha estrutura colonialista,

7 José de Mendonça Clark foi presidente da Associação Comercial de Parnaíba (PI) e da Companhia de Luz e Força da mesma cidade. Iniciou sua vida política no pleito de outubro de 1954, quando foi eleito suplente do senador, Leônidas de Castro Melo, na legenda da Aliança Democrática Trabalhista, constituída pelo PSD e o PTB. Substituindo o titular da cadeira por diversas vezes até maio de 1961.

8 Demerval Lobão Veras foi eleito deputado federal pela UDN em 1950, em 1958 disputava o governo do estado do Piauí, mas a campanha teve fim em 4 de setembro de 1958, quando faleceu em virtude de um desastre automobilístico.

9 Tibério Barbosa Nunes foi eleito deputado estadual pela UDN em 1954 e pela mesma legenda foi eleito vice-governador em 1958 na chapa de Chagas Rodrigues, assumindo o governo do Piauí no segundo semestre de 1962 após a renúncia do titular e governou pelos seis meses seguintes, sendo nomeado conselheiro do Tribunal de Contas por Petrônio Portela, seu sucessor. Filiado à ARENA, foi eleito prefeito de Floriano em 1966.

feudalística, para uma estrutura fixada, delineada dentro de um determinismo histórico, quando em vez do barroquismo, em vez da caricatura deprimente de sub-desenvolvimento, atingiremos as metas da auto-determinação, da verdadeira emancipação em linhas gerais – atingindo o glorioso destino que nos está reservado no orbe terrestre. Por isso escolherei Marcos Santos Parente. Sua participação no palácio Tiradentes tem sido uma demonstração perfeita de entendedor dos magnos problemas que atingem a estrutura social do Brasil, participando, inclusive da Comissão de Energia Atômica, a mais importante que já foi instalada na Câmara Baixa do País (MARCOS PARA O SENADO. **Folha da Manhã**. Teresina. ano I, n. 207, p. 05, 18 jun. 1958).

Na edição do dia seguinte, 19 de junho de 1958, o jornal publica na primeira capa uma fotografia de Marcos Parente e de Demerval Lobão apresentando-os, respectivamente, como candidatos escolhidos na convenção partidária realizada pela UDN e o PTB no dia 18. Ainda nesta edição da *Folha da Manhã* é publicada outra matéria com a transcrição do discurso proferido por Marcos Parente na solenidade em que foi escolhido como candidato ao senado pela chapa das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB). Nota-se, pois, que o então deputado federal teve o cuidado de destacar a importância da aliança entre os dois partidos, udenista e petebista, para conquistar a vitória nas eleições de 1958 e pontuou quais seriam suas frentes de atuação caso fosse eleito para o senado:

Meus senhores. Se for ao Senado da República, continuarei ali a me bater pela causa do nacionalismo sadio, com base na defesa da economia nacional, representada pela riqueza do sub-solo, notadamente o petróleo que é hoje uma realidade, os minerais atômicos distribuídos nos terrenos, já conhecidos de nossos cientistas. Somos partidários do crescente desenvolvimento da siderurgia que concorre para a maior extensão de nosso aparelhamento ferroviário. Cremos num milagre de uma política agro-pecuária, como fundamento nos métodos racionais e científicos para que as terras sejam transformadas em searas riquíssimas, e os campos, sejam o abrigo para a multiplicação da fortuna, representada pelos animais que as nossas fazendas criam (DISCURSO PROFERIDO NA. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 208, p. 1 jun. 1958).

A partir de junho de 1958, pode-se verificar que houve um esforço do jornal em produzir discursos que dessem destaque à figura de Marcos Parente e de suas ações deliberativas como deputado federal, portanto, um candidato profícuo ao senado. Diariamente publicava-se matérias sobre emendas parlamentares destinadas aos mais variados setores da estrutura social proposta pelo deputado federal udenista na Câmara. Tais matérias encabeçavam títulos que construía uma imagem positiva do udenista, apresentando-o como “Marcos Parente Trabalha pelo Piauí” e “O Amigo de Nossa Gente”. O jornal também divulgava o nome de outros representantes da UDN e do PTB que pleiteariam diferentes cargos na eleição de 1958, a saber:

Tibério Nunes para vice-governador; General Vitorino Corrêa para suplente de senador; Ferreira de Castro para deputado federal; Valdemar Macêdo para deputado estadual; Petrônio Portela¹⁰ para prefeito de Teresina (PI); Maivan G. Maia e Antônio Monteiro para vereadores da capital piauiense.

Entretanto, na manhã do dia 4 de setembro de 1958, ocorre a tragédia que ficou conhecida como “Desastre da Cruz do Cassaco”. Demerval Lobão e Marcos Parente seguiam viagem em comitiva para participarem dos comícios nas cidades de São Pedro do Piauí e Água Branca (PI), quando o carro que os conduzia ao destino sofreu um grave acidente, o que resultou na morte dos dois candidatos das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB).

A tragédia ganhou repercussão no cenário político e nos jornais impressos do Piauí. Na edição do dia 5 de setembro de 1958, o jornal *Folha da Manhã* publica em sua capa a manchete “DE LUTO O PIAUÍ. Chora o Povo Piauiense as Perdas Irreparáveis de Marcos Parente, Demerval Lobão, Ribamar Pacheco, Rubens Perlingeiro e Outras Vítimas da Catástrofe da Manhã de Ontem” (FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano I, n. 271, p. 1, 5 set. 1958). Além de uma matéria especial sobre a ocorrida tragédia, o impresso publica diversas homenagens de familiares, personalidades políticas, órgãos públicos e partidos correligionários, que prestam suas condolências e lastimam a perda precoce de Marcos Parente e Demerval Lobão. As publicações dos dias subsequentes ao acidente informavam que a população piauiense estava sofrendo com a morte de Marcos Parente, isso se torna visível nos títulos¹¹ das matérias apresentadas pelo jornal, a saber: “Dor, Lágrimas e Saudade Envolvem a alma do Povo Piauiense” - “Marcos Parente Desaparece Deixando Mergulhados na Dor Sua Espôsa e Cinco Inocêntes Órfãos, Privados do Carinho Paterno, do Aconchego, de Quem Repartia com os Estranhos a Bondade do Seu Grande Coração” - “O Amigo que a Morte levou” - “Câmara Federal Homenageou a Memória de Marcos Parente. Vários Oradores Enalteceram as Altas Qualidades de Homem Público do Saudoso Parlamentar Piauiense” - “OS DOIS MÁRTIRES DO PIAUÍ”.

10 Petrônio Portela Nunes, era advogado, foi eleito deputado estadual em 1954, e prefeito de Teresina em 1958, tendo sido um dos articuladores da eleição de Chagas Rodrigues ao governo do estado. Rompeu com o então governador, após o fim da aliança PTB/UDN, posteriormente seu partido se coligou com o PSD, o que resultou em sua eleição para governador do Piauí em 1962, derrotando o deputado estadual Constantino Pereira de Sousa (PTB).

11 Cf.: Dor, Lágrimas e Saudade. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 271, p. 6, 5 set. 1958; Marcos Parente Desaparece. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 272, p. 1, 7 set. 1958; O Amigo que a Morte. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 272, p. 1, 7 set. 1958; Câmara Federal Homenageou. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 273, p. 1, 9 set. 1958; Os dois Mártires. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 274, p. 6, 10 set. 1958.



FIGURA 5: Capa do Jornal Folha da Manhã do dia 5 de setembro de 1958.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano I, n. 271, p. 1, 5 set 1958

Após o “Desastre da Cruz do Cassaco” verifica-se que a redação da *Folha da Manhã* não apenas lastimava a perda de seu fundador, deputado federal Marcos Parente, mas também passa a publicar matérias que atacavam diretamente os seus adversários políticos que pleiteavam as eleições de 1958, bem como o prefeito de Teresina (PI), Agenor Almeida, e o governador do Estado, Gaioso e Almendra, que eram personagens frequentes dessas investidas. Na edição de 10 de setembro de 1958, a equipe da *Folha da Manhã* publicou uma matéria sobre o comício realizado pelo prefeito de Teresina (PI) em frente ao cemitério São José, cujo título era “Desrespeito aos mortos e ao Sentimento do Povo” (DESRESPEITO AOS MORTOS. *Folha da Manhã*. Teresina, ano I, n. 274, p. 1, 10 set. 1958). Tal ação foi avaliada como uma enorme falta de respeito com o povo piauiense que ainda se encontrava consternado com a tragédia que decorrera na morte de Marcos Parente e Demerval Lobão. O assunto foi abordado nas edições do dia 10, 11 e 12 de setembro de 1958, todas como discursos que atacavam seus adversários políticos e promovia os candidatos da UDN e do PTB que concorreriam as eleições para diversos cargos da máquina pública.

Com a morte de suas principais figuras políticas, Marcos Parente e Demerval Lobão, a

chapa “Oposições Coligadas” (UDN-PTB) precisava decidir quem assumiria as vagas para o senado e governo do estado. Na edição do dia 14 de setembro de 1958, a *Folha da Manhã*, anuncia os nomes de Joaquim Parente¹² (irmão de Marcos Parente que faleceu no desastre automobilístico) para concorrer ao senado pela UDN e de Chagas Rodrigues¹³ como candidato ao Governo do Piauí. Nessa mesma edição, há mais duas matérias sobre a definição dos nomes e o perfil dos “novos” candidatos das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB). A primeira, trata-se do editorial “A Verdades dos Fatos” que apresentou Joaquim Parente e Chagas Rodrigues como homens capacitados que trabalham pelo povo piauiense; a segunda, um artigo assinado por Mathias Olympio¹⁴ e Petrônio Portela Nunes, ambas lideranças políticas do Piauí, ratificando a decisão da coligação oposicionista sobre a escolha de seus candidatos:

As Oposições Coligadas, após o terrível desastre em que perderam as vidas os bravos candidatos ao Governo do Estado e ao Senado Federal, Demerval Lobão e Marcos Parente, dirigirem-se ao povo piauiense, há vinte e um dias do pleito, em mensagem de confiança em que os ideais por que sacrificaram a vida dos dois inolvidáveis companheiros, serão vitoriosos nas urnas de três de outubro. A UDN e o PTB tendo em vista os permanentes problemas do povo e a necessidade de recuperação moral da administração pública, desviada para a solução que interessa apenas a grupos e facções, renovam os seus propósitos de luta e apresentam para o Governo do Estado o Deputado Federal Chagas Rodrigues e para o Senado da República Joaquim Santos Parente. Identificados ambos com o programa de Demerval Lobão e Marcos Parente e contando com o unânime apóio das Oposições Coligadas que, em todo o Estado, representam a maioria do eleitorado, os novos candidatos serão as vitoriosas bandeiras de redenção do Estado. Na presente proclamação, os dois partidos oposicionistas concitam todos os amigos, admiradores e correligionários de Demerval Lobão Veras e Marcos Parente, a emprestem ajuda e apóio a Chagas Rodrigues e a Joaquim Santos Parente, candidatos vitoriosos ao Governo do Estado e ao Senado da República (OLYMPIO, Mathias; NUNES, Petrônio Portela. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 277, p. 1, 14 set. 1958).

O jornal *Folha da Manhã* publicava diariamente textos de cunho emocional, sempre relembrando a tragédia que acometeu seus candidatos anteriores e afirmando o compromisso por parte de Chagas Rodrigues e Joaquim Parente em seguirem os ideais traçados na campanha

12 Joaquim Santos Parente era comerciante, industrial e corretor de imóveis. Em outubro de 1958, elegeu-se senador na legenda da coligação formada pela UDN e o PTB. Foi deputado federal em novembro de 1966 (Arena). Após a morte do irmão Marcos Parente (1958) tornou-se dono do jornal *Folha da Manhã*.

13 Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em 8 de novembro de 1922 em Parnaíba. Concluiu o curso jurídico na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1945. No ano de 1947 foi aprovado no concurso para o Ministério da Fazenda. Em 1948, casou com a filha do industrial José de Moraes Correia, defendendo os interesses dos empresários desta área foi eleito com a ajuda do sogro a deputado federal pela UDN em 1950.

14 Mathias Olímpio pertencia a UDN, mas foi convidado por Getúlio Vargas, na época presidente da República, a filiar-se ao PTB, assim outras lideranças políticas da UDN como Chagas Rodrigues e Demerval Lobão migraram para o Partido Trabalhista.

de Demerval Lobão e Marcos Parente. O artifício deu certo, e a UDN e o PTB foram adquirindo cada vez mais apoio da população, o que culminou para a vitória de Chagas Rodrigues ao governo do Estado e Joaquim Parente ao senado, nas eleições de 1958, a UDN também conseguiu eleger Tibério Nunes para vice-governador e Petrônio Portela para prefeito de Teresina (PI).

Eleito pela coligação das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB), em 1958, Chagas Rodrigues seguia com o apoio dos dois partidos e conseqüentemente do jornal *Folha da Manhã* que divulgava suas ações e o representava como um gestor profícuo para o desenvolvimento do estado do Piauí. Na edição do dia 2 de fevereiro de 1960, por exemplo, é veiculada matéria sobre as comemorações do primeiro aniversário de governo de Chagas Rodrigues, o texto abordava que as solenidades aconteciam com grande participação popular e destacavam as inaugurações das obras realizadas pelo governante petebista. Vale destacar que 1960¹⁵ era ano eleitoral para a presidência da República e como candidatos para a chefia do executivo federal e vice-presidente, respectivamente, os governistas lançaram as candidaturas de Henrique Teixeira Lott pelo PSD e João Goulart pelo PTB; e a coligação oposicionista lançava Jânio Quadros pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Milton Campos¹⁶ pela UDN.

O governador do Piauí Chagas Rodrigues pertencente ao PTB apoiou os candidatos da sua coligação partidária na disputa pela presidência da República, o que causou um certo desconforto com as lideranças piauienses da UDN. Contudo, o que era divulgado inicialmente pela *Folha da Manhã* é que apesar das diferenças partidárias no contexto nacional a aliança entre a UDN e o PTB no Piauí continuavam firmes. “O Fato de o PTB e o PSD Estarem apoiando os Mesmos Candidatos no plano Nacional Não Constitui Empecilho a Que Continue no Estado a Política de Entendimento, de União e de Coligação Entre o PTB e a UDN” (**Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 662, p. 3, 9 mar. 1960). Essas declarações foram emitidas por Chagas Rodrigues em entrevista concedida à *Folha da Manhã*, que no dia 22 de junho de 1960 publica a seguinte nota.

Embora mantendo uma norma jornalística que se caracteriza pelo repúdio às retaliações pessoais, FOLHA DA MANHÃ vem prestigiando, inalteravelmente, a obra administrativa do governador Chagas Rodrigues, vez que ela só tem tido uma preocupação: a recuperação material e moral do Piauí. Por isso mesmo, sempre estivemos ao lado dos que combateram os êrros do

15 Jânio Quadros (PTN) e João Goulart (PTB) foram os candidatos eleitos nas eleições de 1960.

16 Milton Soares Campos era professor, jornalista e advogado. Eleito deputado federal 1945, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN). Foi eleito governador de Minas Gerais em 1947. Também foi candidato à vice-presidente da República por duas vezes (1955 e 1960), sendo derrotado em ambas.

governo passado e combatem os excessos da oposição de agora. Temos uma missão a cumprir para com o povo piauiense, e esta há de ser cumprida, desde que não nos afastemos dos bons princípios jornalísticos e dos imperativos da verdade. Realçar as qualidades de administrador e de político do jovem governante de nossa terra, dr. Chagas Rodrigues, parece-nos, por conseguinte, conduta condizente com êsses princípios e êsses imperativos, já que o seu govêrno, de paz e de progresso, vem imprimindo novos rumos à máquina administrativa do Estado e procurando soluções adequadas para os problemas que nos afligem. Esta, a nossa orientação, de que não nos afastaremos um milímetro, a despeito da grita dos invejosos e dos que desejam que os seus escusos propósitos encontrem guarida no seio da boa imprensa (CONDUTA INALTERÁVEL. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 740, p. 1, 22 jun. 1960).

Em 1960, nota-se que há duas posturas do jornal frente aos políticos do PTB e PSD. Na primeira metade do ano de 1960, o jornal mantinha uma linha de apoio e defesa as ações do governador petebista Chagas Rodrigues; entretanto, tal postura não se estendia para o vice-presidente João Goulart do PTB e muito menos ao PSD, que era partido de oposição à UDN até aquele ano. Nota-se que essa postura se modifica a partir de 12 de setembro de 1961, quando o jornal *Folha da Manhã* estampa em sua capa a aliança partidária entre o PSD e a UDN em âmbito nacional através da matéria “Modificações na Política Nacional. Anuncia-se Iminente um Acôrdo PSD-UDN Nas Altas Esferas Federais” (MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA NACIONAL. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n 1. 067, p. 1, 12 set. 1961).

A UDN do Piauí rompe com o governador Chagas Rodrigues do PTB e a *Folha da Manhã* passa a atacar o chefe do executivo estadual em suas edições por meio da denúncia de atrasos salariais de servidores públicos, desvio de dinheiro, não cumprimento de ações governamentais, viagens desnecessárias a outros estados, dentre outras ações. A partir de setembro de 1961, o jornal *Folha da Manhã* se coloca como total oposição ao governador, como pode ser observado na matéria do dia 23:

O Governante ilustre, que aí temos, na verdade, enganou a todo mundo, até mesmo ao Partido que se definiu, logo de início, como seu opositor, o PSD, que lhe ofereceu, erradamente, um voto de confiança... Erradamente, dizemos e justificamos, porque, estamos certos, ninguém deveria confiar nêsse Govêrno desmoronado e sem crédito. Sem crédito, pelas atitudes diárias e seguidas, onde impera um desejo profundo e constante de menosprêzo e desrespeito ao povo piauiense. Mas, que nos sirva de lição e aos piauienses que, naturalmente, saberão, coerentes com sua condição de um povo glorioso e heroico, escolher os seus representantes, de acôrdo com o passado nobilitado de méritos, que possuímos, e do qual muito nos honramos (GOVÊRNO SEM CRÉDITO. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n 1.076, p. 1, 23 set. 1961).

As matérias contra Chagas Rodrigues eram cada vez mais comuns nos exemplares da

Folha da Manhã, até por que a redação do jornal já começava a se preparar para a eleição de 1962 e a UDN, agora coligada ao PSD, lançaria Petrônio Portela como candidato ao poder executivo estadual. A partir do final do ano de 1961, o jornal começaria a trabalhar em favor da campanha de Petrônio Portela divulgando suas ações enquanto prefeito de Teresina (PI) e a cada nova edição estabelecia uma contagem regressiva conclamando o povo piauiense para votar no candidato da aliança UDN-PSD. Chagas Rodrigues renuncia ao governo do Estado em 4 de julho de 1962. Segundo editorial publicado na *Folha da Manhã*, a decisão do governador em se afastar era mais uma estratégia para conseguir eleger os candidatos da base governista e se manter na esfera política¹⁷ (A RENÚNCIA. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 291, p. 1, 1 jul. 1962). Em 6 de julho, o jornal publica matéria sobre a renúncia de Chagas Rodrigues, bem como sobre a posse de Tibério Nunes (UDN), vice-governador. O texto ainda informava que o novo chefe do executivo apoiava eminentemente a candidatura de Petrônio Portela (UDN) ao governo do Piauí.

Em meio a declarações de personalidades políticas, como a dos senadores Joaquim Parente e Leônidas Melo, o jornal *Folha da Manhã* constrói a candidatura do político udenista por meio de discursos de otimismo em torno da figura pública de Petrônio Portela e apontavam Chagas Rodrigues como uma ameaça ao povo piauiense, inclusive, acusando o ex-governador de difundir o comunismo no Piauí. A campanha eleitoral promovida pela redação da *Folha da Manhã* encerrou-se com a vitória nas urnas de Petrônio Portela como governador e João Clímaco d'Almeida à vice-governador, ambos pela aliança UDN-PSD. Os candidatos oposicionistas concorreram com Constantino Pereira que disputou o cargo de governador e Valter Alencar de vice-governador, ambos pertencentes ao PTB.

De fato, o que se observa é que durante os anos de 1958 a 1964 o jornal *Folha da Manhã* encadeou uma séria de campanhas eleitorais em favor dos candidatos pertencentes ao partido da UDN e aos partidos a qual firmava coligação. Tal postura da linha editorial do jornal, afinada com as lideranças da UDN e coligações resulta de a empresa *Folha da Manhã LTDA*. Ter como proprietário o senador Joaquim Parente, responsável pelo impresso e irmão do fundador do jornal, Marcos Parente. Dessa forma se pode analisar que o fato político e o jogo político partidário sempre estiveram presentes nas edições do jornal, e os discursos jornalísticos de ataque ou de defesa aos políticos que não pertenciam a UDN aconteciam de acordo com as alianças e/ou rompimentos partidários, sobretudo, em momentos decisivos como, por exemplo,

17 Logo após a renúncia, em 4 de julho de 1962, Chagas Rodrigues se candidata a dois cargos nas eleições de 1962, o primeiro como senador e o segundo a deputado federal, sendo derrotado ao senado, mas eleito como deputado. Assumindo pela terceira vez este cargo na câmara federal.

as campanhas eleitorais para o executivo municipal, estadual e federal.

2.4 O criador e a criatura: Simplício de Sousa Mendes e a Coluna “Televisão”

2.4.1 Simplício de Sousa Mendes e seu ingresso no jornalismo piauiense

Simplício de Sousa Mendes nasceu em 21 de abril de 1882 na fazenda Malhada da Areia em União, no Piauí. Era filho de Mariano de Sousa Mendes¹⁸, fazendeiro riquíssimo da província, e de Ana Joaquina, jovem retirante cuja família foi acolhida por Mariano em sua propriedade, por decorrência da seca do ano de 1877. De acordo com Castelo Branco (1987), entre os anos de 1889 e 1890, início da República, Mariano Mendes mudou-se para Miguel Alves (PI), sendo considerado o fundador da cidade. Entretanto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a cidade de Miguel Alves (PI) foi fundada pelo cearense Miguel Alves que no começo do século XIX estabeleceu-se na área da atual cidade. Especialista na fabricação de fumo corda, foi aos poucos acumulando economias e atraindo moradores que fugiam da seca (1875-1877) à procura de terras ribeirinhas do rio Parnaíba, localização em que é situada a então região, iniciando assim o processo de povoamento. Desse modo, em 11 de julho de 1911 o local foi elevado à Vila e, em 24 de maio de 1912, foi instalado o município de Miguel Alves (PI), cujo nome é em homenagem a seu fundador.

Em Miguel Alves (PI), Simplício Mendes e seu irmão Herculano iniciaram seus estudos com o professor Luís Cunha Machado. Na adolescência, o pai resolveu encaminhá-los para a capital Teresina (PI), com o intuito de continuarem seus estudos. Mas, pouco antes da viagem, seu filho caçula veio a falecer. Seguindo sozinho para Teresina (PI), Simplício Mendes foi residir na casa da tia D. Raimunda Rosa de Sousa Mendes, estudando nos colégios dos professores João José de Oliveira Costa, Sêneca Sousa, no Liceu Piauiense e outros. Em 1904, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, quem acompanhou o jovem no deslocamento e o instalou na capital pernambucana foi Álvaro de Assis Osório Mendes¹⁹, então senador e eleito governador do Piauí (CASTELO BRANCO, 1987).

Em dezembro de 1908, Simplício Mendes cola grau em Ciências Jurídicas e Sociais, retornando ao Piauí em janeiro do ano seguinte. Dois meses depois é convocado pelo então

18 Mariano Mendes era filho de Antônio de Sousa Mendes que lutou na guerra da Independência e da Balaiada, adquirindo riquezas e prestígio na província do Piauí (CASTELO BRANCO, 1987).

19 Álvaro Mendes era filho de Simplício de Sousa Mendes, presidente do Partido Conservador na Província do Piauí, que, inclusive, era tio e padrinho de Simplício Mendes, o tio e o sobrinho possuíam o mesmo nome e sobrenome (CASTELO BRANCO, 1987).

governador do Piauí, Anísio Auto de Abreu, para assumir a comarca da cidade de Piracuruca (PI). Naquela cidade começa a frequentar a casa do Coronel Gervásio de Brito Passos, casando-se com sua neta Cleonina, com quem teve dois filhos, Mariano e Creusa. Após a morte inesperada de Anísio de Abreu, o estado do Piauí passa a ser governado pelo então vice-governador, Antonino Freire (1910-1912), que durante a sua administração implanta a *Imprensa Oficial* e o *Diário Oficial* e nomeia Simplício Mendes para a direção de ambos. Ainda, ficou sob sua responsabilidade o jornal *Diário do Piauí*, periódico diário produzido por intelectuais da época. De acordo com Castelo Branco (1987):

Simplício deu-se todo ao mister jornalístico, reuniu em torno da imprensa o que havia de melhor na intelectualidade daquele tempo em Teresina, gente capaz e idealista, como Lucrécio Dantas Avelino, Pedro Borges, Higinio Cunha, Mário José Batista. O jornal aclamou a seguinte diretoria: Clodoaldo Freitas, presidente, Higinio Cunha, vice-presidente, Jônatas Batista, 1º secretário, Mario José Batista, 2º secretário, Matias Olímpio de Melo, orador oficial, Antônio Chaves, tesoureiro. Foi Clodoaldo Freitas quem escolheu a comissão que elaboraria os estatutos, composta de Simplício de Sousa Mendes, Raimundo da Paz, Felon Castelo Branco, João Pinheiro e Jônatas Batista (BRANCO, 1987, p. 41).

O jornalismo era uma das paixões de Simplício de Sousa Mendes que assumiu cargos administrativos nessa área e exercia diariamente a escrita em diversos periódicos piauienses. “Simplício ensaiou o jornalismo e praticou em seção diária a facilidade de escrever. Ele escrevia com mestria. Escrever crônica diárias era para ele simples diversão”, ressalta Castelo Branco (1987, p. 41). O jornalista escrevia sobre diversos assuntos, contudo, as discussões políticas partidárias eram observadas em maior evidência em suas publicações. No governo de Rocha Furtado (1947-1951), Simplício Mendes assumiu o cargo de Secretário de Segurança Pública e, por este motivo, afastou-se temporariamente do jornalismo.

Simplício de Sousa Mendes declarava-se anticomunista e usava as páginas dos jornais impressos teresinenses para atacar o partido comunista. Por meio de um discurso combativo, o jornalista emitia inúmeras provocações às pessoas que ele considerava “comunista”. Oliveira ([s.d.], p. 1) assegura que “foi Simplício de Sousa Mendes quem primeiro se posicionou contra o comunismo, dando nomes aos comunistas, e até, quando necessário, desvinculando imagens de pessoas de supostas atitudes subversivas”. O combate às ideias comunistas fez com que Simplício Mendes adquirisse o título de “Soldado da Democracia” pela redação do impresso piauiense *O Dia*.

Porém, esse título teve um motivo especial para acontecer! Foi-lhe concedido

como recompensa porque, dentre os anticomunistas que existiam no Piauí, seu nome constava dentre os primeiros a ir ao famoso PAREDON em uma lista supostamente encontrada pelo comando da Guarnição Federal, quando houve desbaratamento da seção do Partido Comunista, localizado na rua Santa Luzia em Teresina (OLIVEIRA, [s.d.], p. 5).

Ainda segundo Oliveira [s.d.], a lista dos que iriam morrer no PAREDON²⁰ rendeu um editorial favorável a Simplício Mendes, defendendo seu posicionamento enquanto “Soldado da Democracia” e do conservadorismo através da produção de discursos anticomunistas²¹ que eram publicados na imprensa, sobretudo, antes de períodos eleitorais e do golpe civil-militar de 1964.

No livro *Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes*, Castelo Branco (1987, p. 21) apresenta as características físicas e de personalidade o seu biografado. Simplício Mendes é descrito como um sujeito “pretinho” por herdar maiormente as características físicas de sua mãe Ana Joaquina. Mesmo “pretinho”, a autora aponta que ele se tornou uma grande personalidade piauiense. A cor da pele é comentada num dos trechos da obra em que o escravo Marcos, padrinho e cuidador de Simplício Mendes, fala sobre o futuro de seu afilhado e explicita: “Vai ser grande nas letras. Ter posição. Orgulhar o pai. A pele não quer dizer nada as ações é que falam do homem e o impõem” (CASTELO BRANCO, 1987, p. 23).

O livro de Castelo Branco (1987), que conta a história de Simplício Mendes, foi supervisionado pelo próprio biografado. Deste modo, o que se observa é que há uma tentativa da escritora, bem como de Simplício Mendes, em evidenciar que apesar de negro isso não o impediria de ser um homem bem-sucedido em diversos espaços sociais, a exemplo, do judiciário, da literatura, do jornalismo e da política partidária. Mesmo nascido “pretinho”, numa sociedade marcadamente escravocrata, ele se tornou uma grande personalidade piauiense, afinal era filho de fazendeiro e homem livre. A cor da pele herdada da mãe, como afirma a autora, seria suplantada por ter nascido livre no período da escravidão e, por conseguinte, pelo grau de Bacharel, reconhecimento público de intelectual e proprietário de terra. Símbolos do poder econômico e político num país em que os preconceitos estruturais existentes são declaradamente presentes. Para Moura (2014), “mesmo com a abolição da escravidão, o racismo de cor prevaleceu e contemporaneamente é utilizado pela classe dominante para manter

²⁰ O PAREDON trata-se da prática de condenação à morte, em que uma pessoa é sentenciada sem ao menos ser julgada pela justiça. Essa prática foi adotada pelo governo ditatorial de Fiel Castro em Cuba que mandou fuzilar milhares de cubanos contrários ao seu governo sem julgamento nem direito de defesa. (MARTINS, Ives. Fidel ‘paredón’ Castro. **Estadão**. 6 jan. 2017).

²¹ Os discursos anticomunistas publicados por Simplício Mendes na coluna “Televisão” serão analisados no próximo capítulo.

esta estrutura social hierárquica racista e desigual”. Infere-se que o posicionamento de Simplício Mendes em ressaltar que suas qualidades eram superiores a cor de sua pele foi constituída como um mecanismo de autodefesa de sua personalidade social.

Na política, entre 1916 e 1920, Simplício Mendes assume o cargo de deputado estadual no governo de Eurípedes Aguiar, primeiro e único mandato político do magistrado. Logo após o término do seu mandato como deputado estadual, Simplício Mendes inaugura e assume a comarca de Miguel Alves (PI), em 11 de novembro de 1920. Permanece na função até 1929, quando retorna a Teresina (PI) já no governo de João de Deus Pires Leal (1928-1930) para assumir 3ª Vara Cível. Posteriormente, se torna membro do Tribunal Regional Eleitoral e presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Sobre o assunto, A Tito Filho (*apud* CASTELO BRANCO, 1987) relata que:

Ano de 1938, meu pai José de Arimathéa Tito chegou ao Tribunal de Justiça, passando a compor o colegiado juntamente com Ernesto José Batista, Cristiano Castelo Branco. Adalberto Correia Lima, Esmaragdo de Freitas e Sousa e Simplício de Sousa Mendes – fase áurea da corte piauiense. Em 1939 aposentou-se Cristiano. Disputada vaga, não se aproveitou, na lista de promoção, o juiz Eurípedes Melo, irmão do interventor federal Leônidas Melo, que se vingou de três desembargadores, aposentando-os pela violência e, com o ato, liquidando a credibilidade e o respeito do Tribunal. O castigo recaiu nos que votaram contra Eurípedes, os magistrados Esmaragdo, Simplício e Arimathéa – unidos agora numa luta sem trégua contra o autor da prepotência (BRANCO, 1987, p. 2).

O fato ocorreu no governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas (1930-1945), quando Esmaragdo de Freitas e Sousa, Simplício Mendes e José Arimathéa Tito tentaram permanecer em seus cargos, recorrendo da decisão de Leônidas Melo na Justiça do Piauí e no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com Pinheiro Filho (1996, p. 171), Simplício Mendes chegou a escrever sobre o assunto nos periódicos piauiense, ou seja, “recorreu à imprensa para defesa de seus direitos, já que o governo ditatorial, de então fechou-lhe, como a vários colegas seus, entre os quais o Desembargador Arimatéa Tito, as portas da Justiça”. Contudo, os magistrados não obtiveram êxito e foram obrigados a se aposentar.

Em 1958, por conta do acidente que vitimou os candidatos Marcos Parente e Demerval Lobão, a chapa das “Oposições Coligadas” (UDN-PTB) precisava escolher seus novos representantes para que a campanha eleitoral não fosse interrompida, de forma que a UDN, partido de filiação de Simplício Mendes o indicou para assumir a vaga de Marcos Parente ao senado. De acordo com Castelo Branco (1987), os documentos necessários para registrar a candidatura de Simplício Mendes chegaram a ser encaminhados para a Justiça Eleitoral.

Contudo, o magistrado desistiu da candidatura. Castelo Branco (1987) assegura que o motivo da desistência é de ordem financeira, pois Marcos Parente havia investido muito dinheiro para eleger-se, e caso Simplício Mendes o substituísse e fosse eleito teria de assumir com todas as despesas da campanha. Apesar de ser um homem riquíssimo, Simplício Mendes decidiu não se aventurar no pleito, já que nessa mesma eleição de 1958 havia registrado sua candidatura à prefeitura de Miguel Alves (PI), no entanto, não conseguiu se eleger.

Homem rico, poderoso latifundiário de posição privilegiada na sociedade piauiense, bacharel, político, jurista, professor etc., Simplício Mendes reunia em torno de si muitos dos atributos necessários para atuar na imprensa local como jornalista desde a primeira metade do século XX. Não é à toa que assumiu cargos importantes na imprensa durante o governo de correligionários e sustentou durante muito tempo uma coluna assinada como seu nome em vários jornais de Teresina (PI). Dentre outras, destaca-se a coluna “Televisão”, como será abordado no tópico seguinte. Simplício de Sousa Mendes veio a falecer em 2 de janeiro de 1971, aos 87 anos de idade, em Teresina, capital do Piauí, deixando um legado para os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

2.4.2 Coluna “Televisão”: imaginário tecnológico e o jornalismo de opinião

No período de 1958 a 1964, o jornal *Folha da Manhã* publicou diariamente a coluna “Televisão”, assinada por Simplício de Sousa Mendes. Nos dias em que a coluna não era publicada, a redação do jornal editava notas explicativas informando que o conteúdo não havia sido veiculado em decorrência das constantes falhas elétricas, por exemplo, ou não declarava o motivo. De 1958 até pelo menos o mês de março de 1962²², a coluna ocupava um espaço fixo na parte inferior da última página do jornal, porém, sem comprimento e largura definidos o que fazia com que variasse de tamanho. Essa estrutura gráfica foi modificada apenas em 1963²³, quando a coluna passou a ser publicada na terceira página, no entanto, continuando sem definição de comprimento e largura (ver Figuras 6 e 7).

22 Considerando que não se teve acesso as edições da *Folha da Manhã* dos meses de janeiro a junho de 1963, não se pode afirmar o período em que ocorreu a mudança da diagramação da coluna.

23 Em 1963, o jornal *Folha da Manhã* modifica sua estrutura gráfica. Inclusive, nesse período algumas páginas do periódico ganham cores.



FIGURA 6: Coluna “Televisão” do ano de 1958.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano I, n. 246, p. 1, 6 ago. 1958.



FIGURA 7: Coluna “Televisão” do ano de 1963
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VI, n. 1.522, p. 1, 3 jun. 1963.

De abril a dezembro de 1962, a coluna deixou de ser publicada na *Folha da Manhã* e não houve justificativa do motivo. Somente na edição do dia 20 de setembro de 1962, em comemoração pela passagem do quinto aniversário de fundação da *Folha da Manhã* é que há uma informação sobre a ausência da “Coluna Televisão” em suas páginas. Neste exemplar foram publicadas as fotografias de Marcos Parente (fundador do jornal), Álvaro Ferreira (primeiro diretor), Simplício Mendes (colaborador) e Joaquim Parente (dono do periódico), personagens que foram homenageados pelos trabalhos prestados ao impresso. Na fotografia de Simplício de Sousa Mendes foi publicada uma legenda apresentando-o como “[...] ex-colaborador da FOLHA DA MANHÃ, figura respeitável no mundo intelectual do Estado, deixou nas páginas desse órgão o marco de uma inteligência brilhante” (FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VI, n. 1.360, p. 1, 20 set. 1962). Em 1963, a “Coluna Televisão”, de Simplício Mendes, volta a ser publicada²⁴ no jornal²⁵.

Com relação ao título da coluna “Televisão”, torna-se relevante destacar que apesar de

²⁴ Nesse mesmo período além da coluna “Televisão”, Simplício começa a escrever paralelamente a coluna “Idéias Sócio Filosóficas”, publicada somente aos domingos, essa nova coluna por sua vez abordava somente as temáticas sobre as ideias de Karl Marx, o comunismo e o socialismo marxista. De vida efêmera, a coluna foi publicada apenas entre agosto e setembro de 1963.

²⁵ Considerando que no Arquivo Público do Piauí não contém os exemplares do jornal *Folha da Manhã* dos meses de janeiro a maio, não se sabe se nestes meses a coluna foi publicada e se há alguma informação sobre o retorno da coluna “Televisão” em 1963.

Simplício Mendes se apresentar como um conservador, sobretudo, da moral e dos bons costumes, o título “Televisão” lhe confere a imagem de pessoa moderna e atenta as mudanças tecnológicas da época, tendo em vista que tal denominação de sua coluna é condicionado como um aspecto que chama atenção e desperta curiosidade. Todavia, em todas as edições consultadas ao longo da pesquisa não se encontrou uma única explicação sobre a escolha do nome televisão para a sua coluna. Sendo Simplício Mendes um intelectual, professor, jurista, jornalista e atento às novidades do progresso, infere-se que através do jornal ele pretendia construir um imaginário tecnológico num período em que o aparelho de televisão chegava ao Brasil e era objeto de poucos pelo alto valor que possuía na década de 1950. Na ausência de canais de TV e que a presença do aparelho era uma raridade nos lares dos piauienses, Simplício Mendes improvisava uma televisão e assumia o papel de “reproduzir” e transmitir uma imagem da realidade social nacional e piauiense através do discurso jornalístico que era impresso diariamente na *Folha da Manhã*. De acordo com Barbosa (2010, p. 17), “[...] a televisão antes de ser uma materialidade povoou o imaginário da população, criando o que estamos chamando de uma imaginação televisual”, ou seja, formava-se um imaginário tecnológico sobre a televisão através dos anúncios publicitários e matérias publicadas nos jornais do país, apresentando-a de múltiplas formas.

Ainda nos anos 1950, segundo Barbosa (2010, p. 19), a televisão era considerada pelos empresários da comunicação como a “mais subversiva máquina de influir na opinião pública”. Não obstante, através da coluna “Televisão”, de caráter opinativo e político, Simplício Mendes oferecia aos seus leitores representações de diferentes fatos ocorridos no Piauí e no Brasil. Não se limitava somente à descrição das ocorrências, mas emitia opiniões, ideologias pessoais e convicções sobre o que acreditava, sobretudo em relação ao cenário político local, articulações partidárias e lideranças governamentais do Piauí. Demonstrava todo o seu domínio sobre o direito e as leis que regiam os partidos políticos a fim de ajuizar o que estava ou não em consonância com a constituição e convicções pessoais.

Vale ressaltar que, de 1958 a 1961, o layout do nome da coluna assemelhava-se ao de um aparelho de televisão e o colunista assinava como Prof. Simplício de Sousa Mendes. Porém, a partir de 1961, a foto de Simplício Mendes passa a fazer parte da construção discursiva de sua coluna e personificação simbólica (ver Figuras 8 e 9). De modo inclusivo, no ano de 1962, logo abaixo do nome “Televisão” passa a ser impresso o nome “Canal (1)” em caixa alta (ver Figura 8), o que aproximava a coluna ainda mais do imaginário tecnológico de caráter moderno e personificado. Era a imaginação televisual por meio do jornal impresso (BARBOSA, 2010).



Figura 8: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1959
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano II, n. 410, p. 6, 1 abr. 1959

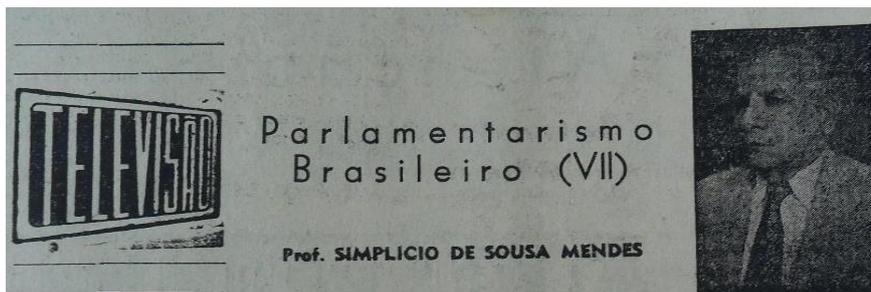


Figura 9: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1961
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VI, n. 941, p. 6, 2 abr. 1961



Figura 10: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1962
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano V, n. 1.203, p. 6, 14 mar. 1962

Já em 1964, o layout do nome Televisão muda completamente. Como pode ser observado na Figura 11 a seguir, diferentemente dos anos anteriores, o nome não aparece mais no formato de televisão:



Figura 11: Layout da Coluna “Televisão” do ano de 1964.
Fonte: FOLHA DA MANHÃ. Teresina, ano VII, n. 1. 684, p. 3, 3 jan 1964.

Ainda vale destacar que a partir de 1964, a foto de perfil de Simplício Mendes também não é mais impressa na sua coluna e logo abaixo do nome do colunista, Prof. Simplício de Sousa Mendes, ele passa a ser identificado como Presidente da Academia Piauiense de Letras (APL). Embora tivesse assumido a presidência da APL em 1959, até 1964 não era feita qualquer referência no layout de sua coluna.

Como jornalista, entende-se, ainda que Simplício Mendes estava atento às modificações no jornalismo e acompanhava o processo de modernização da imprensa brasileira na segunda metade do século XX. Não só o título televisão remete ao advento das novas tecnologias da comunicação que inseria o país na modernidade, mas a sustentação de uma coluna diária num jornal também correspondia às mudanças técnicas no jornalismo deste período. De maneira que, além de jornalista, o intelectual, jurista e professor Simplício Mendes se apropriava da imprensa para demarcar suas ideias e percepções.

Ao longo da história do jornalismo brasileiro, nota-se que o gênero opinativo ininterruptamente se fez presente. Entretanto, é no século XX que, no impresso, o gênero ganha características próprias no jornal quando um espaço fixo em uma das páginas passa a ser destinado para as colunas de opinião com o interesse de diferenciá-las das matérias informativas. O surgimento da coluna, segundo Melo (1985), correspondia à emergência de um tipo de jornalismo pessoal praticado no jornalismo brasileiro.

Melo (1985) acrescenta que as colunas eram assinadas por jornalistas conhecidos que emitiam suas opiniões de forma pessoal e embasadas, se diferenciando do restante do conteúdo exposto ao longo do jornal. Tendo como modelo de jornalismo o norte-americano, a coluna foi subdividida em quatro tipos: a “coluna padrão” de caráter generalista e superficial, que trata de diferentes assuntos; a “coluna miscelânea” aborda diversos assuntos, sua escrita é feita em forma de verso e prosa; a “coluna de mexericos” possui como foco personalidades da alta sociedade; por último, a “coluna sobre os bastidores da política” que possui como objetivo revelar os acontecimentos da esfera política, bem como de suas personalidades que o compõem.

O último tipo de coluna, definida por Melo (1985, p. 141), não só se ocupa de retratar o cenário político, mas “situa o leitor no mundo do poder, mostrando-o na sua intimidade”. Desse modo, um colunista, já reconhecido no cenário político tem a possibilidade de persuadir seu público através de argumentações fundamentadas e emissão de juízos de valor de forma ostensiva ou sutil. Para Melo (1985, p. 106), “a coluna tem fisionomia levemente persuasiva. Não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz os que formam a opinião pública, veiculando versões dos fatos que lhes darão contorno definitivo”.

Dessa maneira, a coluna “Televisão”, assinada por Simplício de Sousa Mendes, pode

ser caracterizada como um modelo de jornalismo de feição industrial e informativa, pois, na medida em que os jornais foram deixando de ser doutrinários, houve o aparecimento das colunas que correspondia à emergência de um tipo de jornalismo pessoal e vinculado à personalidade do seu redator. Igualmente, a coluna “Televisão” tornou-se um espaço reservado do jornal *Folha da Manhã* para que Simplício Mendes, na função de colunista, instituísse discursos acerca dos aspectos políticos piauienses através do jornalismo. Com isso, entende-se que de algum modo a coluna foi importante para o jornal, tanto que se manteve em suas publicações por um largo período de tempo tratando de temas espinhosos sobre a política e a vida partidária do Estado, emitindo sua opinião e colocando em pauta aquilo que ele considerava irregularidades e problemas a serem resolvidos no Piauí.

De acordo com Oliveira (2007), as colunas de Simplício Mendes não ficaram restritas às páginas do jornal *Folha da Manhã*, de maneira que se encontra também nos jornais *Folha do Nordeste* e *O Dia*, a publicação da coluna assinada por ele possuía o mesmo título nos três periódicos - “Televisão”. Através de seus escritos, o jornalista emitia opiniões sobre a política partidária, criticando seus adversários, geralmente, “Simplício fazia análises das conjunturas políticas e, por diversas vezes, tecia críticas ácidas a seus opositores ideológicos” (OLIVEIRA, 2007, p. 92).

Simplício Mendes foi uma figura atuante na imprensa e no jornalismo piauiense, através de seus textos escrevia sobre diversas temáticas, em sua maioria ligadas a discussão política partidária, na qual se dedicava diariamente. De acordo com Pinheiro Filho (1996, p. 171), “nem a idade, nem a saúde, conseguiram afastá-lo de sua coluna diária, que todos esperavam para ler, com a mesma certeza que se tem do surgimento de um novo dia”.

A partir do contexto apresentado neste capítulo, é possível observar as modificações ocorridas na imprensa brasileira na década de 1950, mudanças essas que também se estenderam para Piauí chegando as tipografias dos jornais teresinenses, dentre eles a *Folha da Manhã* que adotou em sua estrutura algumas dessas técnicas gráficas e de produção jornalística. Jornal criado pelo deputado federal Marcos Parente, filiado à UDN, defendia os correligionários do partido e atacava virulentamente os políticos opositores. Simplício de Sousa Mendes, colunista da *Folha da Manhã*, seguia esta mesma linha editorial do impresso, de forma a utilizar-se da coluna “Televisão” para atacar todos aqueles que se posicionassem contrários aos interesses udenistas. Em sua atuação na imprensa piauiense, Simplício Mendes escreveu sobre diversas temáticas dentre as quais pode-se destacar um significativo número de discursos dedicados ao judiciário, ao anticomunismo e aos agentes políticos. Era por meio dessas temáticas que o colunista publicava suas ideias, opiniões e percepções do espaço social, sustentando uma

posição de defensor da moralização social, jurídica e política partidária, como é destacado nos próximos capítulos.

3 SIMPLÍCIO MENDES E SUA PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O JUDICIÁRIO, O ANTICOMUNISMO E A POLÍTICA PARTIDÁRIA NA COLUNA “TELEVISÃO”

3.1 Coluna “Televisão” como Tribunal de Simplício Mendes para a promoção da “ordem moral e ética” dos juízes piauienses

O poder judiciário era assunto recorrente na coluna “Televisão” ao longo da atuação de Simplício Mendes no jornal *Folha da Manhã*. Uma das explicações para este comportamento se ampara pela sua trajetória na magistratura. Simplício Mendes formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em dezembro de 1908 e retorna ao Piauí em janeiro do ano seguinte. Dois meses depois é convocado pelo então governador do Piauí, Anísio Auto de Abreu, para assumir a comarca da cidade de Piracuruca (PI). Em 11 de novembro de 1920, inaugura e assume a comarca de Miguel Alves (PI), permanecendo até 1929, quando retorna a Teresina (PI) já no governo de João de Deus Pires Leal (1928-1930) para assumir a 3ª Vara Civil. Posteriormente, se torna membro do Tribunal Regional Eleitoral e presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. Aposentando-se forçosamente em 1939, no governo do interventor federal Leônidas Mello²⁶ (1935-1945).

A sua atuação na magistratura não passou incólume pela imprensa local. Em 20 de dezembro de 1958, o jornal *Folha da Manhã* publica uma nota em comemoração aos cinquenta anos da formação de Simplício Mendes em Ciências Jurídicas e Sociais. O texto enaltece a figura do desembargador e ressalta que Simplício Mendes havia se aposentado dos Tribunais, porém mantinha a posição de juiz através da coluna “Televisão” publicada no jornal *Folha da Manhã*, meio pelo qual expressava suas opiniões e defendia o que considerava conveniente e aceitável para o poder local.

Na Faculdade de Direito do Recife, tradicional na formação intelectual do País, há 50 anos, fazendo parte de uma turma brilhante, colou grau de bacharel, em ciências jurídicas e sociais, o des. Simplício de Sousa Mendes, uma das maiores culturas do Piauí. Aqui chegando, de volta de um curso todo êle feito com verdadeiro interêsse no compreender as diretrizes da carreira a seguir, o jovem bacharel, com o seu pendor voltado para julgar, dedicou-se à magistratura, tendo percorrido toda a escala da judicatura, de juiz municipal a desembargador, sempre demonstrando o seu carácter impoluto de magistrado que soube honrar as suas vestes talares. Aposentado hoje, o des. Simplício

²⁶ Leônidas Melo interventor federal do Piauí no período do Estado Novo de Getúlio Vargas aposentou Simplício Mendes que ocupava o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí. A aposentadoria obrigatória ocorreu após Simplício Mendes se posicionar contrário ao ingresso de Eurípedes Melo, irmão do interventor, como desembargador do TJ do Piauí.

Mendes não deixa de ser o mesmo juiz que vem, em FOLHA DA MANHÃ, fornecendo o que acha conveniente e aceitável, em relação aos casos que, diariamente, se apresentam em nossa capital. Professor de Teoria Geral do Estado, Simplício Mendes, na Faculdade de Direito do Piauí, foi durante o largo período que ocupou à cátedra, o orientador de nossa mocidade, transmitindo os seus conhecimentos, baseados numa cultura, filosófica e sociológica das mais apreciáveis. Aposentado, hoje, está sempre disposto a atender aos que o procuram para a solução de casos referentes à matéria que tantos anos ensinou. Jornalista e homem de letras, o des. Simplício Mendes é membro efetivo da Academia Piauiense de Letras e constante colaborador da imprensa indígena. Nessa oportunidade, rendemos ao des. Simplício Mendes as nossas mais elevadas homenagens, como um tributo ao seu talento e à sua cultura (HÁ 50 ANOS SIMPLÍCIO. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 1. 338, p. 1, 20 dez. 1958).

Para além da atuação de prestígio social de Simplício Mendes na magistratura, a redação do jornal *Folha da Manhã* também apresenta sua posição de intelectual, quer por meio da ênfase de que ele era membro efetivo da Academia Piauiense de Letras; quer pelo destaque de sua função como jornalista. “Desembargador”, “homem de letras” e “jornalista” são as principais denominações usadas pelo jornal para a construção do capital simbólico da figura pública de Simplício Mendes, ao tempo em que também apresenta o órgão *Folha da Manhã* como um lugar institucional para a resolução de litígios, para a promoção de julgamentos, para o exercício da jurisdição e aplicação da Justiça, na medida em que afirma que é por meio de suas páginas que o desembargador continuaria atuando como juiz após aposentado dos tribunais.

Em algumas edições de dezembro de 1958²⁷ da *Folha da Manhã* pode-se observar um número significativo de colunas na qual Simplício Mendes se dedicava a apresentar sua trajetória profissional e pessoal, suas atribuições em diversas áreas sociais, além de relembrar os acontecimentos de sua vida em diferentes épocas. A prática de Simplício Mendes em escrever sobre sua trajetória de vida pode ser considerada uma forma de autoafirma-se no campo social construindo sua própria história. De acordo com Bourdieu (1996, p. 74), “falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história”.

É possível observar essas descrições sobre a vida de Simplício Mendes na coluna “Um tanto do passado”, escrita por ele em decorrência da comemoração dos seus cinquenta anos de formação. O texto relembra seu trajeto da cidade de Teresina (PI) até a cidade de Recife (PE),

²⁷ MENDES, Simplício. Um tanto do passado. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 339, p. 5, 21 dez. 1958
 MENDES, Simplício. Do Recife do Meu Tempo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 340, p. 5, 24 dez. 1958
 MENDES, Simplício. Revivendo o Passado. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 341, p. 5, 25 dez. 1958
 MENDES, Simplício. Ainda, o Recife do Meu Tempo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 343, p. 5, 28 dez. 1958

local em que iria iniciar seus estudos em Ciências Jurídicas e Sociais. A comitiva que acompanhava o jovem estudante na época era formada pelo Senador Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907) que acabara de ser eleito governador do Piauí, naquele ano, e a quem Simplício Mendes ia recomendado; Antonino Freire da Silva, então Secretário de Obras Públicas, à frente do qual estava Arlindo Francisco Nogueira (1900-1904), prestes a terminar o mandato de governador. Na ocasião, Álvaro Mendes e Antonino Freire seguiam viagem a cidade do Rio de Janeiro para comprarem o material necessário à instalação do abastecimento de água da capital piauiense. Seguiam com os dois homens públicos uma turma de estudantes, cuja maioria iriam estudar na Faculdade de Direito do Recife, destacando-se piauienses e maranhenses todos egressos da escola Liceu Piauiense e alguns colégios de Teresina (PI). Na matéria, Simplício Mendes destaca que foi positivista e evolucionista, até que finalmente se converteu ao criticismo naturalista, mas o abandonando posteriormente em virtude da relatividade científica já arquitetada na época. Formou-se em 17 de dezembro de 1908, junto com José Américo de Almeida, Arimatéia Tito e “[...] tantos outros vultos que ainda ilustram a política e as letras nacionais” (MENDES, Simplício. Um tanto do passado. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 339, p. 5, 21 dez. 1958).

Uma figura constantemente citada por Simplício Mendes em suas colunas é o professor Laurindo Carneiro Leão. Ao antigo mestre, o jurista atribuiu seu interesse pela Filosofia e sua criticidade de pensamento em relação ao contexto social. Simplício Mendes defendia que era fundamental que os juízes se apoiassem na Filosofia e na Sociologia para bem desempenharem o ofício e assegurava: “Daí a razão por que é da essência da justiça, que o julgador seja sobretudo – sociólogo-jurista” (MENDES, Simplício. O juiz. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 388, p. 5, 28 fev. 1959). A moral, os bons costumes, o catolicismo, o anticomunismo e a política eram temáticas continuamente trabalhadas pelo colunista, reflexo de sua formação intelectual e social.

Para Simplício Mendes, a coluna “Televisão” tinha como objetivo dar visibilidade ao Poder Judiciário, apresentando-o como suporte de segurança as instituições sociais. Na matéria “Na ordem moral”, ele defendia que “de preferência ocupamos esta coluna com o que se pretende ao poder judiciário. É que este na estrutura política-jurídica da República, é como que a válvula de segurança ou o suporte principal sobre que se apoiam as instituições – devemos dizer – a ordem política, a ordem civil” (MENDES, Simplício. Na ordem moral. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 440, p. 5, 13 maio 1959).

Observar o judiciário como base de segurança do organismo social é parte eminente do discurso de Simplício Mendes. Discurso este que é sustentado por sua formação jurídica, bem

como por sua larga experiência de trabalho nesta área. Orlandi (1998) apresenta o discurso como formado por um conjunto de aspectos sendo eles: o sujeito, a política, a história e a ideologia. A partir deste pressuposto, se pode afirmar que o discurso de Simplício Mendes é produzido em meio a condições específicas do seu convívio social que possuem ligação direta com sua exterioridade (formação histórica, social e ideológica). A exterioridade constitutiva do discurso de Simplício Mendes é vista pela materialidade do seu texto jurídico que é produzido por meio de sua ideologia, na qual considera o Judiciário como sinônimo de prestígio e o Direito como mecanismo essencial para organização social.

Para Orlandi (1998), o sujeito é historicamente constituído por significações, assumindo uma presença física nos organismos sociais, sendo que nos mecanismos da sociedade existem regras que dão visibilidade a acontecimentos objetivamente definidos e a situações de representação desses acontecimentos. Essas representações citadas pela autora estão ligadas as projeções imaginárias que os interlocutores de um determinado discurso fazem com relação a um acontecimento vivenciado, ou não, por eles.

No caso de Simplício de Mendes, suas representações imaginárias podem ser definidas por sua idealização de como deveria ser a atuação de um juiz de direito, tendo em vista sua responsabilidade em garantir o cumprimento das leis e manter o equilíbrio da sociedade. Tarefa difícil na sua avaliação, mas que deve ser exercida com nobreza e responsabilidade moral a partir de um julgamento honesto e justo.

Essas afirmações podem ser observadas na matéria “A missão de julgar”, em que o colunista avalia que o juiz cumpre seu dever de forma justa desde que julgue e ofereça o que é de direito as partes envolvidas, não se acomodando em sua função e buscando sempre aperfeiçoamento cultural e intelectual. No processo de julgar, Simplício Mendes explica que a “coragem moral” é aspecto fundamental a quem é destinado a fazê-lo. Da mesma forma que a lei representa o Direito, o juiz tem a obrigação de valida-la por meio da responsabilidade moral, da imparcialidade e da reta e consciente aplicação da Lei. Portanto, tarefa para poucos, pois define a judicatura como um sacerdócio que exige inteligência, saber e aperfeiçoamento cultural:

A judicatura, portanto, não deve ser propriamente uma profissão cômoda, suave e vulgar. É antes um sacerdócio, que exige inteligência, saber, aperfeiçoamento cultural – tudo revestido de boa formação moral e de grandes virtudes. E mais do que isto, - é uma função de renúncia, de quem se dedica ao exercício dum apostolado social e cívico, porque dêle depende a segurança do direito, que é a própria organização da sociedade humana. O juiz inteligente, estudioso, educado e aprimorado no culto do justo – valor de

justiça – deve habituar-se à função de julgar, não temendo nunca influências estranhas a própria consciência e a seu critério decisório. A coragem moral, portanto, é requisito essencial a quem se destina a julgar os direitos alheios. Assim como a lei deve ser a expressão do direito, o juiz tem a obrigação de ser a encarnação, a vida, a validade da lei. O juiz covarde, o juiz pusilânime é um desertor dos seus deveres e equipara-se ao juiz faccioso, ignorante ou venal. A covardia, às vezes, é também um aspecto inferior de facciosismo e de venalidade. O juiz, muita vez, arreda-se deixa o exercício e esquiva-se de decidir, levado, não só por timidez natural, mas também por interesses subalternos (MENDES, Simplício. A missão de julgar. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 173, p. 6, 4 maio 1958).

Ainda no fragmento acima da coluna “A missão de julgar”, Simplício Mendes deixa pistas de que havia vários tipos de juízes à medida que classifica o “juiz covarde” como aquele que se desvia dos seus deveres deixando de tomar decisões necessárias, seja por timidez, seja por interesses próprios. Observa-se que não se trata apenas de uma crítica ao judiciário piauiense, mas também Simplício Mendes aproveita o espaço do jornal para definir regras para o comportamento daqueles que atuam ou pretendem seguir na judicatura que, para além da retidão na aplicação da Lei, deve ser “inteligente”, “estudioso”, “educado”, “aprimorado no culto do justo” e “honesto” no exercício do ofício.

Sobre a questão da honestidade e imparcialidade dos juízes, em 23 de abril de 1959, Simplício Mendes publica a coluna “O juiz” afirmando que: “[...] A cada passo, ouve-se dizer: - o juiz é pobre, mal remunerado, às vezes. A função é nobre, mas de sacrifícios. Quem não tiver coragem moral e renúncia, vá ser quitandeiro ou qualquer outro ofício” (MENDES, Simplício. O juiz. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 425, p. 5, 23 abr. 1959).

Este dado é significativo para compreender que, ao tempo em que Simplício Mendes defendia discursivamente que exercer a profissão de juiz deveria ser uma decisão pautada na moral e na renúncia de si; informava que a desvalorização salarial da judicatura contribua para a desonestidade dos profissionais da área. Diante da baixa remuneração, Simplício Mendes relata que muitos bacharéis optavam pela carreira jurídica não pela honradez de exercer a profissão e sim pelo interesse de trabalharem na máquina pública e se enriquecerem ilicitamente.

Santos (2012) explica que a profissão jurídica é concebida como nobre, mas na prática muitos juristas a exercem apenas para enriquecerem. O autor ainda acrescenta que “esta constatação não é bem assimilada por quem desejaria que os profissionais do direito fossem pessoas chamadas (vacionadas) a desempenhar sua função social, em detrimento dos ganhos auferidos com isto” (SANTOS, 2012, p. 80-81). Simplício Mendes pode ser considerado uma dessas figuras que se dizia a favor do exercício do direito por vocação ao expor que a corrupção

e as práticas indevidas na atuação pública eram comuns entre os juristas bem situados financeiramente, ao contrário dos juízes que seguiam uma carreira idônea, e que mesmo com baixa remuneração se sacrificavam para que a lei fosse cumprida devidamente. Por meio de sua coluna, Simplício Mendes denunciava os casos e assegurava que “[...] não é esporádico, ver-se, juiz bem situado financeiramente, exemplo de corrupção e venalidade, enquanto outros, menos favorecidos, pobres, mas fortes e corretos, preferindo antes o sacrifício e a luta pelo apostolado da lei” (MENDES, Simplício. O juiz. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 425, p. 5, 23 abr. 1959).

Concessões, partidarismo, empreguismo e sucessões de favores são algumas das práticas registradas pelo colunista como mecanismo de corrupção e enriquecimento ilícito por parte de alguns juízes.

Os desvios morais e éticos em favor dos seus próprios interesses são indicados pelo colunista como dispositivos que aniquilam a moral da judicatura e, sobretudo, dos direitos da pessoa humana que depende de uma atuação benevolente da Justiça. Na coluna “Maus juízes”, Simplício Mendes compara a atuação de alguns magistrados com a calamidade proporcionada pela seca na região Nordeste, ou seja: “As sêcas são calamidades do mundo físico, os maus juízes são calamidades do mundo moral, causam danos às vezes irreparáveis à pessoa humana, com a omissão ou o péssimo emprego da autoridade” (MENDES, Simplício. Maus juízes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 414, p. 6, 5 abr. 1959).

As articulações políticas e o jogo de interesse são apresentados por Simplício Mendes como os principais fatores para a existência de “maus juízes” e para aumentar a desconfiança na Justiça. Da mesma forma, assegura que o jogo político partidário é utilizado para demarcar as comarcas que atuam em favorecimento de determinados partidos e o mesmo acontece com a figura do juiz que serve a um político ou partido político, cuja recompensa pelos serviços prestados se dá por meio de recebimento de recursos financeiros, troca de favores e barganhas políticas. Na coluna “Mau juízes” de 29 de abril de 1959, Simplício Mendes sustenta que eles “[...]em regra, jogam na política, no govêrno e nos interêsses deles, contra os direitos que deveriam garantir e assegurar. [...] Tal tribunal é de partido, - é do governo ou é da oposição. Tal Juiz depende dêste ou daquêle político, amigo, parente ou potentado. Aquêle outro recebe dinheiro ou favores (MENDES, Simplício. Maus Juízes. **Folha da Manhã**. ano II, n 430, p. 6, 29 abr. 1959).

No papel de denunciar irregularidades cometidas por juízes no Piauí, Simplício Mendes apresenta o Juiz de Direito de Esperantina (PI), Walter Carvalho Miranda, como exemplo de “mau juiz” que trabalha em benefício dos seus próprios interesses. Na coluna “O juiz de

Esperantina”, publicada em 19 de fevereiro de 1959, o colunista acusa que o juiz municipal se dedicou a campanha eleitoral do candidato do Partido Social Democrático (PSD), Antônio Diniz Chaves, que consagrou êxito para o cargo de prefeito de Esperantina (PI), em 1958, com 1.534 (mil quinhentos e trinta e quatro) votos. A ação do Juiz de Direito de Esperantina (PI) a favor do prefeito, segundo Simplício Mendes foi estabelecida através de barganhas políticas, pois logo depois a esposa do magistrado assumiria a tesouraria da prefeitura naquele mesmo ano. Frente ao exposto, o colunista não se esquivou de tornar público que: “O juiz de Direito de Esperantina jogou às ortigas estas garantias constitucionais, trocando-as por um cargo de tesoureiro da Prefeitura do município, da sua comarca, para a sua exma. esposa, - cargo de confiança, demissível” (MENDES, Simplício. O juiz de Esperantina. **Folha da Manhã**. ano II, n 381, p. 6, 19 fev. 1959).

Na coluna “Povo que sofre...” publicada em 19 de março de 1959 Simplício Mendes aponta que o prefeito de Esperantina (PI) ordenou que todos os tributos de impostos municipais fossem entregues diretamente na procuradoria municipal instalada na residência do juiz Walter Miranda. A atitude do chefe do executivo seria para beneficiar o juiz municipal por seus serviços prestados no período eleitoral, como pode ser observado neste fragmento do texto:

Mais ainda, - o sr. Prefeito de Esperantina cassou as atribuições arrecadoras de todos os fiscais e determinou que todos os impostos, todos os tributos sejam arrecadados pela Procuradoria diretamente exercida pela exma. consorte do *juiz de direito* e instalada, para qualquer efeito, na própria casa de residência dêsse desabusado magistrado. Dizem que tudo isto corresponde a um pagamento de serviços eleitorais, relativos ao pleito de 3 de outubro. [...]. É um caso sumamente inédito, deprimente da magistratura e desmoralizante da instituição judiciária. Envergonham e não são dignos da toga (MENDES, Simplício. Povo que sofre... **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 403, p. 6, 19 mar. 1959, grifos do autor).

Para além da atuação de Walter Miranda como Juiz de Direito, Simplício Mendes acompanhava sua rotina e os abusos de poder do magistrado. Ainda na coluna “Povo Que Sofre...”, Simplício Mendes acusa o Juiz de Direito de Esperantina (PI) de ameaçar com um revólver um açougueiro da cidade por ele não ter disponibilizado a carne exigida por sua esposa. Mais do que relatar o fato, o colunista volta a chamar a atenção para os deveres e os requisitos básicos para a judicatura e desqualifica-o como “magistrado mirim”, “ignorante dos seus deveres funcionais”, homem de “poucas letras”, “imparcial” na aplicação da Lei da Justiça:

O juiz Miranda é incrível. Em tudo revela a maior ignorância dos seus deveres funcionais. De poucas letras, sem a menor compreensão do papel elevado de

um magistrado, - tem agido de tal forma, que o povo da sua jurisdição certamente padece da insegurança dos seus direitos, da ausência de justiça, imparcial e serena. O que se torna evidente, é a atitude esquisita dêsse magistrado mirim, indo ao mercado público armado de revolver desacatar um pobre magarefe, porque êste não poude atender a sua espôsa na carne que ela pretendia. Já denunciámos êste fato, deponente do poder judiciário (MENDES, Simplício. Povo que sofre...**Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 403, p. 6, 19 mar. 1959, *sic.*).

Ao relatar no jornal o caso do juiz Walter Miranda ter ameaçado o açougueiro com um revólver, Simplício Mendes constrói um cenário do acontecimento, criando não apenas significados em seu texto, mas uma “cópia” da realidade. Gregoli (1995) explica que esse procedimento de descrever os fatos na análise de discurso é comum no texto jornalístico e histórico em que a descrição das informações cria uma “verdade do discurso” e afirma que:

Os fatos contados podem ganhar status de "coisas reais", "acontecidas", através de ilusões discursivas. [...] Por meio da ancoragem são construídos, no discurso, pessoas, tempo e espaço "reais" ou "existentes", que criam a ilusão de serem "cópias" da realidade. Esse procedimento é típico do discurso jornalístico e do discurso histórico, em que o detalhamento das informações concorre para criar a "verdade do discurso" (GREGOLI, 1995, p. 19).

Na busca de dar visibilidade a figura do juiz Walter Miranda, nos meses de fevereiro, março e abril de 1959, Simplício Mendes publicou várias denúncias contra o Juiz de Direito de Esperantina (PI). Desde fevereiro de 1959 que o magistrado era tema da coluna “Televisão”. Na oportunidade, foi publicada na coluna “Tisnando a magistratura” que Walter Miranda era viciado em jogo, prática condenada por Simplício Mendes, pois a considerava como “[...] a absoluta falta de compostura, de idoneidade intelectual e moral, para o cargo, do atual juiz de Esperantina, que agora, adiantamos, - jogador e habitual das *rolêtas*, - funcionando livremente naquela comarca, fora da lei ética e jurídica” (MENDES, Simplício. Tisnando a magistratura. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 375, p. 6, 12 fev. 1959). Para Simplício Mendes, as atitudes do Juiz de Direito de Esperantina (PI) aconteciam, porque não havia uma rígida fiscalização do TJ do Piauí, o que possibilitava que muitos magistrados do Estado também deixassem de cumprir seus deveres e faltassem com a responsabilidade moral no ato de julgar os casos.

Logo, na matéria “Maus juizes” Simplício Mendes também abordava sobre a postura do Juiz de Direito de Esperantina (PI) em atuar de forma parcial dando prioridade aos interesses do executivo municipal e ressalta que Walter Miranda parecia que sentia “[...] orgulho da posição que conquistou, de subordinado ao executivo municipal” (MENDES, Simplício. Maus

juízes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 430, p. 6, 29 abr. 1959).

A produção discursiva de Simplício Mendes condenando os casos de “maus juízes” piauiense sob a justificativa de promover a “limpeza no poder judiciário”²⁸ contribuía para que ele fizesse da coluna “Televisão” que assinava o seu tribunal e *locus* de julgamento. Nesta postura, na coluna “Maus juízes” também denunciou a atuação do juiz de Piracuruca (PI), Pedro de Alcântara Alves de Carvalho, de ter escondido 526 (quinhentas e vinte e seis) petições documentadas de alistamento da União Democrática Nacional (UDN). De acordo com Cid Resende, fonte de informação usada por Simplício Mendes para falar da ocorrência, o juiz Pedro Carvalho tinha precedência pelo PSD e agiu de tal modo a fim de prejudicar o partido de oposição, a UDN:

Aqui estive, em nosso escritório, o sr. Cid Resende, que fôra auxiliar do alistamento, com o juiz preparador naquela zona eleitoral. Êste cidadão foi acusado de haver ocultado quatrocentas e dez petições documentadas, de alistados da UDN, - partido de oposição ao PSD, que é o partido por quem o juiz Pedro Alcântara tinha preferência. Agora Cid Resende aparece e declara, para que se dê publicidade, que foi este dissimulado julgador da comarca de Piracuruca, que, a fim de prejudicar a UDN, escondeu, trancou no seu cofre, quinhentas e vinte e seis e não somente, quatrocentas e dez petições. Assim procedendo, - o tal juiz, não só prejudicou, porque deixou de receber vinte cruzeiros por cada uma dessas petições preparadas e conforme êle próprio estipulara, - como ainda não pagou a êle Cid, Cr\$ 15.000,00 dum título descontado e pago ao Banco do Brasil (MENDES, Simplício. Maus Juízes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 414, p. 6, 5 abr. 1959).

Na coluna “Maus juízes”²⁹, Simplício Mendes publicou ainda outras acusações que Cid Moreira fazia contra o juiz Pedro Carvalho. A primeira acusação refere-se que o juiz Pedro Carvalho protegia Virgílio João da Silva, sujeito acusado de assassinato em setembro de 1958, que continuava em liberdade e gozando de seus direitos como qualquer outro cidadão do município de Piracuruca (PI). Na segunda acusação o colunista denuncia o juiz por estelionato realizado por meio da venda de uma propriedade de melancias, posteriormente sendo verificada que a propriedade estaria hipotecada ao Banco do Brasil. A terceira e última acusação notifica que o juiz Pedro Carvalho não teria repassado a Cid Resende o valor de Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros) pelo trabalho de alistamento realizado na cidade de Piracuruca (PI) no ano de 1958.

Anteriormente em fevereiro de 1959, na coluna “Tisnando a magistratura”, Simplício Mendes já havia mencionado que Cid Resende foi auxiliar e cúmplice do juiz Pedro Carvalho

²⁸ Cf. MENDES, Simplício. Maus Juízes. **Folha da Manhã**, Teresina, ano II, n 414, p. 6, 5 abr. 1959

²⁹ MENDES, Simplício. Maus Juízes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 414, p. 6, 5 abr. 1959

em tudo que lhe relatou pedindo publicidade, como pontua no trecho abaixo:

Pois bem, até hoje o meritíssimo de Piracuruca não lhe deu qualquer satisfação. Não lhe deu bolas. Muitas outras informações desta natureza deus o sr. Cid Resende, que aliás fora auxiliar e cúmplice de Alcântara em tudo que nos relatou, solicitando publicidade. Assim *tisnando a magistratura* há muito juiz sem ética, destituído de formação moral e critério judicante, por muitas das comarcas piauienses (MENDES, Simplício. *Tisnando a magistratura*. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 375, p. 6, 12 fev. 1959, grifos do autor).

A coluna “Tisnando a magistratura” ajuda a compreender também que Simplício Mendes ocupada um lugar de poder e por meio do jornalismo, exercia seu poder de juiz da moral. O título da coluna é sugestivo, pois, já aposentado, denunciava juízes que “tisnavam”, isto é, “escureciam” a magistratura no Piauí através de práticas de corrupção e a falta de ética nas diferentes comarcas. Todavia, é válido salientar que nesse papel, o colunista dava maior visibilidade para os juízes que mantinham relações políticas com o PSD, partido ao qual Simplício Mendes era oposição declarada.

Mesmo antes das eleições de 1958, Simplício Mendes, já vinha publicando acusações contra o Juiz de Piracuruca (PI) na coluna “Televisão”, principalmente, sobre a atuação de Pedro Carvalho no alistamento dos eleitores da UDN naquela comarca. Na coluna “Justiça morosa”, Simplício Mendes se posicionava sobre a sua produção discursiva no jornal *Folha da Manhã* e afirmava que julgava os fatos “fora dos interesses pessoais”. Liderança da UDN no Piauí, Simplício Mendes negava, através de sua coluna que as constantes denúncias e críticas aos juízes fossem frutos de paixões partidárias e conclama-se isento de interesses políticos na cobertura dos casos de desonestidade, falta de ética e formação moral dos magistrados piauienses. Defendia-se ajuizando que na imprensa exercia o cumprimento da democracia, assumindo uma visão imparcial dos acontecimentos e distinta de benefícios pessoais:

Quem quiser pode dizer que me domino por sentimentos partidários, de que aliás me proclamo isento. Sou político para a honesta execução das prerrogativas democráticas e não no baixo sentindo da corrupção atual. Vejo e sinto os acontecimentos do plano mais alto, fora dos interesses pessoais. Pode supor-se o contrário disto, mas vou indiferente aos espinhos do caminho, cumprindo aquilo que me parece justo e do meu dever cívico (MENDES, Simplício. *Justiça morosa*. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n 192, p. 6, 28 maio 1958, *sic.*).

A crítica ao judiciário do Piauí produzida por Simplício Mendes revela que a questão também passa pelas divergências partidárias entre os correligionários e “apoiadores” de

políticos dos dois maiores partidos do Piauí, UDN e PSD. Entretanto, em suas colunas sustentava que sua opinião era imparcial e que na função de colunista lhe caberia o papel de: “aos juízes bons os aplaudiremos e os ajudaremos, aos juízes maus não se poupara críticas, mas sempre justa, sem medo, assim servindo o Piauí e a República, sendo somente Deus que impedirá de servir a coletividade” (MENDES, Simplício. Na ordem moral. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 440, p. 6, 13 maio 1959).

Declarando imparcialidade na produção de seus discursos, Simplício Mendes apresentava-se como defensor da boa imprensa exaltando os aspectos positivos e negativos de diferentes acontecimentos. Sobre a prática da imparcialidade, Miguel e Biroli (2010, p. 59) afirmam que no Brasil, especificamente na metade século XX, ela aparece como valor de fundamental importância dentro das redações dos impressos, sendo que “o recurso a ela permanece central no entendimento que homens e mulheres de imprensa têm sobre seu próprio fazer”. Era exatamente sobre esse entendimento da importância da imparcialidade no texto que Simplício Mendes sustentava seus discursos na coluna “Televisão” denunciando o que, a seu ver, era caracterizado como autoritarismo por parte de alguns magistrados. A exemplo, a coluna “Legislativo e Judiciário” em que Simplício Mendes condena mais uma vez as práticas de abuso de poder do magistrado piauiense com consentimento do TJ.

Agora, trata-se do abuso de poder e autoritarismo do juiz de São João do Piauí. De acordo com Simplício Mendes, há notícias de que naquela comarca o juiz teria realizado um casamento sem consentimento do noivo a fim de atender a interesses pessoais e lograr novas promoções na carreira jurídica:

Agora recebemos notícias estarrecidas e relativas a um desabusado juiz de São João do Piauí. É um desses magistrados, sem formação mental, - improvisados e saídos logo da forma, como quem faz picolé [...] O paciente, qualquer, sendo adversário, - é levado à presença dêle, por ser acusado de defloramento. A soldadesca em forma, - o juiz impõe, - case-se *voluntariamente* com a vítima do seu ato, reparando o crime. O paciente nega a culpabilidade e não consente casar-se. Mas, case-se, grita o juiz, dizendo-se a primeira autoridade da comarca: - tudo *pode e manda*. Ordena ao escrivão: lavre o termo de casamento, retirem-se todos do salão do cartório, onde se passa a cena cômica e grotesca. Alguém objetiva, é ilegal. Não importa, o juiz tudo legaliza, está afeito a fazer a mesma coisa em Ribeiro Gonçalves, em Guadalupe, e isto, diz, “foi aprovado pelo Tribunal e valeu-me uma promoção”. Por êste caminho chegou a juiz de S. João e, mais tarde, terá outras promoções, por merecimento (MENDES, Simplício. Legislativo e judiciário. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 434, p. 6, 5 maio 1959).

Observa-se que, para Simplício Mendes, os magistrados que se deixam levar pelos

interesses pessoais para atingir “promoções” são classificados discursivamente como juízes “sem formação moral”, desprovidos de “material humano” e “inexperientes” para o ofício que exige, dentre outras coisas, retidão, aplicação consciente do Direito, responsabilidade moral, ética e cultural. Na coluna “Juízes sem formação moral”, de 10 maio de 1959, Simplício Mendes relata que as práticas de magistrados como a do juiz de São José do Piauí é que está levando o judiciário e os poderes conjugados do Estado (Legislativo e Executivo) a uma ruína moral no Piauí a ponto de colocar em xeque a destreza dos juízes na sua função: “Como se entrega uma comarca tradicional à tamanha deficiência mental, - qual a dêsse juiz inqualificável, talhado pelo avêso?” (MENDES, Simplício. Juízes sem formação moral. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n 438, p. 6, 10 maio 1959).

O colunista fundamenta sua postura em denunciar³⁰ as irregularidades do magistrado na concepção de que a atuação do judiciário é de superior grandeza e de suma importância para o êxito das instituições sociais, atividades políticas, civis e econômicas da nação, tendo em vista que as leis em si não possuem validade e dependem da força intelectual e cívica de juízes retos que a apliquem. Dessa forma, entende-se que Simplício Mendes usava a coluna “Televisão” para vigiar e punir discursivamente os juízes que ele considerava corruptos e sem ética, ou seja, aqueles que não seguiam o caminho da moralidade usando seus cargos apenas para adquirir privilégios, assim não cumprindo devidamente sua função, menos ainda seu dever social e jurídico frente a seus representantes. Com isso, pode-se observar ao longo dos textos analisados que Simplício Mendes transformou sua coluna “Televisão” publicada pelo jornal *Folha da Manhã* em um tribunal, local em que ele realizava os julgamentos dos magistrados piauienses.

3.2 “Agitadores e agitação social no Piauí”: o discurso anticomunista de Simplício Mendes

O anticomunismo é uma das principais temáticas abordadas por Simplício Mendes em sua coluna “Televisão”. Partidos políticos, instituições e pessoas consideradas por ele como comunistas eram duramente criticadas e repudiadas. Seus discursos materializados nas páginas da *Folha da Manhã* deixam evidente sua total aversão a ideias comunistas e regimes governamentais não capitalistas. O assunto era discutido de forma tão recorrente que se consegue identificar sequências de publicações diárias sobre o comunismo.

Na coluna “Atividades comunistas no Brasil III”, publicada em 20 de agosto de 1960,

³⁰ MENDES, Simplício. Justiça, não – calamidade, sim. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 461, p. 6, 9 jun. 1959.

Simplício Mendes chega a fazer ponderações em decorrência da quantidade de matérias dedicadas ao regime comunista e explica ao leitor da *Folha da Manhã*: “O assunto é atual e é vasto. Mas não será propício aos leitores e favorável ao jornal moderno, - demorar por muito tempo num só assunto, por maior que seja o interesse que possa ter. Precisamos variar” (MENDES, Simplício. Atividades comunistas no Brasil III. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 785, p. 6, 20 ago. 1960). Na materialidade do texto de Simplício Mendes é possível perceber dois elementos: primeiro, a sua preocupação em se enquadrar aos padrões do jornalismo moderno, no qual o jornal alegava para si, quando surgiu no final dos anos 1950 em que à imprensa piauiense, ainda caminhava rumo a transição do jornalismo opinativo e político para o jornalismo informativo e objetivo; segundo, Simplício Mendes deixa claro que guarda o interesse em abordar o comunismo em suas publicações e, para isso, carece que o assunto seja tratado em várias edições.

Na coluna “Perigo amarelo”, publicada em 16 de março de 1961, Simplício Mendes destaca que desde 1911, já abordava sobre o comunismo nos jornais do Piauí. Naquele momento, especificamente, escrevia sobre o perigo do comunismo no jornal *Diário do Piauí* numa coluna que assinava e que era semelhante a coluna “Televisão”. Na década de 1910, o *Diário do Piauí* era um jornal diário e pertencia ao poder público estadual, sendo fundado no governo de Antonino Freire da Silva (1910-1912). Desde então, afirma Simplício Mendes que, já denunciava pela imprensa piauiense o crescimento da China, nação comunista comandada pelo ditador Mao Tsé Tung (MENDES, Simplício. Perigo amarelo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 929, p. 6, 16 de mar. 1961). Diante do exposto, o objetivo deste tópico é analisar os discursos anticomunistas de Simplício de Mendes na década de 1960 na coluna “Televisão”. Antes disso, entende-se que se faz necessário compreender a concepção do que seja comunismo.

“Mas afinal, o que era mesmo o comunismo?”. A partir dessa indagação, Oliveira (2008) explica sobre a necessidade de compreender o que está sendo definido como comunismo na década de 1960, a qual não pode ser comparada com as definições do que é comunismo na atualidade. A autora ressalta que as condições históricas contribuem significativamente para a própria significação das palavras que vão constituindo formas diferentes de significar no mundo.

De acordo com Spindel (1983):

Se quiséssemos dar uma resposta simplificada ao extremo, poderíamos dizer que o comunismo é o último estágio do desenvolvimento histórico da

sociedade humana, dentro de uma visão marxista desta História. Poderíamos dizer também que esta sociedade não mais seria dividida em classes, que não mais existiria Estado, que todos os homens seriam iguais e poderiam desenvolver plenamente suas potencialidades (SPINDEL, 1983, p. 03).

Seguindo essa perspectiva de Spindel (1983), o comunismo tem como base um sistema econômico e social constituído a partir da propriedade coletiva. O pesquisador ainda ressalta que o avanço do comunismo nas sociedades ocidentais do século XX se deu justamente pelas promessas de implantação de um sistema formulado por meio da coletividade, dessa forma o regime não só foi adquirindo novos adeptos como também opositores, cujo início enquanto movimento político é marcado pela Revolução Russa, possuindo como base teórica o marxismo. Diante da complexidade do regime comunista, sem dúvida as contribuições teóricas de Karl Marx e Friederich Engels foram de fundamental importância para a expansão das ideias comunistas em alguns países.

As percepções de Marx e Engels sobre a implantação do regime comunista possuem como uma de suas bases a concepção de que os indivíduos podem atuar em diversas áreas profissionais sem, necessariamente, se prenderem a uma única área de atuação. Para os autores, o regime capitalista limita o trabalhador a realizar exclusivamente uma única atividade, na qual o obriga a continuar no labor caso não queira perder as formas de sua sobrevivência.

Desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe vem imposta e da qual não pode fugir; ser caçador, pescador ou pastor ou crítico, e deve continuar sendo se não quiser perder os meios de sua existência; enquanto que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, ainda que possa aperfeiçoar-se no ramo que deseje, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria a possibilidade para mim de fazer hoje esta coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, cuidar do gado ao entardecer, fazer críticas depois do jantar segundo minhas vontades, sem me converter, por isso, em caçador, pescador ou crítico” (MARX; ENGELS, 1989, p. 29).

Para Marx e Engels (1989), diferente do capitalismo em que as pessoas são submetidas a escolherem e realizarem somente uma atividade, na sociedade comunista o indivíduo é livre para desenvolver diversas funções, sem obrigatoriamente se prenderem a uma única esfera de trabalho, uma vez que a própria sociedade seria a responsável por regulamentar toda a produção geral.

Era justamente por se posicionar contra esses ideais comunistas, sobretudo os de Karl

Marx, que Simplício Mendes em diversos textos publicados na coluna “Televisão” fazia associação do comunismo ao próprio nome de Marx, não só o apresentando como seu maior propagador, mas também enquanto principal base de sustentação do seu discurso anticomunista. Assim, nota-se que muitas vezes o colunista fazia uso da palavra “marxista” para se direcionar ou denominar pessoas consideradas por ele como “comunistas”.

É evidente no discurso de Simplício Mendes sua total contrariedade ao regime comunista, o que o levava a desqualificar nações, pessoas, instituições, filiações partidárias, dentre outras coisas que se colocassem a favor do comunismo. Observa-se essa afirmação na coluna “Os Quatro Grandes”, na edição de 20 de maio de 1960, que relata a conferência de Cúpula que iria acontecer em Paris entre as quatro principais lideranças mundiais: Dwight Eisenhower, presidente dos Estados Unidos; Harold Macmillan, Premier do Gabinete Inglês; Charles De Gaulle, presidente da República Francesa e Nikita Kruschchevs, ditador Russo. A reunião tinha como propósito firmar um acordo sobre o desarmamento geral entre os países, a guerra fria e o tratado de paz com a Alemanha, entretanto, a convenção não aconteceu, segundo Simplício Mendes pela resistência do líder Russo (MENDES, Simplício. Os quatro grandes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n 716, p. 6, 20 maio 1960).

Um ponto importante a se analisar nesta coluna é como Simplício Mendes constrói, através do seu discurso o perfil físico e intelectual de cada líder mundial, ficando evidente que as figuras dos governantes Dwight Eisenhower, Harold Macmillan e Charles De Gaulle são “enobrecidas”; enquanto que o líder do governo Russo, Nikita Kruschchevs, é apresentado como personagem de porte físico e intelectual inferior, produção de sentido empregada como uma forma de desvalorizar o regime comunista:

Dwight Eisenhower, presidente dos Estados Unidos da América – 69 anos, 1,80 de altura. Nascido no Oeste dos Estados Unidos. Militar de carreira, começou como aluno de West Point e chegou a ser chefe supremo das Forças Aliadas que venceram Hitler. Desde 1945 é o 34º presidente de seu país, casado, um filho e 4 netos. Diversões preferidas: golfe, pesca, pintura e os plácidos prazeres da sua granja”. Harold Macmillan, Premier do Gabinete Inglês, 66 anos, 1,82 de altura. Filho de pai escocês e mãe norte-americana. Aluno de Oxford. Atual chefe do Partido Conservador e Primeiro Ministro desde 1957. Casado, tem 4 filhos e 12 netos. Gosta de caça de cães e da elegância britânica. É o único dos quatro grandes que fuma. Bebe wisque e vinho francês. Charles De Gaulle, presidente da república francesa, 69 anos, 1,92 m. de altura, Militar de carreira – estudou em Saint-Cin, - mas também magnífico escritor. Dirigiu a resistência Francêsa desde o famoso apêlo de 18 de junho de 1940. Gosta de leituras de autores clássicos e dos passeios solitários. Desde 1958 é Presidente da República Francêsa. Nikita Kruschchevs – 66 anos, 1,59 m de altura, nascido em Kurst – Urânia. Foi modesto pastor, ferreiro, mineiro. Comunista desde 1919 chegou a morte de

Stalin, aos cargos máximos do Partido e da União Soviética depois de dura luta com as facções contrárias, que disputavam o poder supremo. Deportou generais, marechais, heróis da guerra, - vultos notáveis como Molotoff, Malenkoff, Zukhov, e tantos outros, de quem não houve mais notícia alguma. Assumiu, afinal, o poder absoluto dos antigos tzars. Condenou o culto da personalidade, para apagar e obscurecer a memória de Lenine e, especialmente, de Stalin. É casado duas vezes, cinco filhos, um tombado em Stalingrado, e cinco netos. Gosta dos velhos provérbios russos, de tudo que retira do milho e é inveterado bebedor de vodka com cerveja (MENDES, Simplício. Os quatro grandes. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n 716, p. 6, 20 maio 1960, *sic.*).

É perceptível as diferenças apreciadas por Simplício Mendes para caracterizar Nikita Kruschchevs, sendo que cada escolha não é aleatória do ponto de vista da produção de sentido no discurso jornalístico. Assim, destaca-se que Nikita Kruschchevs é intitulado como “ditador Russo” que atuava anteriormente em funções julgadas de baixo prestígio social e intelectual, além de ser um governante que “despreza” valores primordiais, considerando que era o único líder político a se casar por duas vezes. Infere-se ainda que à medida que Simplício Mendes evidencia as características de Nikita Kruschchevs, classificadas por ele como inferiores, o colonista também constitui em seu texto as marcas do comunismo como um regime desregrado e cheio de perigos.

No caso do Brasil, o discurso anticomunista de Simplício Mendes, inicialmente, voltou-se para a figura de Luís Carlos Prestes, liderança do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em março de 1922. Sobre o início do comunismo no Brasil, Spindel (1983) explica que a vitória do movimento comunista na Revolução Russa, em outubro de 1917, refletiu diretamente no movimento operário brasileiro, introduzindo gradativamente alterações fundamentais para a formação do PCB nos anos vinte do século XX que passa a atuar em plena atividade política desde então.

No tocante a atuação de Luís Carlos Prestes, em 1922, como liderança do PCB, Simplício Mendes publica a coluna “Atividades comunistas no Brasil”, em 17 de agosto de 1960, afirmando que o líder do partido seguia suas práticas políticas orientado pela técnica da Internacional Comunista. Diante deste contexto, o colonista explica que sob tal direção, Prestes formou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), através da qual conseguiu penetração em vários seguimentos da sociedade, inclusive nas forças armadas, entre operários, estudantes, jornalistas, escritores e pequena parte da burguesia. Ainda nesta coluna, Simplício Mendes acrescenta que o movimento da ANL veio a fracassar em 1935, quando oficiais comunistas assassinaram companheiros de trabalho na praia da vermelha, no Rio de Janeiro, após esse acontecimento Carlos Preste e seus apoiadores foram processados e exilados o que reduziu a organização

soviético-brasileiro a pequenos grupos (MENDES, Simplício. Atividades comunistas no Brasil. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n 783, p. 6, 17 ago. 1960).

Restauradas as liberdades democráticas após o fim do Estado Novo, o PCB concorreu as eleições de 1945, elegendo 14 deputados. Entretanto, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil aliou-se aos Estados Unidos, na Guerra Fria, se posicionando contra a União Soviética, assim colocando o PCB na ilegalidade no contexto político nacional.

De acordo com Motta e Esteves (2006) uma importante ferramenta de atuação política do PCB foram as Ligas Camponesas, criadas ainda no governo de Getúlio Vargas, em 1945, o movimento rural reuniu trabalhadores de diversas regiões do Brasil e tinha como objetivo lutar pelos direitos dos agricultores. Motta e Esteves (2006) explicam que os comunistas ampliaram suas ações através das Ligas Camponesas visando mobilizar os trabalhadores rurais para a importância de organização deste movimento, contudo, como dito anteriormente o PCB foi posto na ilegalidade na gestão do presidente Eurico Dutra em 1947, e o movimento das Ligas Camponesas enfraqueceu, ressurgindo novamente na década de 1950 no Estado do Pernambuco.

Entendidas as “novas” Ligas Camponesas como um “ressurgimento” das ligas do PCB, seus traços de continuidade residiriam não apenas na maneira como ficaram conhecidas, por meio da própria denominação de Ligas Camponesas, como pela atuação de importantes militantes que acumulavam a experiência de ter atuado na constituição de ligas nos anos de 1940 e que estiveram presentes na constituição da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (MOTTA; ESTEVES, 2006, p. 3).

Essa liga que surgiu no estado do Pernambuco foi denominada de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), e funcionava na cidade de Vitória de Santo Antão, tendo como principal liderança do movimento o deputado pernambucano do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião Arruda de Paula que atuava como presidente das Ligas Camponesas, integrando um grupo de políticos e profissionais liberais os quais davam respaldo legal à organização dos camponeses pernambucanos.

Segundo Sousa (2007), em pouco tempo o movimento das Ligas Camponesas conquistou seguidores e militantes em várias regiões do Nordeste, inclusive no Piauí no governo de Chagas Rodrigues (1959-1962). O movimento no Piauí reuniu trabalhadores rurais de vários municípios do estado que se organizaram em sindicatos rurais para lutarem por melhores condições de vida no campo.

O processo de constituição das Ligas Camponesas no Piauí tem como um de seus marcos a criação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina e Parnaíba, ambas fundadas em novembro de 1961. Argumento que a experiência de formação das Ligas no Piauí teve como ponto de partida a confluência de empreendimentos cotidianos de lavradores e comunistas no Estado em um contexto onde a discussão sobre a questão agrária alcançava forte repercussão durante o governo Chagas Rodrigues (SOUSA, 2007, p. 01).

A criação das Ligas Camponesas no Piauí, em 1961, sofreu forte oposição desencadeada pelos grandes proprietários de terra do Estado, dentre eles Simplício Mendes que, em 30 de abril de 1961, publicou a coluna “Congresso de Operários e Camponeses”. Na oportunidade, ele relata que, no Piauí, o congresso reuniu lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais de diversos municípios do estado e contou com o apoio da Igreja Católica e do governador Chagas Rodrigues, além de outras autoridades políticas. Simplício Mendes participou do evento e fez diversas ponderações em sua coluna:

Aplaudimos, de certo, desde que êsse momento salutar não seja desvirtuado pelos fatores negativos sempre alertas, quanto ao desvio dos bons e justos propósitos pela demagogia partidária ou excesso de ideologias esquerdistas, que se dissimulam e, com todos os disfarces, penetram e tentam inutilizar ou transviar as melhores iniciativas, como está, visando a recuperação do ruralismo piauiense [...]. Temos, apenas, a impugnar – essa expressão: - “Operários e camponeses” – que não é nacional, mas alienígena, dando-nos a impressão e a mente da revolução comunista da Rússia ou da Polônia, donde é originária e vem de lá pela propaganda tendo por mira a sovietação do mundo, até o encontro das “Ligas Camponesas”, que veneram, com Chico Julião³¹, as efígies de Nikita Krutchev e Fidel Castro, - o barbudo Cubano. (MENDES, Simplício. Congresso de operários e camponeses. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n 964, p. 6, 30 abr. 1961).

A expressão “operários e camponeses” utilizada pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais do Piauí é tida como inaceitável por Simplício Mendes, que alega que tal denominação não existe na literatura brasileira e nem piauiense, encontrando-se somente no regime comunista para descrever o homem do campo. Da mesma forma, também nega a existência de “classes trabalhistas” no país, por conseguinte, no Piauí ao afirmar que o que há são “artesãos” e “trabalhadores urbanos” que atuam em atividades manuais e individuais não se caracterizando como proletariado.

³¹ Chico Julião referido no texto de Simplício Mendes trata-se do deputado federal Francisco Julião, principal liderança do movimento das Ligas Camponesas do estado de Pernambuco.

Para Mattos (2009), a divisão social do trabalho em classes se deu pela apropriação do excedente do produto do trabalho da maioria pela minoria. No regime capitalista, a distribuição social em classes assume aspectos mais avançados, sendo o ordenamento econômico mecanismo propulsor de demarcação entre as classes sociais. No meio rural, por exemplo, a terra é entendida como fator de demarcação social em que uma minoria comanda a produção agrícola, tendo como suporte uma maioria formada pela força excedente de trabalhadores rurais, que muitas vezes ganham o mínimo para sobreviverem.

Nas décadas de 1950 e 1960, foi-se estabelecendo uma visão sobre a importância da luta pela terra. De forma, que os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar “contra a exploração e a opressão das classes proprietárias dominantes” (GRYNSZPAN, 2002, p. 129). Assim, a discussão em torno da Reforma Agrária foi ganhando cada vez mais força e visibilidade no espaço político.

Os trabalhadores rurais foram uma das grandes novidades no espaço político do país naquele período. De assalariados a pequenos proprietários, incluindo posseiros, parceiros, arrendatários, foreiros e colonos, entre outras denominações, eles passaram a se identificar como camponeses, a se organizar e a lutar por terras e por direitos [...]. As lutas camponesas assumiram feições distintas, indo desde resistências contra expulsões até ocupações de terras e passando também por movimentos grevistas por salários, direitos trabalhistas e acesso a lotes para o cultivo. De início eram localizadas, mas, com o tempo, passaram a se generalizar, a envolver um número maior de pessoas e a se radicalizar, chegando mesmo a ocorrer enfrentamentos armados entre camponeses, jagunços e policiais (GRYNSZPAN, 2002, p. 130-131).

A luta dos camponeses por seus direitos somente se tornou possível pela organização dos sindicatos rurais, que através da mobilização dos agricultores começaram a lutar diretamente contra os proprietários de terras, seja por meio de ocupações, seja pela deflagração de greves para conseguirem melhores salários, direitos trabalhista e principalmente acesso à terra para o cultivo. Inicialmente eram pequenos movimentos isolados, contudo, os sindicatos foram ganhando força e adquirindo cada vez mais adeptos ao ponto que o movimento dos trabalhadores agrários começou a se expandir por todo o Brasil.

Sobre a organização sindical dos trabalhadores rurais no Piauí, Rocha (2017) relata a criação da ALTACAM (Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior, localizada na cidade de Campo Maior (PI)), sendo sua fundação inspirada na Liga de Teresina, da Fazenda Iniga e, na Liga Camponesa de Pernambuco, do Engelho Galileia. O autor ainda afirma que os trabalhadores rurais de diversas localidades do município de Campo Maior (PI)

sofriam privações dos seus direitos civis, políticos, econômicos e culturais.

Com relação a essas privações de direitos sofridas pelos agricultores e impostas pelos proprietários de terras, Rocha (2017) pontua: a obrigatoriedade de trabalho no domingo, dia considerado sagrado para os camponeses; controle sobre a venda dos produtos por eles extraídos, sem qualquer recebimento em dinheiro; proibição para a realização de atividades recíprocas de trabalho, os conhecidos mutirões, utilizados na recuperação de cercas caídas, na cobertura de casa, nos plantios e colheitas. O autor ainda ressalta que “esses mutirões representavam aos olhos dos proprietários oportunidades conspiratórias e, portanto, um espaço de prática política e de reforço de sociabilidades” (ROCHA, 2017, p. 45). Outra prática abusiva por parte dos fazendeiros eram os valores das taxas cobradas aos agricultores pela exploração da terra (renda):

Além dessas cobranças, o agregado ainda era submetido ao pagamento de prestações de serviços em dois dias da semana (cambão) na propriedade do fazendeiro. Essa obrigação era outra violência comum que muito os agredia. Muitos, ainda que indignados, respondiam às vezes com silêncio profundo, abandonando as terras onde viveram por muito tempo, deixando, para trás, casa, plantações e recordações, que, às vezes, doíam mais que os prejuízos materiais não indenizados pelos proprietários; em outras, com ações concretas e diretas, como as invasões de terras, como a recusa de se retirar da propriedade sem indenização ou, ainda, a não concordância de certos pagamentos que os proprietários lhes impunham naqueles momentos (ROCHA, 2017, p. 46).

As mobilizações dos agricultores começaram a ser vistas como uma ameaça eminente pelos fazendeiros que, por sua vez, caracterizavam os trabalhadores rurais de maneira pejorativa. A exemplo de Simplício Mendes que propõe uma definição para o “homem do ruralismo” em sua coluna, apresentando-o como um indivíduo “primário”, “peso morto”, “incapaz”, “inútil”, isto é, desprovido de aptidão para viver em sociedade, uma vez que desconhece a consciência dos seus deveres sociais:

O quanto êle precisa ser evidentemente cuidado, assistido educado e reeducado, para que se transforme de ser embrutecido e primário que é, pêso morto, incapaz e inútil, - em agente operoso e bem formado para o trabalho da produção. [...]. É forçoso convir que o nosso caboclo em geral, é homem biológico, quase nada de social, compreensivo e ao nível da solidariedade dos deveres sociais. Nômade, falta-lhe até o sentido de família. Em regra, pouco trabalha, nega-se ao esforço e, quando trabalha, não tem a previdência da poupança. Viciado e festeiro, embriaga-se, gasta tudo, briga, mata, assassina, arriba, muda de lugar, em constante e perigosas aventuras. Em geral, gosta de

aguardente, da faca, da espingarda e do rifle. É quase um homem primitivo por falta de assistência social e pelo abandono educativo, de que os governos são os únicos responsáveis (MENDES, Simplício. Congresso de operários e camponeses. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n 964, p. 6, 30 abr. 1961).

Observa-se que, para Simplício Mendes, o “homem do ruralismo” deveria ser “reeducado” para o trabalho da produção, pois são incapazes de conviver em sociedade, tem aversão ao trabalho, não possuem princípios familiares, dedica-se somente a uma vida de “farras” e “vícios”, sendo o Estado o único culpado por essa situação de calamidade dos sertanejos. Apresentando o caboclo como sendo a principal mão-de-obra existente na zona rural e este, por sua vez, é qualificado pelo colunista como “homem primitivo”, desordeiro, violento e sem educação.

Para se analisar como o “homem do ruralismo” é apresentado no discurso de Simplício Mendes se faz necessário entender a relação entre sujeito, linguagem e processo sócio-histórico. Orlandi (2007) explica que se pensarmos a relação do sujeito com a linguagem, ambos fazendo parte de uma relação com o mundo em termos sociais e políticos iremos compreender que as transformações vivenciadas pelo sujeito ao longo de sua vida possuem relação direta com os segmentos sociais aos quais são impostos pelo Estado.

Desse modo, o Estado no qual é composto por instituições as quais são materializadas nas formações sociais reverberam uma individualização do sujeito e de sua própria história, assim produzindo variados efeitos no processo de identidade e, conseqüentemente, em sua produção de sentidos. “Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado” (ORLANDI, 2007, p. 4). Assim, a forma como Simplício Mendes apresenta o trabalhador rural em seu discurso é configurada por ele como sendo resultado dos segmentos sociais constituídos pelo Estado.

A Igreja Católica por meio de leigos e religiosos da arquidiocese de Teresina (PI) apoiou a realização do “Congresso de Operários e Camponeses”. Sobre essa iniciativa da instituição religiosa Simplício Mendes afirmou que essa atitude da Igreja Católica era impulsionada pelo sentimento de proporcionar melhores condições de vida à família dos agricultores, se empenhando em uma Reforma Agrária justa, democrática e cristã, sem luta de classes, sem violência e visando uma certa igualdade entre os agricultores, organizando-se em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e lutando por uma sindicalização livre e democrática.

Sobre a atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores rurais, Oliveira (2008) explica que mesmo diante do posicionamento do Vaticano em impor uma postura única para a instituição, nunca ocorreu por parte de seus membros uma homogeneidade de pensamento. Isto

fica evidente no que diz respeito a questão agrária em que lideranças da Igreja Católica (padre, religiosos e leigos) se posicionavam de formas distintas, uns a favor da distribuição de terras e outros contrários.

Dom Avelar Brandão Vilela, bispo da arquidiocese de Teresina (PI) a partir de 1956, era conhecido nacionalmente pela idealização de diversos projetos sociais no Piauí. Defensor dos sindicatos agrícolas do estado, o líder religioso desagradou muitos proprietários de terras pertencentes a elite piauiense.

Na coluna “Agitadores e agitação social”, publicada em 25 de junho de 1963, Simplício Mendes explica que as ações da Igreja Católica em prol dos trabalhadores rurais são supervisionadas pelo arcebispo de Teresina (PI) D. Avelar, religioso que adquiriu grande respeito entre a população e o meio político partidário. O religioso é descrito pelo colunista como um guia da ação social que se fazia necessária: “Todos, entre nós, sentem a caridade da formação espiritual de D. Avelar, como sendo a luz que o ilumina e o guia, na sua ação social necessária e meritória” (MENDES, Simplício. Agitadores e agitação social. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 538, p. 6, 25 jun. 1963). Todavia, Simplício Mendes não deixava de alertar o líder religioso sobre o perigo do movimento da luta de classe, do incentivo a violência contra os proprietários de terras e da subversão ruralista através do desejo da Reforma Agrária e da sindicalização ruralista no Piauí:

Alinhavando estas linhas, - tomamos a liberdade, - não de solicitar, mas até de pedir e de implorar a atenção de S. Excia. para a pregação de luta de classe, de emprêgo de violência, de subversão ruralista, que se está fazendo em redor da reforma agrária e da sindicalização ruralista, - iniciativas por que se empenha a atacada e respeitável autoridade eclesiástica. Sua Excia. tem estado ausente, longe do nosso meio, por meses a fio. Naturalmente, devido a isso, ignora a agitação que se faz ou se tenta fazer, - a pretexto de reforma agrária e de sindicalização ruralista. Por dever de imprensa temos de registrá-la nesta nossa coluna jornalística e, assim, trazê-la, ao alto e acatado conhecimento da nossa respeitável autoridade eclesiástica. A nosso ver, no nosso humilde entendimento, tal coisa não está certa e tem perigos imensos à vista de todos. Se não é a técnica da violência marxista, - é a pratica muito semelhante. De agitadores e de agitação social e o clima intranquilo, em que estamos vivendo. E a igreja e o seu eminente representante no Piauí, - são de Justiça e de Paz, - para o trabalho, de que as instituições e a Pátria necessitam (MENDES, Simplício. Agitadores e agitação social. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 538, p. 6, 25 jun. 1963).

Simplício Mendes se apresentava na sua coluna “Televisão” como um homem “religioso”, “civilizado”, “conservador” e “seguidor da moral e dos bons costumes”. Discurso que de alguma forma contribua para a alteridade que pretendia marcar com relação aos

“trabalhadores rurais”, ou seja, os caboclos eram observados por ele como “homem primitivo”. Além disso, Simplício Mendes chamava a atenção para o seu dever de imprensa enquanto jornalista da *Folha da Manhã*, tendo como obrigação alertar D. Avelar sobre o perigo da luta de classe, do emprego da violência, da subversão ruralista, da Reforma Agrária e sindicalização ruralista. Dessa forma se dirigindo através de seus textos ao arcebispo com toda “humildade de entendimento”, por se tratar apenas de um fiel obediente.

Dois meses após publicar suas declarações na matéria “Agitadores e agitação social”, Simplício Mendes escreve a coluna “Primos-irmãos” em 28 de agosto de 1963. Desta vez, o alvo são alguns religiosos da arquidiocese de Teresina (PI) que, na sua opinião, atuam também como “agentes sindicalistas rurais”. No texto o colunista alega que esses agentes sindicalistas através do programa radiofônico “Desperta Camponês”³² transmitido pela emissora católica de Teresina (PI), Rádio Pioneira de Teresina, estão estimulando a Reforma Agrária “pela marra ou pela marreta” lutando contra a propriedade privada, inclusive, incitando ações de violência no campo para conquistarem seus direitos sobre a terra. Padre Carvalho, liderança dos sindicatos rurais, é apontado como uma das principais figuras na divulgação de ideais comunistas contra os proprietários de terra na zona rural do Piauí, como se verifica neste trecho da coluna: “O jeito é mesmo a marra, tal qual prega o Padre Carvalho e os seus pregoeiros e executores do ruralismo sindical” (MENDES, Simplício. Primos-irmãos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 592, p. 6, 28 ago. 1963).

Sobre essas acusações publicadas por Simplício Mendes de que religiosos ligados a arquidiocese de Teresina (PI), bem como lideranças dos sindicatos rurais estariam estimulando ações violentas contra os proprietários de terras no Piauí Carvalho (2006) explica, que em 1963 surgiram polêmicas em relação à maneira como se expressavam no rádio alguns responsáveis pelos programas do sindicalismo rural veiculados na Rádio Pioneira de Teresina. A autora afirma que esses questionamentos sobre a postura e as expressões usadas por líderes dos movimentos sociais da Igreja Católica partiu de Simplício Mendes, que considerava agressiva a forma como os religiosos se referiam aos fazendeiros.

Ademais, Carvalho (2006) ainda acrescenta que D. Avelar se manifestou publicamente no jornal *Estado do Piauí* explicando que a ação social realizada pela Igreja Católica por meio do Movimento de Educação de Base (MED) e dos sindicatos rurais era motivo de desagrado por parte dos proprietários rurais que procuravam qualquer erro das lideranças desses setores para punir os responsáveis pelos programas radiofônicos:

³² O programa “Desperta Camponês” era apresentando por Manoel Emílio Burlamaqui

[...] o Arcebispo manifesta de certa forma como a ação social desenvolvida pela Arquidiocese, através do MEB e do sindicalismo rural, constituía-se um incômodo ao grupo dos proprietários rurais, que estavam sempre atentos a qualquer manifestação daquelas lideranças responsáveis pelos dois setores, no sentido de perceber alguma falha que pudesse incorrer na punição de algumas daquelas pessoas responsáveis pelos referidos programas. O Arcebispo também se mostrou à disposição dos seus fiéis e dos demais grupos da sociedade para examinar e esclarecer os problemas que estiverem ao seu alcance. Deixou transparecer que aquelas manifestações contra alguma atitude dos responsáveis pelos programas eram tentativas de pessoas ou grupos insatisfeitos com a ação social arquidiocesana e, por essa razão, tentavam levantar alguma suspeita em relação às intenções do Arcebispo no que se referia ao trabalho social (CARVALHO, 2006, p. 147).

De acordo com Carvalho (2006), a insatisfação dos proprietários de terras do Piauí com relação às ações sociais da Igreja Católica, sobretudo em apoio aos sindicatos rurais, as quais foram relatadas por D. Avelar, ficam evidenciadas nas constantes publicações por meio de artigos escritos por Simplício Mendes, que era um dos grandes proprietários de terras no estado e combatia a sindicalização rural através dos seus textos.

O desentendimento de Simplício Mendes com os líderes religiosos fica ainda mais evidente na coluna “Em Redor de uma nota” que relata a divulgação de uma matéria publicada pelo jornal *Dominical*, de propriedade da Igreja Católica contendo uma série de acusações³³ contra Simplício Mendes, que se defende expondo não ser contrário aos sindicatos rurais. Mas, sim, a ações de padres e leigos que, em nome da arquidiocese de Teresina (PI), se utilizam de uma “linguagem agitadora” para estimularem a luta entre trabalhadores rurais e proprietários de terra.

Quem ouve as pregações dos sindicalizadores na Rádio Pioneira, de certo, outra decepcionante impressão não colherá. E avalia-se o que não se dirá por aí afora, em reuniões de homens rudes e primários, - quase ainda instintivos? Açula-se o sentimento da cobiça, do ódio, da controvérsia de interesses, num meio, onde não há justiça Trabalhista Organizada. É assim, o estímulo à luta de classes, tão do Credo e do interesse ideológico dos Comunistas. Será se não sabia disto. S. Excia. Revm.* D. Avelar? Estávamos para ir trocar ideais com S. Excia. Revm.* sobre o assunto, quando, extemporaneamente, lemos no *Dominical*, a nota agressiva, [...] Não acusamos, não articulamos libelo algum contra o Padre Carvalho. Registramos, apenas, fatos que são do conhecimento da cidade e dos meios ruralistas. Os processos usados, para a sindicalização, se não são comunistas, são os mesmos dos fundadores das célebres Ligas Camponeses (MENDES, Simplício. Em redor de uma nota. **Folha da Manhã**.

³³ Simplício de Sousa Mendes não fala na coluna quais seriam essas acusações que estaria sofrendo.

Teresina, ano VI, n 1. 598, p. 6, 5 set. 1963).

Simplício Mendes fica atento à atuação de leigos e religiosos nos sindicatos rurais e dar visibilidade ao assunto apresentando-os como sujeitos “perigosos” por estimularem a luta de classe e estarem afinados aos interesses ideológicos do comunismo. Embora o comentário do colunista sobre a nota publicada pelo jornal *Dominical* tenha sido, somente em setembro de 1963, a luta pela Reforma Agrária, já vinha sendo apresentado por ele no jornal *Folha da Manhã*. Por exemplo, em 12 de junho de 1963, Simplício Mendes, já havia publicado a coluna “Reforma agrária” pautando a violência contra os proprietários de terras e denunciando os líderes dos sindicatos rurais do Piauí de se apropriarem de ideias comunistas para incitar os trabalhadores rurais a invadirem as propriedades privadas e usarem de violência contra os que se opusessem ao movimento.

Fazendo uma comparação entre os sindicatos rurais e o comunismo, Simplício Mendes relembra o Congresso de Operários e Camponeses na coluna “Confusão demagógica”, publicada em 13 de setembro de 1963. Ele retoma questões que foram publicadas na coluna “Congresso de operários e camponeses”, de abril de 1962, afirmando que o objetivo do evento era um só: criar um sentimento de luta de classe no meio rural contra os proprietários de terras. Portanto, avaliava que a atuação dos líderes sindicalistas rurais não tinha por interesse educar o “homem primitivo”, ou seja, realizar uma reforma de costumes no camponês por meio da educação e da racionalização ruralista. No texto também Padre Carvalho volta a ser citado na coluna “Televisão”, como estimulador da luta de classe:

Padre Carvalho de batina suspensa, de mangas arregaçadas e punhos cerrados, em comícios monstros de milhares de assistentes, - estimulando a luta de classe na sociedade ruralista, gritando por uma reforma da Constituição que relaxe e desmoralize a propriedade privada sobre a terra numa República democrática, - contra a qual investem e conspiram os comunistas, - formado ao seu lado, na praça pública e perante os sertanejos ignorantes e incompreensivos. Pura confusão demagógica, gastando-se milhões em agitações de teor subversivo (MENDES, Simplício. Confusão demagógica. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 604, p. 6, 13 set. 1963).

Vale destacar ainda como os sujeitos são descritos na coluna de Simplício Mendes, em que os “sertanejos” são discursivamente apresentados como “ignorantes” e “incompreensivos”, portanto, mais fáceis de serem manipulados pelos líderes sindicalistas que lançavam mão da demagogia para promover “agitações de teor subversivo” no campo. Simplício Mendes, na defesa dos interesses dos proprietários de terra, sabia da influência dos líderes religiosos no

campo. Não só. Ele também temia o avanço de ideias comunistas no meio rural, sobretudo, porque uma das principais bandeiras do comunismo era a Reforma Agrária. Por isso mesmo, atribui para si a tarefa de alertar e condenar o sindicalismo e o apoio da Igreja Católica na questão da terra. Logo, entendia que junto ao sindicalismo do campo se avançava também as ideias comunistas e com ela o perigo da subversão, da desordem, da conspiração por meio da luta de classe.

Em coluna publicada no dia 14 de setembro de 1963, Simplício Mendes continua suas acusações contra o movimento dos sindicatos rurais, afirmando que com a Reforma Agrária se criou a ideia de que a propriedade privada é um crime e que o fazendeiro é um “ladrão”, “assassino”, “capaz de matar”. Tanto é que ele, Simplício Mendes, ainda denuncia ter sido chamado de assassino no Congresso de Operários e Camponeses apenas por ser considerado um poderoso latifundiário:

Não obstante, sob a orientação agitada e demagógica de Pe. Carvalho e outros comparsas, - um rapazote de nome Evaristo de Oliveira Neto, da banda de música de Miguel Alves, mas instituído, agora, lá pelas Ligas Camponesas do Rio Grande do Norte – feito presidente de sindicato ruralista – quando do comício de pura agitação e ameaça – realizado na Praça Rio Branco – foi um dos oradores, para dizer-se em perigo de homicídio por parte de poderoso latifundiário de Miguel Alves, cujo nome não declinou, apesar de interpelado pela multidão, dizendo, porém, alguém ao lado dêle: é o Coronel Simplício Mendes. E o garôto agitado e adestrado e instruído chegou mesmo ao patético, - apresentando as suas despedidas aos companheiros ruralistas, pois não contava estar vivo, - noutra concentração (MENDES, Simplício. Propriedade territorial. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 605, p. 6, 14 set. 1963).

Ainda nesta coluna, declarando-se desnortado diante de tais acusações, Simplício Mendes se nega a acreditar que o arcebispo de Teresina (PI), D. Avelar, estivesse de acordo com essas atitudes dos representantes religiosos ligados aos sindicatos rurais do Piauí, que se utilizavam do nome da Igreja Católica para cometerem “agitações” e “delitos”. Havia uma preocupação muito grande em torno dos sindicatos rurais e Ligas Camponesas no Brasil como um todo. No Piauí, essa preocupação se via constantemente publicada na imprensa local, até porque os impressos eram mantidos pelos grupos de poder político e econômico do Estado que temiam a perda de seus privilégios e glebas.

Na coluna “Sindicalização rural”, da edição de 17 de setembro de 1963, Simplício Mendes destaca que não está combatendo a sindicalização promovida pela arquidiocese de Teresina (PI), mas, sim, a “inversão de valores” criado pelo movimento sindicalista que considera todo proprietário rural como “senhor feudal”, “explorador rural”, capaz de mandar

“matar” (MENDES, Simplício. A sindicalização rural. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 607, p. 6, 17 set. 1963). Discurso já declarado na coluna “Propriedade territorial”, quando explicita que Evaristo de Oliveira Neto havia se despedido dos “[...] companheiros ruralistas, pois não contava estar vivo, - noutra concentração” (MENDES, Op. Cit.).

Essa inversão de valores na qual Simplício Mendes alega no sentido de que os sindicatos rurais do Piauí estariam construindo uma imagem negativa dos proprietários de terras pode ser estabelecida por um discurso argumentativo. Orlandi (1998) afirma que em um discurso argumentativo o sujeito (orador) se utiliza de suas formações imaginárias, se colocando em uma posição de prever o que o outro (ouvinte) vai pensar acerca do seu discurso, criando assim uma antecipação em imaginar o que outro vai pensar.

É nesta perspectiva que se deve considerar a antecipação. Todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro). Cada um "sabe" prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de todo discurso [...]. Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens (ORLANDI, 1998, p. 76-77).

Este posicionamento do sujeito em tentar antecipar o pensamento do outro com relação a seu discurso torna-se a base de sustentação do discurso argumentativo, no qual é constituído pelas formações imaginárias que são estabelecidas ao longo de todo o discurso, ou seja, o ato de argumentar é condicionado pelo ato de prever o discurso.

Nesse sentido, esse embate argumentativo contra as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais do Piauí, também era motivado pelo fato de Simplício Mendes ser um latifundiário riquíssimo, ou seja, ele não defendia apenas os benefícios dos proprietários de terras, mas os seus próprios interesses pessoais enquanto fazendeiro. Na coluna “Propriedade Territorial”³⁴, Simplício Mendes afirma ser dono de dez propriedades rurais, criador de gado e cultivador de lavouras em sistema de parceria agrícola, oferecendo assistência médica e terapêutica para aproximadamente setenta famílias de lavradores. Declarava ainda receber um terço do que foi produzido em suas terras, pagando diárias entre 250,00 e 300,00 cruzeiros. Ajuizava não cobrar renda de agregados de suas fazendas e nunca ter exigido prestação de trabalho gratuito, não podendo por esses aspectos ser considerado um explorador dos seus trabalhadores. Exposto isto, não admitia ser acusado de “fazendeiro explorador” pelos sindicalistas rurais, uma vez que

³⁴ MENDES, Simplício. Propriedade territorial. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 605, p. 6, 14 set. 1963.

suas propriedades eram regularizadas e foram adquiridas honestamente.

Através da coluna “Televisão” Simplício Mendes se coloca eminentemente como defensor da propriedade privada. Na coluna “Propriedade territorial e o homem ruralista II”, de junho de 1963, Simplício Mendes assume para si a responsabilidade de orientar seus leitores sobre a complexidade em que se estabelece uma Reforma Agrária, vista por ele como um dos principais mecanismos de constituição do regime comunista, uma vez que o Estado nunca se preocupou com os agricultores, não lhes oferecendo infraestrutura social e melhores condições de vida que de fato os permitisse produzir no meio agrário com eficiência:

Reforma agrária não é operação arbitrária. Demanda estudos, observações, reflexão. Cada país tem a sua estrutura econômica diferente e exige uma forma peculiar de reforma agrária. O que se faz na Cuba de Fidel Castro, não é a mesma coisa que se deve fazer numa República que tem devolutas imensas terras [...] Reforma agrária entre nós não é dividir terras, mas colonizar em grandes escalas, as terras férteis e despovoadas que temos e das melhores, por toda parte. Reforma agrária é reeducar e fixar o homem à terra, dando-lhe noção verdadeira de civismo, dos direitos, da sociedade humana, da pátria e até de Deus, - o Criador (MENDES, Simplício. Propriedade territorial e o homem ruralista II. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n 742, p. 6, 24 jun. 1960).

Simplício Mendes apresenta a Reforma Agrária como um sistema complexo, na qual deve ser estabelecida de acordo com as especificidades de cada país, tendo em vista que não se trata apenas de uma divisão de terras, mas da colonização de ambientes férteis para a produção agrícola, obstante se fazendo necessário reeducar o trabalhador rural lhes oferecendo noção de convívio social e até mesmo de Deus.

No Brasil, a Reforma Agrária ganhou grande visibilidade no governo de João Goulart que em seu plano governamental propôs a implementação das reformas de base, reformas estruturais que abarcavam os setores educacional, fiscal, político, agrário etc. De acordo com Toledo (2004, p. 17), “como reconhecia o Plano, as reformas eram indispensáveis a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um novo patamar de desenvolvimento”. No setor agrário, João Goulart defendeu que não fosse pago indenizações em dinheiro nas desapropriações de terras por interesse social de propriedades privadas, no entanto, esse posicionamento do presidente não era aceito por uma parte dos que compunham o seu governo. Por isso, a dificuldade de chegar-se a um consenso sobre o tema em questão.

Em 3 de junho de 1963, Simplício Mendes publica a coluna “Esquerda subversiva” dando visibilidade a proposta das reformas de base do governo de João Goulart, dessa maneira se posicionando contra a perda de indenizações em dinheiro nas desapropriações de terras. E

mais do que isso, o colunista acusa o presidente Goulart de apoiar o comunismo (MENDES, Simplício. Esquerda subversiva. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 522, p. 6, 3 jun. 1963). Nesta coluna, Simplício Mendes denomina a esquerda de “subversiva” em seu título, ratificando a ideia da esquerda como segmento que prega e executa atos contra a ordem estabelecida. A ideia da subversão aparecia nas suas colunas sempre ligadas aos movimentos promovidos pela esquerda e pelo comunismo.

Na edição de 18 de junho de 1963, Simplício Mendes publica a coluna “Técnica da revolução” falando sobre as inúmeras greves de operários no Brasil como sendo parte de uma estratégia do poder executivo para implementar uma revolução comunista no país (MENDES, Simplício. Técnica da revolução. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 532, p. 6, 18 jun. 1963). Simplício Mendes ainda alegava que as greves paralisavam a economia e prejudicavam profundamente as finanças do país. Diante deste contexto vivenciado no Brasil, o colunista afirmava que a propriedade privada era tida como mecanismo fundamental para manter o regime democrático e garantir a estabilidade financeira da República, e era justamente por este motivo que os líderes esquerdistas brasileiros influenciados pelas ideias comunistas lutavam por uma reforma constitucional de desapropriação da terra e de todo o sistema privado, em que tudo passaria a ser controlado pelo governo.

A propriedade privada é o fundamento da democracia e da convivência entre homens e nações livres. E daí a razão porque os esquerdistas brasileiros, tocados de comunismo, se enfurecem e se encarniçam por uma reforma constitucional permissiva de uma desapropriação da terra e não só da terra, de tudo, à mercê do governo, passando a ser o senhor absoluto de toda economia da República. As emendas dos extremistas estão nas Comissões do Congresso Nacional. O que seria de espantar é que governadores democráticos apoiem essa manobra ardilosa, - perigosíssima de reforma agrária, - precedendo as destruições das garantias da propriedade privada. Claro que uma reforma agrária justa, eficiente, sem abalos sociais se poderia fazer de certo (MENDES, Simplício. Técnica da revolução. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 532, p. 6, 18 jun. 1963).

Alegando que as ideias comunistas eram implantadas pelos políticos de esquerda, na coluna “O fenômeno Brizzola”, de 9 de junho de 1963, Simplício Mendes divide o comunismo em duas frentes de atuação no Brasil. A primeira, o comunismo que almejava estabelecer na prática métodos violentos, fazendo uso da força para alcançar seus objetivos, cujos membros são formados por “marxistas” como: Brizola, Almino Afonso e Bocaíuva da Cunha. A segunda composta por um número maior de pessoas que evitam o uso de violência optando por utilizar as instituições democráticas, essa ala sendo composta por todos os políticos que se utilizam de

seus poderes para pressionar o Congresso Nacional afim de conseguirem obter benefícios pessoais por intermédio de favores e promessas enganosas.

Leonel de Moura Brizola³⁵ se tornou figura constante na coluna “Televisão”, apontado por Simplício Mendes como uma das principais lideranças do movimento comunista no Brasil e considerado uma ameaça ao regime democrático do país. Ainda na coluna “O fenômeno Brizzola”, o colunista destaca três ações que tornaram o político conhecido nacionalmente. A primeira foi sua luta em favor da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. A segunda por tratar-se de um reformador agrário “radical e violento” que estimula os camponeses a expropriarem violentamente propriedades territoriais privadas. A terceira por ser um socialista e antiamericano defensor de Cuba e admirador de Fidel Castro.

Para Leite (2015), a atuação de Leonel Brizola no movimento pela Legalidade da posse de João Goulart foi de fundamental importância para que Brizola ganhasse projeção nacional e estabelecesse em torno de si os segmentos de maior expressividade da esquerda brasileira. De forma que, ao terminar seu mandato como governador do Rio Grande do Sul Brizola, logo aceitou o convite do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) carioca para se candidatar a deputado federal pelo estado da Guanabara elegendo-se com cerca de 300 mil votos, maior votação obtida até então para esse cargo. Sobre o desempenho de Brizola no parlamento federal, Leite (2015) apresenta as seguintes ponderações:

O desempenho de Brizola como deputado federal foi igualmente marcado por uma atividade política constante. No início de 1963, foi organizada, sob sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Na Frente reuniam-se as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base e que se esforçavam para que Jango assumisse os compromissos reformistas, mesmo que para isso fosse preciso existir uma política de confronto com a direita (LEITE, 2015, p. 20).

No Congresso, Leonel Brizola se consolidou como liderança junto aos parlamentares que apoiavam as reformas de base. Se utilizando de um discurso forte e radical em torno do nacionalismo, sobretudo contra os Estados Unidos, Brizola foi consolidando-se cada vez mais como um líder esquerdista. Simplício Mendes, na coluna “O fenômeno Brizzola”, caracteriza o político como “esquerdista”, “seguidor de ideais comunistas”, que mesmo atuando como deputado federal luta pelo fechamento do Congresso Nacional: “É a figura de prôa dos esquerdistas-nacionalistas-leninistas da subversão brasileira. E é um homem forte que, sendo

³⁵ Leonel de Moura Brizola, era engenheiro civil e político, líder de esquerda considerado por muitos como comunista, foi governador do Rio Grande do Sul (PTB), e do Rio de Janeiro pelo (PDB), sendo o único governador eleito pelo povo em dois estados diferentes em toda história do Brasil.

deputado federal, ataca violentamente o Congresso Nacional e aponta para a sua dissolução e fechamento das portas, por ser medida necessária” (MENDES, Simplício. O fenômeno Brizzola. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 526, p. 6, 9 jun. 1963).

Simplício Mendes ainda critica a postura do presidente João Goulart em silenciar-se frente as ações comunistas de Leonel Brizola no Congresso Nacional, por um lado; e por outro lado aborda que Goulart acusa o Congresso de conspirar de golpe contra o seu governo. Assim sendo, Simplício Mendes avalia que é Brizola quem de fato governa o país fazendo apologia ao comunismo e contribuindo para o constante crescimento do regime no Brasil, discurso que defendia desde junho de 1963 quando publicou a coluna “Reforma Agrária” (MENDES, Op. Cit., 1963). O colunista ainda ressalta que os apoiadores do comunismo em geral não declaram em público serem comunistas preferindo serem identificados como “anti-americanistas”, “nacionalistas”, ou “políticos de esquerda”.

Na coluna “O comunismo nacionalista”, publicada em 21 de junho de 1963, Simplício Mendes afirma por meio de seu discurso que os comunistas se infiltram na sociedade para espalharem a “ideologia marxista” sobre a luta de classe, levando para o campo o espírito de revolta contra os proprietários de terras, pregando para o trabalhador rural uma Reforma Agrária por meio da força e da violência. Explicita ainda que o lema de sua bandeira era: “Reforma agrária a qualquer preço, - “pela lei ou pela marra”” (MENDES, Simplício. O comunista nacionalista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n 1. 533, p. 6, 21 jun. 1963).

A partir do exposto, verifica-se que Simplício Mendes ocupou boa parte de sua coluna com textos que tinham como pauta o comunismo, a Reforma Agrária, as lideranças sindicais rurais no Piauí, a esquerda política e os perigos de seu avanço no cenário brasileiro. Do seu lugar social de fala, quer como jornalista, quer como proprietário rural, Simplício Mendes não deixou de defender seus interesses enquanto latifundiário apresentando-os em sua coluna como sendo da coletividade. Dessa forma Simplício Mendes combatia em seus discursos o comunismo e a esquerda política ao passo que temia seus avanços frente as lideranças comunistas que ganhavam voz e espaço junto aos homens do campo. Afinal, nenhum proprietário de terra queria perder um centímetro de sua gleba, menos ainda seus privilégios. Em nome da democracia e da ordem, viu-se Simplício Mendes construir o seu avesso: a ditadura do proletariado e a desordem. Posicionando-se contrário a Reforma Agrária, o colunista se esforçou em instituir discursivamente o comunismo como um perigo real para a sociedade democrática e, por este motivo, qualquer forma de apoio ao regime deveria ser combatida, assim conservando e garantindo a segurança da nação brasileira.

3.3 Simplício Mendes e sua autorreferência como personalidade política formada pela “moralidade” e a “justiça”

A política partidária atravessou significativamente a trajetória de Simplício de Sousa Mendes enquanto homem público, forte liderança da UDN piauiense mantinha relações com importantes chefes políticos do partido no Piauí e na esfera nacional. Dando visibilidade ao cenário político, Simplício Mendes utilizava a coluna “Televisão” como ferramenta para divulgar suas opiniões, sobretudo apoiando os correligionários da UDN e tecendo duras críticas aos partidos de oposição.

Entre 1916 e 1920. Simplício Mendes assume o cargo de deputado estadual no governo de Eurípides Aguiar (1916-1920). Em 1958, se candidata a prefeito de Miguel Alves (PI), mas não consegue se eleger. Alegando não ter vocação para ser mandatário declarava seu desinteresse em cargos representativos. Para Simplício Mendes, a política se tratava de uma missão que deveria ser exercida todos os dias, não necessariamente o sujeito precisaria ocupar um cargo político para atuar como tal. Com isso, se autointitulava um político nos seguintes termos: “Sou político por amor a política, por princípios, ajudando ou trabalhando pelas causas, que, ao meu ver, melhor possam servir o interesse geral da coletividade, o bem público” (MENDES, Simplício. Porque sou candidato. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 239, p. 6, 22 ago. 1958).

Além de político por vocação, também pode-se caracterizar Simplício Mendes enquanto intelectual orgânico. Não obstante, o intelectual orgânico possui a função de sedimentarem suas ideias e ideologias em uma determinada classe da estrutura social, seja ela dominante, seja ela trabalhadora. Contudo, ainda existem os intelectuais orgânicos que se apresentam como neutros, alegando não pertencerem a nenhuma classe social, mas que no fundo acabam contribuindo para divulgar as ideologias da classe dominante (GRAMSCI, 2010).

Para Gramsci (2010), o Partido Político atua como interligação entre os intelectuais e as classes sociais. Nesse aspecto, o partido se apresenta como um intelectual coletivo capaz de desenvolver um trabalho de forma mais eficaz na estrutura social.

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos

qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2010, p. 24).

O Partido Político enquanto intelectual coletivo abrange em sua conjuntura todos os intelectuais pertencentes a uma determinada classe social, para assim lutarem pelos interesses da classe que representam. Para que isto aconteça os intelectuais que já integram o partido atuação na formação e qualificação política de novos membros, tendo como intuito o fortalecimento e crescimento de suas próprias classes.

Simplício Mendes atua como intelectual orgânico que representa os interesses da classe dominante, haja vista sua atuação na esfera jurídica, agrária, intelectual e, sobretudo, política partidária, em que através da sua filiação partidária na UDN disseminava suas ideias e convicções ideológicas. Assumindo, inclusive, o papel de orientar os políticos mais jovens pertencentes ao partido.

Filiado a UDN, partido pelo qual nutria grande admiração, Simplício Mendes torna-se um fiel defensor das causas udenistas. Sobre o surgimento da UDN no Piauí, o colunista faz questão de dizer publicamente que ajudou a fundar o partido no Piauí em 1945 para lutar contra a ditadura de Getúlio Vargas. Faz isso na coluna “U.D.N do Piauí”, publicada na edição da *Folha da Manhã* de 22 de julho de 1960, na qual também assegura que a decisão foi motivada depois de desavenças políticas com o interventor Federal do Piauí, Leônidas Mello, que aposentou Simplício Mendes do Tribunal de Justiça do Estado ao lado dos desembargadores Esmaragdo de Freitas e Arimatéia Tito:

Desde 1939, quando, dissolvido ditatorialmente o Tribunal de Justiça do Piauí, - ao lado de dois grandes lidadores, - Desembargadores Esmaragdo de Freitas e Arimatéia Tito, - lançamo-nos, decididos à luta contra a ditadura, o discricionarismo e, sobretudo, o personalismo irrefreável, que destruía o idealismo da revolução contrária à ordem política anterior a 1930; - desde, então erguemos no Estado, a flâmula dos princípios, que em 1945, se definiram e se objetivaram na *União Democrática Nacional*, - partido político de oposição, organizado na República. Aqui o partido foi constituído por todos aqueles que combatiam os excessos e os erros da longa fase despótica de governo (MENDES, Simplício. U.D.N do Piauí. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 763, p. 6, 22 jul. 1960).

Nascia, portanto, a UDN no Piauí. Partido de oposição que, segundo Simplício Mendes, iria lutar contra tudo aquilo que fosse contrário à moralidade e a ordem social, combatendo as paixões partidárias que pudessem afetar a política democrática.

De acordo com Assunção (2009), a aposentadoria compulsória dos desembargadores

Esmaragdo de Freitas, Simplício Mendes e Arimatéia Tito foi muito utilizada pela UDN como mecanismo para combater o PSD, principal partido de oposição da UDN nas eleições de 1945 e 1947, de forma que os udenistas alegavam nos pleitos eleitorais que a decisão de Leônidas Mello em afastar os magistrados dos seus cargos era totalmente arbitrária aos preceitos jurídicos e caracterizava-se como um ato de autoritarismo e abuso de poder.

A forte ligação de Simplício Mendes com a UDN pode ser associada aos princípios de constituição do partido na esfera brasileira. Benevides (1981) explica que ainda nas primeiras movimentações políticas para a criação da UDN o partido ficou conhecido por expressões como “partido do anti-getulismo”, “partido dos bacharéis”, “partido das classes médias”, em alusão aos políticos que tentavam implementar o novo partido, aos quais em sua maioria pertenciam a classe média do país.

O processo de formação da UDN de fato consolidou-se por meio de um movimento amplo de oposição que reuniu antigos partidos estaduais e novos aliados políticos, dando surgimento a UDN em 07 de abril de 1945, cuja bandeira política dava-se em torno das liberdades democráticas contra a ditadura de Getúlio Vargas. Formado por um elenco heterogêneo, o partido lutava pela “liberdade de imprensa e de associação, anistia, restabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal” (BENEVIDES, 1981, p. 10). O Major-Brigadeiro Eduardo Gomes foi o escolhido para representar a UDN nas eleições presidenciais em dezembro de 1945, porém, acabou derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra (PSD) ministro da Guerra no governo de Vargas.

No Piauí, Oliveira (2016) destaca que no período após o Estado Novo a política partidária estava dividida em duas frentes: Primeira, os que haviam apoiado Getúlio Vargas e que tinham se beneficiado do período pós-1930. Agrupando-se no PSD, este grupo era composto pelos grandes comerciantes, líderes do ruralismo e profissionais liberais que ganharam projeção no Estado Novo, como o ex-interventor federal Leônidas Mello. A segunda, associadas a UDN, estavam os excluídos politicamente do regime estadonovista, dentre eles ricos comerciantes e profissionais liberais, principalmente bacharéis em Direito. Já o PTB só foi estabelecido no Piauí em 1946 por um pequeno grupo de industriais na cidade de Parnaíba, zona portuária, onde já existia atuação de sindicatos desde a década de 1930. Este partido por sua vez também possuía ligação com Vargas.

Nesse contexto político piauiense, Oliveira (2016) faz as seguintes colocações sobre o início da UDN no Piauí:

Pouco tempo depois do primeiro comício piauiense e da fundação nacional do

partido, mais precisamente no dia 12 de maio de 1945, a UDN foi inaugurada oficialmente no Estado, em uma reunião com vários representantes de municípios, ex-governadores como Mathias Olympio e Eurípedes de Aguiar (inimigos históricos), assim como os ex. desembargadores Simplício Mendes e Esmaragdo de Freitas (OLIVEIRA, 2016. p. 120).

É possível perceber que Simplício Mendes iniciou sua trajetória política na UDN desde a fundação do partido no Piauí. Sobre sua filiação à UDN, o colunista declara na coluna “U.D.N do Piauí” não ser udenista por conveniência, sendo sua personalidade política formada pela “moralidade” e a “justiça”, nunca tendo aspirado cargos políticos, mas sim encargos e responsabilidades que inclusive o levam a sofrer quando a UDN enfrenta divergências pessoais entre seus filiados que se deixam levar por paixões desenfreadas. Explicita ainda que via “[...] com tristeza, senão com íntima revolta, dirigentes do partido, que nasceu com tão alto signo, levarem para o seio da corporação paixões, malquerenças, intrigas pessoais, que antes deveriam ser postas de parte e completamente alheias à orientação partidária” (MENDES, Simplício. U.D.N do Piauí. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 763, p. 6, 22 jul. 1960). Para Simplício Mendes, as divergências internas entre as lideranças udenistas só levariam o partido a uma série de crises prejudicando seu crescimento na política partidária.

Em sua atuação política, Simplício Mendes se candidata a prefeito da cidade de Miguel Alves (PI) pela UDN em 1958, como já foi apontado anteriormente. É na coluna “Porque sou candidato”, de 22 de agosto de 1958, que se encontra as declarações de Simplício Mendes concernentes a sua motivação de concorrer ao pleito naquele ano. Justifica-se: dá-se pelo afeto à cidade fundada por seu pai e à qual investiu parte de suas finanças ainda na juventude para ver seu progresso:

É a terra fundada por meu Pai, é o município, criado pelo meu esforço, é a comarca por que me interessei e da qual, durante um decênio, fui o primeiro juiz de direito. Centro das minhas economias, não posso deixar de ter amor à terra, ao seu povo humilde, à sua pobreza, por cujo melhor padrão de vida, sinto devo dar as últimas energias, assim como outrora, fiz o que pude, dando-lhe as da minha mocidade (MENDES, Simplício. Porque sou candidato. **Folha da Manhã**. Teresina, ano I, n. 239, p. 6, 22 ago. 1958).

Era declarando amor pelas pessoas mais humildes da cidade de Miguel Alves (PI) que Simplício Mendes dizia-se realizar o “grande sacrifício” em concorrer às eleições, uma vez que considerava que o município, em 1958, encontrava-se “arruinado materialmente” e “moralmente”, bem como cercado de políticos cujo único desejo em se candidatarem ao cargo de prefeito era para receber os repasses de verbas federais. Sustenta que, anteriormente, quando

o município só dispunha dos impostos municipais ninguém aspirava concorrer à prefeitura.

A questão da moral na prática da política partidária é recorrente no discurso de Simplício Mendes na coluna “Televisão”. Toma como base sua própria ideologia, na qual a moralidade aparece como suporte fundante para o exercício da política. Para Orlandi (1998), o conteúdo do discurso ganha forma material pela ideologia, sendo a corporalidade do sentido formulada pela linguística-histórica. A autora ainda sustenta que “é aceitar a inscrição da língua na história para que haja sentido. É aceitar ao mesmo tempo que há real tanto da língua quanto da história, sendo o sentido já um gesto de interpretação” (ORLANDI, 1998, p. 75). Nessa percepção, o discurso é constituído pela linguagem do enunciador num determinado tempo histórico, cuja produção de sentidos dar-se pela interpretação do discurso.

Essa relação dos processos históricos na formulação do discurso pode ser construída através dos próprios acontecimentos vivenciados pelo enunciador. No caso de Simplício Mendes, isso é observado logo após o resultado das eleições municipais em que concorreu à prefeitura de Miguel Alves (PI), conseguindo obter apenas 899 votos válidos, perdendo o pleito para seu opositor Jesus Rêgo que alcançou 1.099 votos. Seu opositor na campanha eleitoral, Jesus Rêgo, era ex-udenista que logo depois que deixou a UDN, fundou em Miguel Alves (PI) o Partido Republicano (PR).

A derrota de Simplício Mendes nas urnas é analisada por ele mesmo na coluna “Televisão” da edição da *Folha da Manhã* em 12 de outubro de 1958. Intitulada de “Esfôrço construtivo”, Simplício Mendes faz um discurso em defesa de sua imagem política pós-derrota eleitoral de 1958 e justifica que com a saída de Jesus Rêgo da UDN o partido se dividiu no município não conseguindo formar bases políticas solidas, tendo esse fator contribuído para sua derrota nas urnas. Inconformado, Simplício Mendes destaca outras causas de não ter logrado êxito no pleito:

Não fui eleito, é verdade, mas isso aconteceu porque, mais de trezentos eleitores que votariam no meu nome, não puderam ser transportados às seções antes da rígida lei das 17 horas, decretada e executada inflexivelmente pelo critério judicante do sr. Juiz eleitoral da zona. Este magistrado, que durante o alistamento, disseram-me, que fôra imparcial, - no resto a sua preferência pela causa contrária à minha (MENDES, Simplício. Esfôrço construtivo. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 299, p. 6, 12 out. 1958).

Para além das causas dos motivos que justificam Simplício Mendes ter perdido para Jesus Rêgo, o fragmento acima revela elementos de como aconteciam as eleições nos municípios do Piauí em 1958. Sob a ótica de Simplício Mendes, verifica-se a “rigidez da lei

que encerra a votação às 17 horas” e que os “homens do ruralismo” não foram transportados a tempo. Dados preciosos para inferir sobre as condições do homem do campo e as práticas de coronelismo e voto de cabresto no Piauí, numa sociedade como a de Miguel Alves (PI) marcada pela produção do extrativismo do coco babaçu. Simplício Mendes pontua numericamente que eram mais de 300 (trezentos) eleitores, quantidade suficiente para que ele ganhasse as eleições municipais.

Simplício Mendes volta a alfinetar os juízes do Piauí, acusando o juiz eleitoral de Miguel Alves (PI), Paulo de Tarso Mello e Freitas³⁶, de praticar atos de perseguição política. Neste caso, a “falha” do juiz centra-se no fato dele ter ordenado que não fossem instaladas urnas de votação no povoado Matões, um dos maiores do município de eleitores udenistas. Embora a localidade possuísse um colégio eleitoral, não foi aberto para os eleitores que tiveram que se deslocar até a cidade Miguel Alves para votar. Simplício Mendes ainda lamenta a quantidade insuficiente de caminhões disponibilizados para transportar os eleitores até o encerramento das urnas, às 17 horas, de maneira que acabou perdendo o voto de cerca de 350 eleitores.

Divisão interna dos correligionários da UDN, transporte insuficiente dos eleitores “udenistas” até Miguel Alves (PI), “sabotagem” do juiz” foram argumentos usados por Simplício Mendes na coluna “Esfôrço construtivo” para justificar sua derrota eleitoral. Entretanto, o assunto não foi encerrado aí. Em novembro de 1958, ele retoma a questão na coluna “A ética jornalística” e afirma que o candidato Jesus Rêgo venceu a eleição em Miguel Alves (PI) fazendo uso da fraude e de “recursos indecorosos”. Apesar de deixar claro que não pretendia causar polêmicas como jornalista, garante que como colunista exercia seu dever de denunciar o que a seu ver estava incorreto, pois não deixaria “de acatar, nunca, o que é a ética jornalística” (MENDES, Simplício. A ética jornalística. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 323, p. 6, 13 nov. 1958).

Em seu discurso, Simplício Mendes defendia o uso do jornalismo como instrumento de divulgação da política partidária. Sendo o jornalista incumbido do direito à liberdade de opinião, tendo como dever o fortalecimento da imprensa, impondo aos que a exercem a “crítica moderada”, mas “incisiva” dos acontecimentos. Nesse caso, a ética jornalística é colocada por ele como uma força poderosa em benefício coletivo que, quando bem desempenhada contribui para a elevação do espírito patriótico dos que se servem da imprensa como meio de buscar

³⁶ Paulo de Tarso Mello e Freitas, graduou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Piauí em 1953. Empossado juiz de direito em 1955 atuou nas comarcas de São Miguel do Tapuio, Miguel Alves, Piracuruca e Teresina. Em 1971 assume o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

conhecimento. Em seus termos:

A ética do jornalismo, que coloca acima de tudo, mesmo com reconhecido sacrifício, os deveres cívicos ligados à imprensa, força poderosa e que é sempre benéfica, quando é bem compreendida e desempenhada com altitude e espírito patriótico. Observando estas normas, jamais deixamos de usar do direito de opinião e da crítica a certos atos e atitudes de alguns dos nossos homens públicos e do próprio govêrno, mas sempre em linguagem limpa, em estilo elevado, despido de grosserias pessoais. Queremos construir e esclarecer, mas nunca insultar, injuriar, o que, sem dúvida, à boa educação e o bom gosto devem evitar (MENDES, Simplício. A ética jornalística. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 323, p. 6, 13 nov. 1958).

A ética jornalística é vista por Simplício Mendes como mecanismo fundante para direcionar-se aos representantes políticos, lançando opiniões e críticas a certos atos cometidos por eles, mas sempre se utilizando de uma linguagem clara, desvinculada de interesses pessoais e recorrendo continuamente a boa educação. Do seu lugar institucional de fala, Simplício Mendes também definia preceitos da ética jornalística e dos deveres dos homens de imprensa, quais sejam esclarecer os fatos, nunca insultar e injuriar, portanto, exercer uma boa educação. Deveres nem sempre cumpridos na prática, mas defendidos e reforçados pelos jornalistas através da imprensa local. A exemplo de Simplício Mendes que, frequentemente, lançava mão de uma linguagem combativa e virulenta para denunciar ações dos partidos e políticos contrários a UDN. Ainda mais quando se leva em conta que seu lugar de produção no jornal era uma coluna de opinião.

Ao falar sobre ética no jornalismo, Karam (2009) explica que o jornalista possui a missão de se posicionar como vigilante social retratando aquilo que seja de interesse do público. Entretanto, tal ideal sempre vivenciou certos conflitos, já que enquanto empresa de comunicação o jornalismo é tido como produto a ser consumido, de forma que o jornalista é obrigado a seguir as orientações operacionais, políticas e ideológicas da instituição, colocando as necessidades econômicas do veículo de comunicação em primeiro lugar, em alguns casos até mesmo acima do que é considerado ético na profissão.

No Piauí, especificamente na capital Teresina Lima (2014), afirma que os jornalistas na década de 1950 do século XX reivindicavam uma prática jornalística objetiva, neutra e ética, que pudesse atingir um grau de verdade em seus textos. Dessa forma a ética no jornalismo era vista como mecanismo para garantir a veracidade das informações publicadas nos jornais impressos de Teresina (PI).

Todavia, esses aspectos de objetividade, neutralidade e ética, reivindicados pelos jornalísticas, a exemplo, de Simplício Mendes, não correspondiam a realidade da prática

discursiva deste período, tendo em vista que informação e opinião se misturavam na constituição dos textos jornalísticos.

Chaparro (1994), exemplifica que se torna impossível dentro do processo de produção discursiva haver uma separação entre opinião e informação, uma vez que toda notícia produzida carrega em si uma série de fatores internos e externos que acabam se interligando entre ambos aspectos:

Devemos às crenças da objetividade a criação e manutenção do velho paradigma que propõe a divisão do jornalismo em classes de textos opinativos e textos informativos. Trata-se de uma fraude teórica surpreendentemente persistente, já secular. A conservação dessa matriz mentirosa esparrama efeitos que, além de empobrecer o ensino e a discussão do jornalismo, tornam-se cínicas as suas práticas profissionais. Fala-se em separação de opinião e informação como se a manchete não contivesse um ponto de vista, ou não fosse o resultado de uma intervenção opinativa provavelmente complexa. No ofício de fazer reportagens, entrevistas, notícias e editoriais, o jornalista exercita a arte de narrar ou argumentar. E o faz associando os fatos às ideias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à aferição. Não há, pois, como definir uma fronteira entre opinião e informação. Pela simples razão de não existir essa fronteira (CHAPARRO, 1994, p. 13).

Nessas afirmações, Chaparro (1994) esclarece que tanto a opinião como a informação contêm fatores pessoais e sociais que formam o próprio fazer jornalístico. Na visão do autor essa distinção serve somente para criar distorções no processo de formulação da notícia. Ao se analisar as publicações da coluna “Televisão” fica evidente que os textos de Simplício Mendes mesclam entre informações objetivas e diretas e opiniões fortes e combativas.

Voltando sua produção discursiva para os partidos políticos, Simplício Mendes acompanhava “todas” as movimentações dos bastidores políticos e partidários do Brasil e do Piauí e os fazia visível na sua coluna “Televisão”. Na coluna “Partidos Nacionais”, de 24 de março de 1959, faz um panorama dos partidos políticos no cenário brasileiro, destacando o PSD como partido majoritário e o que mais influenciou nos destinos da República; a UDN como partido de oposição e o PTB de contexto socialista voltado às aspirações do trabalhismo nacional. De forma mais detalhada apresentava a seguinte caracterização sobre os três maiores partidos existentes no país nos anos 1950: “Enquanto os dois primeiros assumem caráter mais conservador, - o último dirige-se às massas, num sentido de dar-lhes organização e orientá-las nas suas reivindicações sociais e econômicas” (MENDES, Simplício. Partidos Nacionais. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 407, p. 6, 24 mar. 1959).

Sobre a atuação dos partidos políticos após o Estado Novo, Carvalho (2007) afirma que os partidos necessitavam atrair as massas populares para poderem se firmar no cenário político, ao invés de limitarem-se somente aos grupos de elite. Destacando o PSD, a UDN e o PTB como os de maior visibilidade no contexto político o autor condiciona as seguintes ponderações:

À liderança do governo estadonovista se garantiu no processo de democratização via PSD, ao passo que a UDN incorporou justamente as lideranças oposicionistas nos estados. Tanto esse como àquele eram detentores de amplas bases rurais. O PTB, por sua vez, também organizado pela máquina administrativa do Estado Novo, incorpora a clientela urbana sindical corporativa (CARVALHO, 2007, p. 152-153).

Relevante ressaltar que no jogo da política partidária a troca de legenda sempre se apresentou como algo comum entre os políticos. Sobre as articulações partidárias, Simplício Mendes adverte que as desavenças e os embates entre os partidos políticos são inevitáveis e servem para garantir a vitalidade entre eles. No entanto, o que é visto como ponto negativo são exatamente as constantes mudanças de legendas por parte dos políticos, sobretudo, em períodos próximos as eleições. O colunista alega que essa prática de correligionários optarem pela mudança de legenda constantemente é difícil de se combater, em particular, porque se trata de uma questão de caráter por parte dos representantes políticos que pensam de forma individualista deixando de lado a coletividade e os interesses da população. No tocante a esta prática na vida política nacional e local, Simplício Mendes faz a seguinte explicação:

E, saindo, é comum levar cargos de representação, indo em outra legenda, dar combate àquele partido de que se fazia parte e que o elegeu. É um vício grave das nossas atividades democráticas, difícil de corrigir, porque condiz com as deficiências do caráter povo, ainda individualista, ainda personalista demais, ao ponto de tornar-se cego aos interesses coletivos, assoberbado de egoísmos, - o que o conduz a enxergar, a perceber e a sentir, apenas, o personalismo forte e atuante na vida dos partidos políticos (MENDES, Simplício. Partidos Nacionais. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 407, p. 6, 24 mar. 1959).

As mudanças de legendas, o jogo político partidário e as articulações entre lideranças políticas sempre ganharam destaque na coluna “Televisão”. A cada nova eleição Simplício Mendes apresentava os principais políticos que concorriam no pleito, era por meio de seus discursos que muitas figuras políticas eram retratadas como “vilões” ou “mocinhos”. Para tanto, dependia de que lado os candidatos se posicionavam. Por exemplo, se o político pertencesse a aliança partidária da UDN, sua imagem apareceria de forma bem positiva na coluna.

Nas eleições presidenciais de 1960, a UDN apoiou Jânio Quadros, apesar de o então

candidato pertencer ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Na coluna “Nossas impressões”, de 23 de janeiro de 1960, Simplício Mendes explica que Jânio Quadros não era filiado a UDN e nem havia aderido ao partido, contudo, aderira aos princípios cívicos e morais udenistas. Por este motivo, a UDN apoiava sua campanha à presidência da República, sem restrições ou reivindicações partidárias, mas por acreditar em seus propósitos de moralização política. Simplício Mendes ainda apresenta suas impressões e as da UDN sobre o candidato Jânio Quadros da seguinte maneira:

Jânio Quadros não é um candidato partidário, não é um candidato da UDN propriamente, porque não pertence a ela, nem aderiu os seus quadros, - mas é um candidato dos princípios cívicos, políticos e morais udenistas e, com isto a UDN quer provar que estará, sempre, sem restrições, nem reivindicações personalistas, - lá onde se desfraldem os estandartes dos propósitos que tem de regeneração da República, com a maior altitude do seu nível moral e político (MENDES, Simplício. Nossas impressões. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 630, p. 6, 23 jan. 1960).

Na coluna “Nossas impressões”, Simplício Mendes caracteriza Jânio Quadros como homem público “ativo”, “franco”, de “oratória sóbria” e bem situado no pleito eleitoral. Não obstante, em 24 de agosto de 1960, Simplício Mendes na coluna “Campanha eleitoral” apresenta Jânio Quadros como um político de “excepcional agilidade mental” que sabe sintetizar as necessidades de cada região da República, que se propõe a governar tendo ao seu lado um candidato udenista para vice-presidência da República, o mineiro Milton Campos. Os dois candidatos representariam os partidos de oposição das minorias parlamentares. Já ao descrever o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, ex-ministro da guerra e também candidato à presidência pela aliança partidária entre PTB e PSD, Simplício Mendes o apresenta como um político cercado por comunistas que se usa de declarações agressivas para atacar Jânio Quadros.

Essas afirmações de que Henrique Lott estaria injuriando Jânio Quadros podem ser observadas na coluna “Influência do poder econômico”, de 26 de agosto de 1960. Ao longo do texto Simplício Mendes reclama de que Henrique Lott estaria acusando Jânio Quadros de superfaturamento em sua campanha eleitoral. Atitude que, na sua avaliação, não passa de um ato de desespero do marechal para conseguir votos. Saindo em defesa de Jânio Quadros, Simplício Mendes esclarece que se torna impossível um candidato à presidência da República realizar uma campanha eleitoral sem gastar largos recursos monetários:

Agora pergunta-se: - o digno marechal Lott, por ventura faz campanha a sua custa? E de onde lhe vem o dinheiro, já que não possui bastante, não sendo sequer um homem argentário? Os milhões gastos com cartazes, símbolos,

faixas, transportes por todo o País – dispendidos por múltiplas formas, - no tempo e no espaço, - de onde procedem (MENDES, Simplício. Influência do poder econômico. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 789, p. 6, 26 ago. 1960).

Observa-se o esforço de Simplício Mendes em defender Jânio Quadros frente as acusações que lhe são imputadas pela oposição. Uma das estratégias discursivas que o colunista lança mão é reforçar os aspectos fortes do carisma de Jânio Quadros para a mobilização do eleitorado. Ao tempo em que explica que, mesmo assim, o apoio de instituições partidárias e comerciais para as campanhas eleitorais são indispensáveis. Queler (2010, p. 65) afirma que a campanha de Jânio Quadros recebeu recursos de muitos empresários, inclusive ligados ao capital estrangeiro, “com especial destaque para o Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP) e os grupos Votorantin, Matarazzo, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Indústria Automobilística de São Paulo, Federação das Associações Rurais e Moinho Santista”. Jânio Quadros também mantinha forte ligação com os princípios da democracia cristã, levantando a bandeira da moralização administrativa e da luta contra a corrupção como uma das bases de sua candidatura.

É na defesa dessa “moralização política” que Simplício Mendes apoia a candidatura de Jânio Quadros, em 1960, e segue com suas acusações contra o marechal Lott com ênfase na ligação dele com o comunismo. Na coluna “Porque preferimos Jânio”, de 27 de setembro de 1960, Simplício Mendes apresenta o marechal Lott como um homem detentor de qualidades militares, mas sem nenhum preparo político para comandar o Brasil, além de estar ligado ao comunismo. Como jornalista afirma para seus leitores que: “Politicamente não se recomenda, porque, neste caso, está a baixo da mediocridade [...] e depois somos anti-comunistas, - pelo regime capitalista” (MENDES, Simplício. Porque preferimos Jânio. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 811, p. 6, 27 set. 1960). Acusando Henrique Lott de proteger os comunistas desde o período em que era ministro da guerra, Simplício Mendes denuncia o então candidato de perseguir oficiais militares contrários à “ideologia vermelha”.

Lutando contra o comunismo e em favor da campanha de Jânio Quadros, Simplício Mendes na coluna “O comunismo em ação” do dia 1 de outubro de 1960 conclama os eleitores piauienses a votarem em seu candidato: “O Piauí, os piauienses nas urnas, devem votar em defesa do regime, votando em Jânio Quadros e Milton Campos, - contra os comunistas de Luiz Carlos Prestes, que nos querem entregar ao materialismo da Rússia Soviética” (MENDES, Simplício. O comunismo em ação. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 815, p. 6, 1 out. 1960). Na disputa pela presidência, Jânio Quadros vence as eleições de 1960 e se torna o

vigésimo segundo presidente do Brasil.

Mesmo após a vitória de Jânio Quadros as discussões políticas não cessaram na coluna “Televisão”. Desta vez a polêmica envolvendo o então presidente eleito dá-se através de acusações que Simplício Mendes dirige contra o senador piauiense Mendonça Clark. Na coluna “Política a base de inverdades”, editada em 9 de fevereiro de 1961, o colunista alega que Mendonça Clark, na busca de favorecimento político, proclama-se como principal responsável pela quantidade de votos que Jânio Quadros teria conseguido obter no estado do Piauí, o que segundo Simplício Mendes não era verdade.

S. Excia. O Sr. Mendonça Clark conta com tão poucos seguidores, em todo espaço piauiense, - que se preocupa de verdade, com as deficiências eleitorais, e segundo nos informam, já anda oferecendo institutos à troca de adesões ao seu minúsculo partido. Como, então, S. Excia elegeu ou deu a maior votação, no Piauí, ao Sr. Jânio Quadros? (MENDES, Simplício. Política a base de inverdades. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 903 p. 6, 9 de fev. 1961).

O minúsculo partido que Simplício Mendes se refere é o Partido Republicano (PR), do qual Mendonça Clark é líder no senado federal. Se posicionando a favor dos interesses udenistas, o colunista argumenta que o senador Mendonça Clark ao se apresentar como responsável pela vitória de Jânio Quadros somente busca galgar para si um auto cargo no governo do presidente eleito.

Enunciando uma postura contrária ao jogo de interesses políticos, Simplício Mendes na coluna “Zonas de influência e política balconista” se colocar numa posição contrária à indicação de cargos públicos por meio de alianças partidárias. Defendendo a posição da UDN ao apoiar Jânio Quadros nas eleições de 1960, o colunista aponta que o partido manteve seus princípios morais intactos não se corrompendo as conveniências políticas:

A U.D.N. partido de renovação, partido de combate a êstes processos de inferioridade moral na política e na administração – aceitou a candidatura do sr. Jânio Quadros, sem negociatas e cambalachos até então em voga, - só com a condição de um govêrno de renovação moral econômica e financeira do País. A U.D.N. partido caldeado na oposição, não deve nunca pleitear ou aceitar essa política negativista, da divisão das posições federais em setores de influência pessoal de políticas ou de alas partidárias. [...] Grande decepção nos causaria ouvindo dizer-se, que tal instituto, tal departamento federal tem por dono e setor de influência o deputado ou o senador tal da U.D.N. (MENDES, Simplício. Zonas de influência e política balconista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 915, p. 6, 26 fev. 1961).

Era através da moralidade política e contra o jogo de interesses que Simplício Mendes

defendia o apoio da UDN à candidatura de Jânio Quadros, figura apresentada na coluna “Televisão” como um político que iria “varrer” a corrupção do Brasil. Entretanto, seu governo foi marcado pela instabilidade política e pela falta de apoio partidário, maiormente por parte da UDN, que em 1960 havia apoiado fortemente sua candidatura. Encontrando-se insatisfeita com as decisões governamentais do então chefe do executivo, principalmente no que diz respeito a sua política externa de aproximação com países considerados comunista, cada vez mais a UDN afastava-se do presidente.

Sobre a política externa praticada no governo de Jânio Quadros, Reis (2016, p. 58) fala que as “relações diplomáticas brasileiras estavam se tornando independentes e o presidente assumiu a posição de não mais se alinhar automaticamente aos Estados Unidos dessa maneira o Itamaraty buscou os países que fossem do interesse do Brasil, quer fossem de regimes comunistas, quer não”. A decisão de Jânio Quadros em estabelecer relações diplomáticas com países comunistas desagradou a UDN que se posicionou avessa ao presidente. Carlos Lacerda³⁷, uma das principais figuras de representatividade do partido udenista, combateu eminentemente o governo de Jânio Quadros.

Ao apoiar Jânio Quadros, a UDN, na figura de Carlos Lacerda, não imaginava que o presidente fosse tornar-se independente em demasia para a tomada de decisões diplomáticas, por exemplo, ao condecorar o líder revolucionário Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Jânio Quadros, com este ato, não buscou nenhum tipo de opinião de seus aliados, fazendo com que Lacerda iniciasse um verdadeiro ataque midiático ao presidente, ao pressioná-lo diante dos programas televisivos, radiofônicos e das declarações na mídia impressa (REIS, 2016, p. 59).

A base parlamentar de Jânio Quadros não possuía grandes aliados, sobretudo pela perda do apoio da UDN. O PSD e o PTB já formavam oposição e queriam Jânio Quadros fora da presidência. Com o governo enfraquecido, o presidente da República renuncia em 25 de agosto de 1961, após sete meses de mandato.

Na coluna “A renúncia: grandes virtudes – maiores contradições”, publicada em 29 de agosto de 1961, Simplício Mendes alega que apesar de acreditar nas boas intenções de Jânio Quadros não concordava com a postura governamental do vice-presidente João Goulart. Para o colunista, João Goulart influenciou Jânio Quadros com suas “ideias esquerdistas”, o que o resultou em uma decadência governamental:

³⁷ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi jornalista e político brasileiro. Pela UDN se elegeu vereador (1947), deputado federal (1955–60) e governador do estado da Guanabara (1960–65). Fundou em 1949 o jornal Tribuna da Imprensa, além de ter criado em 1965 a editora Nova Fronteira.

Reconhecemos os sentimentos cívicos do sr. Jânio Quadros. É realmente um grande brasileiro, mas [...]. Já dissemos que esta política esquerdista tão exagerada, espelhada nas esquisitas contradições do Presidente Jânio Quadros, - chocou-se e, era natural, com os sentimentos progressistas mais liberais, religiosos e conservadores da nacionalidade democrática, pelas suas fôrças mais representativas: - classes econômicas, clero, fôrças armadas [...] A renúncia surpreendente do Presidente Jânio Quadros: - homem de grandes virtudes, mas de maiores contradições (MENDES, Simplício. A renúncia: grandes virtudes – maiores contradições. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1.060, p. 6, 29 ago. 1961).

Observa-se que, em seu enunciado, Simplício Mendes condiciona a figura de Jânio Quadros como um político paradoxal. Inicialmente se apresentando como um moralizador da política brasileira; e logo em seguida, como chefe do executivo federal, se colocando como um apoiador da política esquerdista, o que o fez perder o auxílio da ala partidária mais conservadora, resultando no esfacelamento do seu governo.

As colunas analisadas que tratavam mais diretamente sobre a autorreferência de Simplício Mendes como político, bem como as que abordavam sobre a atuação da UDN nas campanhas eleitorais se fizeram presentes principalmente nos dois anos eleitorais, a saber: 1958, quando se tem as eleições municipais e Simplício Mendes concorre a prefeitura de Miguel Alves (PI); e em 1960, quando aconteceram as eleições para presidente da República. Nestes dois momentos foi possível identificar o esforço do colunista em não somente mapear os bastidores das eleições, mas em apontar possíveis desmandos políticos sob a justificativa da moralização política. As disputas partidárias sempre foram momentos em que a imprensa mais atuava com imparcialidade, quer para defender os partidos que financiavam o jornal, quer para atacar a oposição. Simplício Mendes, por sua vez, estabelecia na coluna “Televisão” as imagens que considerava dignas de serem visualizadas pelo seu público leitor. Afinal, estava cômico do seu dever como jornalista, jurista e até mesmo político como se autodefinia. Político que não ocupava um cargo eletivo, mas que se fazia político por meio do jornal impresso com a justificativa de cumprir os seus deveres éticos no jornalismo defendendo os interesses da coletividade.

Torna-se evidente que as discussões políticas partidárias sem dúvida permearam de forma significativa os enunciados de Simplício Mendes. Era por meio de um discurso moralizador que o colunista se posicionava no jornalismo e no cenário político piauiense, apresentando-se como seguidor dos princípios udenistas, defendendo os candidatos pertencentes ao seu partido e lançando duras críticas a seus opositoristas, como veremos no capítulo seguinte em que Simplício Mendes coloca-se como defensor dos interesses políticos

da UDN do Piauí e firmemente contra o governador Chagas Rodrigues (PTB).

4 CHAGAS RODRIGUES NA COLUNA “TELEVISÃO”

O ano de 1945 é marcado pela reabertura democrática e o retorno dos partidos políticos no Brasil. Carvalho (2007) explica que a decadência do regime fascista e nazista na Europa favoreceu a restauração da democracia brasileira, em 1945, surgindo os partidos de massa. O autor argumenta que, a partir daí, “[...] os partidos não estavam mais só ligados às elites, surgindo a necessidade de atrair a massa para lograr o voto a conquista da simpatia da população passou a ser prioridade, já que estava extinta a era da política oligárquica, a legitimidade não dependia mais somente das elites” (CARVALHO, 2007, p. 154). Três partidos se destacaram neste período, sendo eles o PSD, UDN e PTB, embora também constassem no campo da disputa eleitoral os partidos PST, PTN, PSB e PSP.

Inicialmente, os partidos eram diferenciados por sua posição favorável ou contrária a Getúlio Vargas, como assegura Carvalho (2007). O PSD havia sido criado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas no Estado Novo e se estabeleceu como maior partido na Terceira República, elegendo a maioria no Congresso Nacional daquele ano. Como oposição, surge a UDN, formada por um grupo heterogêneo, mas unido por uma finalidade comum que era derrotar Getúlio Vargas. A UDN, segundo maior partido brasileiro, se apresentava como conservador, caracterizando-se como antipopulista, sendo o único partido que não possuía ligações diretas com o Estado Novo. Não se tratava de um partido coeso, uma vez que as discordâncias entre seus correligionários acabavam por fragmentá-lo. O PTB, se apresentando como um partido progressista, também foi instituído pelo Estado Novo. No entanto, diferente do PSD, estruturou suas bases no trabalhismo, tendo uma aceitação muito boa por parte dos operários. Carvalho (2007, p. 154) garante que “o PTB foi o terceiro maior partido do período. Saliente expor que foi por contar com uma base predominantemente urbana, uma vez que o Brasil se urbanizava cada vez mais, o partido que mais cresceu durante a Terceira República”. Chegando a ser o segundo maior partido após as eleições de 1962 e, pela primeira vez, em 1963 ultrapassou o PSD na câmara dos deputados, quando seis deputados pessedistas do estado do Maranhão migraram para o PTB.

No Piauí, assim como no Brasil, os três partidos tiveram maior destaque, embora o PSD e a UDN fossem os dois partidos que lideravam as campanhas eleitorais estaduais e municipais disputando acirradamente os cargos eletivos. Tanto é que para governador do estado do Piauí, em 1947, assumia o governo Rocha Furtado pela UDN; em 1951, Pedro Freitas pelo PSD; em 1955, Jacob Gaioso e Almendra pela coligação PSD-PTB; em 1959, Chagas Rodrigues é o governador eleito pela coligação UDN-PTB; e, em 1963, Petrônio Portela assume o executivo

estadual pela UDN.

As campanhas eleitorais, assim como a administração pública dos governantes, contavam com a cobertura da imprensa piauiense. Todas as eleições movimentavam um número significativo de matérias jornalísticas. Na eleição para governador do Piauí de 1958, o PTB decidiu não renovar a aliança partidária com o PSD, mas com a UDN, principal partido de oposição. As articulações políticas entre a UDN e o PTB resultaram na formação da chapa “Oposições Coligadas” (PTB-UDN), que lançaram o nome de Demerval Lobão (PTB) para governador, Tibério Nunes (UDN) para vice-governador e Marcos Parente para o senado. Já os partidos do PSD, PR, PSP e PRP se uniram para formar a “Coligação Democrática Piauiense”, composta por José Gayoso Freitas, filho de Pedro Freitas, para governador, Agenor Barbosa de Almeida para vice-governador e José Mendonça Clark para o senado.

No entanto, um acidente automobilístico causou a morte dos candidatos ao governo e ao senado, respectivamente, Demerval Lobão e Marcos Parente das “Oposições Coligadas” (PTB-UDN) um mês antes das eleições, em 4 de setembro de 1958, de forma que a campanha eleitoral daquele ano acabou ganhando mais espaço nas páginas dos jornais locais. A tragédia ficou conhecida como “Desastre da Cruz do Cassaco” e toda a imprensa piauiense divulgou o fato. Segundo Lima (2011, p. 44), a *Folha da Manhã*, periódico pertencente a Marcos Parente, vítima fatal do acidente, acabou dando mais ênfase à tragédia com o objetivo de “[...] envolver o público leitor na intenção de comover e construir o imaginário de homens que morreram de forma heroica, ou seja, na luta a favor dos menos favorecidos”.

Para substituir os candidatos mortos no acidente, foram escolhidos Francisco das Chagas Caldas Rodrigues³⁸ para o cargo de governador e Joaquim dos Santos Parente, irmão de Marcos Parente, para o senado. Chagas Rodrigues prometeu cumprir com as propostas de governo de Demerval Lobão, o que resultou em propaganda política da sua campanha eleitoral. Em meio à comoção popular, Chagas Rodrigues e Tibério Nunes foram eleitos os novos representantes do executivo piauiense, bem como Joaquim Parente que fora eleito senador pela UDN.

Em janeiro de 1959, assumia o governo do estado do Piauí o candidato vitorioso nas urnas de 1958, Chagas Rodrigues. O ingresso do petebista no mais alto cargo executivo do Estado fez com que ele se tornasse um sujeito frequentemente cotado para as matérias

38 É importante entendermos que Chagas Rodrigues foi convocado para candidato a governador porque representava duas das famílias mais ricas e poderosas de Parnaíba, os Poncion Rodrigues e Moraes Correia, dos dois maiores industriais e donos de casas de exportação de cera de carnaúba do Piauí. Assim, tinha condições financeiras para sustentar a campanha eleitoral que seria cara e difícil (LIMA, 2011, p. 53).

publicadas nos jornais de Teresina (PI). Isso se verifica porque a maioria dos jornais locais ainda mantinha o fato político como principal assunto de suas matérias. Essa prática jornalística não se diferenciava na redação da *Folha da Manhã*, nem mesmo na coluna “Televisão” de Simplício de Sousa Mendes.

Essa afirmação não é novidade, quando se analisa a história da imprensa piauiense e as pesquisas que tratam sobre o tema. Por isso, interessa aqui discorrer sobre a produção discursiva de Simplício Mendes que aborda o governador Chagas Rodrigues no período de 1958 a 1963, recorte cronológico deste capítulo. Para tanto, percebe-se que há, pelo menos, dois momentos distintos dessa produção discursiva, a saber: a primeira delas refere-se ao interesse de Simplício Mendes em apresentar Chagas Rodrigues positivamente; e a segunda, após o rompimento do PTB com a UDN, quando se verifica que Chagas Rodrigues passa a ser alvo de ataques e objeto de denúncias administrativas na coluna “Televisão”.

4.1 Simplício Mendes e suas primeiras impressões sobre Chagas Rodrigues

O entendimento das primeiras impressões sobre Chagas Rodrigues deve passar primordialmente pela relação da UDN como o PTB. Como foi dito, em 1958, Chagas Rodrigues (PTB) foi eleito governador do Piauí com 55,13% dos votos pela coligação “Oposições Coligadas” (PTB, UDN) e seu vice Tibério Nunes (UDN) com 51,43% dos votos. Resultado apertado quando se compara a quantidade de votos para seus adversários, os candidatos José Freitas (PSD) para governador e Agenor Almeida (PSP) para vice-governador que obtiveram, respectivamente, 44,87% e 48,57% dos votos válidos pela “Coligação Democrática Piauiense” (PSD, PSP, PR, PRP). Esses dados são muito importantes para analisar a posição da imprensa teresinense sobre a atuação dos políticos, especialmente aqueles que ocupavam a cadeira no executivo federal, estadual ou municipal. Da mesma forma, isso vale para a análise dos discursos impressos na coluna “Televisão” de Simplício Mendes.

Simplício Mendes, como também já foi destacado nesta dissertação, era filiado a UDN, e não à toa isso explica seu apoio à candidatura de Chagas Rodrigues ao governo do Estado, em 1958, uma vez que a UDN havia firmado aliança com o PTB para enfrentar o PSD nas eleições de 1958. Na condição de jornalista e colunista da *Folha da Manhã* nota-se as marcas do partidarismo que se fizeram presente em toda a produção discursiva de Simplício Mendes. Na coluna “Televisão”, na qual assinava, sempre deixava claro a sua opinião sobre os fatos e não perdia chances de, como colunista, atribuir para si o papel de vigilância das autoridades do Piauí, quer para validar seus atos, quer para reprovar e denunciar o que entendia como

improbidade administrativa, imoralidade pública, falta de ética e desmandos políticos e partidários do governo federal, estadual e municipal.

Chagas Rodrigues foi uma pauta constante na coluna “Televisão”. Pontua-se o ano de 1959 como sendo o momento em que Simplício Mendes dedica maior parte de sua produção discursiva para abordar os assuntos positivos da administração estadual. Nos primeiros meses de 1959, Chagas Rodrigues é apresentado discursivamente na coluna “Televisão” como um governante “moço”, “idealista”, “bem animado” e “experiente” para a administração pública. Note-se que o governador havia sido eleito pela “Oposições Coligadas” formada pelos partidos PTB e UDN, por conseguinte, os discursos de Simplício Mendes eram estendidos à UDN, quando seu interesse era aprovar as ações do governo; e também ao PSD com o interesse de desqualificar o partido e suas gestões anteriores.

Em fevereiro de 1959, por exemplo, Simplício Mendes publica a coluna “O governo atual” na qual denomina o governo eleito de “udeno-trabalhista” e ressalta os compromissos das “Oposições Coligadas” com a máquina estadual, como pode ser observado no fragmento abaixo:

O govêrno atual – *udeno-trabalhista* – foi eleito pelo povo, em verdadeira consagração democrática, para fazer reverter à situação honesta, moralizada e jurídica, todo o aparelho administrativo do Estado. A cruz será pesada e o caminho será difícil, repleto de obstáculos e tropêços. Mas o governante escolhido é moço, prudente e idealista bem animado. E, sobretudo, já tem tirocínio e segurança experiência da vida pública, além de já ser conhecedor dos problemas e cousas da administração (MENDES, Simplício. O govêrno atual. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 387, p. 6, 27 fev. 1959).

Ao tempo em que enaltece o “governo atual” classificando-o de “honesto”, “moral” e “jurídico” lança críticas às gestões anteriores do PSD. A defesa de Simplício Mendes é muito mais ao governo “udeno-trabalhista”. Por isso, entende-se que se trata de um discurso em defesa de um grupo político e este se faz materializado por meio da coluna “Televisão” e do jornal *Folha da Manhã* que, de alguma forma, assume o papel de porta-voz dos udenistas.

Nesse aspecto, Simplício Mendes também é tido como um enunciador dos interesses políticos da UDN, que por meio de seus filiados permitem que o colunista aborde a atuação do partido no cenário político através de sua coluna. De acordo com Bourdieu (1981), o discurso que se faz ouvir em um determinado grupo é uma linguagem autorizada, ou seja, os integrantes deste grupo dão o consentimento para que o emissor do discurso possa falar e legitimar suas ideais se tornando uma autoridade naquele meio. Com base em Bourdieu (1981), compreende-se ainda que:

Com efeito, porque toda a linguagem que se faz escutar por todo um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade deste grupo, ela autoriza aquilo que ela designa ao mesmo tempo em que ela o exprime, impondo sua legitimidade no grupo sobre o qual exerce sua autoridade e que ela contribui para produzir como tal oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências (BOURDIEU, 1981, p. 70).

Dessa forma, entende-se que Simplício Mendes é condicionado como um representante autorizado dos interesses da UDN no jornalismo piauiense. Contando com o apoio do partido, o colunista defendia os posicionamentos da UDN e atacava os que se colocassem como oposição. Observa-se ainda que nos anos 1950 e 1960 a atenção da imprensa piauiense e dos jornalistas esteve voltada para os atos dos chefes políticos (LIMA, 2014). No caso da coluna “Televisão”, verifica-se a permanência dessa prática jornalística, visto que os discursos sobre a “gestão atual” do governo “udeno-trabalhista” são individualizados/personalizados em torno de Chagas Rodrigues.

Simplício Mendes assegura que a população elegeu Chagas Rodrigues para tomar conhecimento dos fatos errôneos que se sucederam na administração anterior do PSD, à medida que os atos governamentais não eram publicados em vias impressas e nem investigados pelos órgãos públicos, o que levou o ex-governador Gaioso e Almendra a impopularidade. Vale afirmar que o alvo era o PSD, principal partido de oposição da UDN nas urnas e na imprensa, uma vez que o PSD mantinha em pleno funcionamento o *Jornal do Piauí*, fundado em 1951, que desde então servia de instrumento para atacar os seus adversários políticos e defender seus correligionários.

Tendo como alvo o PSD, Simplício Mendes abre então a “caçada” aos políticos pessedistas pela coluna “Televisão”. Na edição de 12 de maio de 1959, publica a coluna “Paz e amor”, quatro meses após Chagas Rodrigues assumir o governo do Piauí, para alertar os riscos da nova gestão “udeno-trabalhista” em ainda manter líderes pessedistas em cargos administrativos do Estado. Mais do que um alerta, trata-se de uma advertência para Chagas Rodrigues, condenando toda e qualquer possibilidade de ele manter uma “política de *paz e amor* com os egoísmos pessedistas” (MENDES, Simplício. Paz e amor. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 439 p. 6, 12 maio 1959, grifos do autor).

Fica evidente a posição de Simplício Mendes contra a manutenção dos pessedistas no governo e o discurso preventivo de uma inadmissível reaproximação entre o PTB e o PSD: O discurso cauteloso de Simplício Mendes é plausível quando se leva em conta o histórico das eleições para o governo do Piauí e o surgimento dos principais partidos políticos, a saber: PSD,

UDN e PTB. Nas eleições de 1954, o PSD e o PTB firmaram a aliança política “Coligação Democrática Trabalhista” que elegeu o general Jacob Gaioso e Almendra ao governo do Estado. Porém, de acordo com Simplício Mendes, a aliança firmada entre os partidos PSD e PTB, em 1954, foi somente uma estratégia dos pessedistas para alcançarem vitória nas urnas, considerando que os acordos prévios entre os dois partidos não foram mantidos nos quatro anos do “governo pessedista” de 1955 a 1958, como pode ser observado no trecho em destaque da coluna “Paz e amor”:

O seu partido o P.T.B., - a história é recente, - da vez passada, no quadriênio Gaioso, cometeu o engano de assinar com os pessedistas um protocolo de acôrdo, para as eleições governamentais do período que vem de terminar e ao qual sucedeu o do atual govêrno. Tudo ocorreu bem até a posse do general Gaioso, mas dáí em diante tôda a conquista e toda prêsa, - *noblesse oblige*, - era infalivelmente do Leão – o PSD (MENDES, Simplício. Paz e amor. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 439, p. 6, 12 maio 1959).

Na coluna “Paz e amor”, Simplício Mendes exige de Chagas Rodrigues uma posição mais enérgica em relação aos pessedistas que se encontram ainda na máquina administrativa após três meses da gestão udeno-trabalhista sob a defesa de que no quadriênio anterior, do ex-governador Gaioso e Almendra, teria transformado o Estado e a cidade de Teresina (PI) num domínio do PSD, cujo legado político era marcado pela má administração e mandonismos locais (MENDES, Simplício. Paz e amor. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 439, p. 6, 12 maio 1959). Então, para que Chagas Rodrigues cumprisse as promessas feitas na campanha eleitoral e restaurasse o aparelho administrativo revertendo a “malversação” e mandonismo do PSD em “honestidade” e “moralização”, ele, na condição de chefe do executivo estadual, deveria aniquilar o pessedismo, ou seja, fazer a “limpeza” do PSD da administração estadual.

A questão fica mais intensa na coluna intitulada “Vocação governista” publicada por Simplício Mendes na edição de 7 de maio de 1959. Na ocasião, o colunista cita o deputado federal Dirno Jurandir Pires Ferreira³⁹, eleito pelo PSD nas eleições de 1958, a fim de acusar os pessedistas de “intimidar” o governador Chagas Rodrigues para permanecerem em seus postos. Mais do que isso, o destaque para Dirno Ferreira refere-se ao fato dele, na condição de afilhado de casamento do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e como oposição ao governo udeno-trabalhista, poderia fazer uso de sua influência política para vetar verbas

39 Dirno Jurandir Pires Ferreira formou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, e em 1951 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou como professor de economia em diversas universidades do Estado do Rio de Janeiro. Como jornalista trabalhou no Jornal da Noite, Força da Razão, A Voz Trabalhista e Diário de Brasília. Foi eleito deputado federal pelo PSD do Piauí em 1958, e em 1970 pela ARENA.

federais para o Piauí, por exemplo.

Simplício Mendes não poupa o emprego de adjetivos para nomear o deputado federal Dirno Ferreira do PSD, que é acusado de “intimidador” e de práticas de desmandos e corrupção na política piauiense. “Rabo arraia”, “rabo de tatu” e “espantalho” são categorizações empregadas pelo colunista para desqualificar o deputado pessedista, como se observa na citação da coluna “Vocação governista”:

O *rabo arraia* dos pessedistas é o sr. Dirno Pires Ferreira, que, de piauiense tem apenas o nome de antepassados. Deputado eleito pelo dinheiro de origem suspeita, agora é uma espécie de *rabo de tatu*, para garantir os pessedistas nas posições que nem sempre honraram e por isso caíram no desfavor, na repulsa do povo. Dirno é baixinho, um rapazola sem tirocínio político, inexperiente, mas dizendo-se amigo do sr. Juscelino Kubitschek, padrinho que lhe foi de casamento, - só por isso, fez-se de espantalho, na ingênua suposição de intimidar o sr. Chagas Rodrigues, - com o fim de evitar que este governador prossiga na sua operação de limpeza dos diversos setores da administração estadual, ainda indevidamente influenciados por maus elementos da situação pessedista decaída (MENDES, Simplício. Vocação governista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 436, p. 6, 7 maio. 1959).

Para Simplício Mendes, a cordialidade do governador Chagas Rodrigues do PTB com o PSD além de impraticável era ofensiva, afinal havia sido com a ajuda dos udenistas que ele ocupava a cadeira do executivo estadual. A discussão se alonga para a postura do PSD como partido de oposição ao governo udeno-trabalhista que, não aceitando a derrota nas urnas para o governo do Estado em 1958, lançava mão de barganhas políticas para se manter em cargos administrativos.

Em 1959, Simplício Mendes se coloca na posição de orientar e alertar o governador Chagas Rodrigues sobre os meandros da administração do bem público. Muitos discursos assumem caráter imperativo, em especial, no ano de 1960, quando o discurso jornalístico de Simplício Mendes opera como “palavras de ordem”. Conforme Bourdieu (1981), a eficácia das palavras de ordem na constituição dos grupos auxilia na ordem social, impondo as concepções de divisão e poder simbólico do teatro político que designa as divisões políticas e do mundo. O autor acrescenta ainda que:

[...] é na constituição dos grupos que se vê melhor a eficácia das representações, e, em particular, das palavras, das palavras de ordem, das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de divisão e, mais largamente, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as divisões do mundo e as divisões políticas (BOURDIEU, 1981, p. 02).

Essas palavras de ordem podem ser vistas em diversos discursos de Simplício Mendes, em que o colunista se apresenta por meio de sua prática jornalística como uma autoridade política experiente capaz de orientar de forma coerente e correta os representantes políticos.

Depois de completar um ano de governo de Chagas Rodrigues, Simplício Mendes argumenta que se faz necessário realizar uma avaliação “justa” e “imparcial” de sua gestão neste período. A princípio, faz isso na coluna “Após um ano”, onde expõe o governador como jovem político e articulador de ideais, porém sem experiência na administração pública. Considerando que Chagas Rodrigues assumiu a gestão do Estado de forma prematura e com a difícil missão de organizar a máquina pública. A avaliação feita por Simplício Mendes conclui que estes são alguns dos motivos que explicam os erros cometidos pelo chefe do executivo, embora com acertos superiores:

Vem de passar um ano do govêrno Chagas Rodrigues. Precisamos apreciá-lo com isenção, - com ânimo que não nos falta, de sermos justos. Moço ainda, parlamentar ilustre e ativo movimentador de idéias, mas sem experiência alguma de direção e da arte da administração pública, - O sr. Chagas Rodrigues viu-se, inesperadamente, chamado a administrar o Estado, - por determinação dos próceres e pela vontade eleitoral das maiores que temos tido. Não pensava nisso e a tarefa, ninguém desconheço, era das mais árduas e difíceis, mesmo a um homem inteligente, tal qual êle o é. Sem prática alguma de administração pública, - S. Excia. naturalmente deve ter cometido erros, mas não tantos, que os acêrtos maiores e mais expressivos não contrabalancem e não o justifiquem, nem o absolvam (MENDES, Simplício. Após um ano. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 634, p. 6, 2 fev. 1960).

Vale chamar a atenção para um aspecto do discurso de Simplício Mendes, a saber: em 1960, apresenta Chagas Rodrigues como um governante “Sem prática alguma de administração pública”. Esta representação discursiva do governador é contrária àquela publicada em 27 de fevereiro de 1959 na coluna “O govêrno atual”, onde assegurava que Chagas Rodrigues já tinha “[...] tirocínio e segurança experiência da vida pública, além de já ser conhecedor dos problemas e cousas da administração” (MENDES, Simplício. O governo atual. **Folha da Manhã**. Teresina, ano II, n. 387, p. 6, 27 fev. 1959). Infere-se que se trata de uma estratégia para explicar, e até mesmo justificar, os problemas que persistem após um ano da gestão udeno-trabalhista.

Esta inferência ganha mais força quando se leva em conta a declaração de Simplício Mendes sobre os erros de Chagas Rodrigues no seu primeiro ano de governo, para o qual lhe são atribuídas as precárias condições de funcionamento dos departamentos da administração pública deixadas pela gestão anterior do ex-governador Gaioso e Almendra. Na coluna “Após

um ano”, Simplício Mendes afiança que Chagas Rodrigues havia assumido o governo do Estado com “[...] o erário estadual completamente falido, sem tostão, um *déficit* assombroso, o funcionalismo numeroso, mal pago e sem receber em dia certo e, sim, com atraso; das repartições sem disciplina, o contrabando dominando sem freio” (MENDES, Simplício. Após um ano. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 634 p. 6, 2 fev. 1960). A saúde e a segurança pública também são apontadas em péssimas condições, serviços hospitalares abandonados e policiais vivenciando situações de miséria. Argumenta ainda que o Diário Oficial do Estado⁴⁰ se encontrava com as atividades suspensas há anos, não por culpa dos diretores responsáveis, mas resultado do legado do general Gaioso e Almendra que não prestou nenhum tipo de assistência, deixando as instalações e maquinários do órgão completamente destruídas.

Em um panorama geral, Simplício Mendes retrata as diferenças entre o governo anterior do PSD e as obras realizadas no governo de Chagas Rodrigues durante o seu primeiro ano de administração da seguinte maneira:

O quadro é triste, é desolador. Mas dentro de um ano, o que não está recuperado, reparado, transformado, se está-recuperando. É notável o que se operou no setor da segurança pública e na Imprensa Oficial, em tão pouco tempo. O órgão do govêrno já está circulando. A rede elétrica está toda sendo renovada, com transformadores novos. A água clarificada, e tratada, já está caindo das torneiras. E as novas instalações dêsse serviço estão no ponto de ser montadas. Estas e tantas outras realizações dêste ano de govêrno do sr. Chagas Rodrigues são notáveis, não podem ser negados, estão à vista e dizem bem despertando confiança, do que êle possa fazer de bom e de útil no correr do seu govêrno, realmente operoso (MENDES, Simplício. Após um ano. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 634, p. 6, 2 fev. 1960).

Os signos e suas significações apresentadas por Simplício Mendes ao expor as diferenças entre o governo de Gayoso e Almendra e de Chagas Rodrigues foram constituídas por meio de sua ideologia política e estabelecidas através dos seus processos sociais vivenciados ao longo de sua trajetória política partidária na UDN. Fica evidente que o discurso do colunista é formulado a partir de percepções positivas do líder do PTB em sobreposição ao do ex-governador pessedista. Para Orlandi (1994), o discurso possibilita uma relação entre linguagem e ideologia em que o sujeito se apresenta como mediador e, por isso, não existe discurso sem sujeito como não existe sujeito sem ideologia que, por sua vez, produz efeitos elementares que instituem o sujeito. A pesquisadora sustenta que “é no discurso que se pode

40 O órgão foi criado em 21 de junho de 1910, sob a direção de Simplício de Sousa Mendes. Em 1930 recebeu o nome de Diário Oficial que mantém até hoje. Em 20 de maio de 1968, no governo de Helvídio Nunes de Barros foi criada a Companhia Editora do Piauí - COMEPI, uma sociedade de economia mista que passou a ser responsável pela Imprensa Oficial.

apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito” (ORLANDI, 1994, p. 54).

No jogo das relações políticas e da posição de Simplício Mendes como um sujeito mediador da linguagem e da representação do governo udeno-trabalhista, percebe-se que o colunista daria apoio eminente a Chagas Rodrigues desde que suas ações fossem coerentes com os seus valores morais, éticos, jurídicos, ideológicos e políticos. Em julho de 1960, encontra-se os primeiros indícios dessa prática discursiva de Simplício Mendes no jornal *Folha da Manhã* quando publica uma coluna declarando a sua insatisfação sobre a atuação do petebista como gestor público. Trata-se da coluna intitulada “O Jogô” em que Simplício Mendes não poupa o uso de adjetivos para criticar diretamente o governador do Piauí. O assunto se remete ao discurso do governador transmitido no horário do programa radiofônico “Falando com o povo”, da Rádio Clube de Teresina. Na ocasião, Simplício Mendes afirma que Chagas Rodrigues havia decidido legalizar o jogo no Piauí tornando-o uma atividade lícita no Estado.

Na visão de Simplício Mendes, a legalização do jogo no Piauí pelo governo é um problema de ordem social, moral, ética e jurídica. Nesta postura, publica um discurso condenando Chagas Rodrigues e afirmando que “[...] um governante deve pautar os seus atos pela moral e pelo direito. E tolerar-se a jogatina é, sem cousa que dúvida faça, um atentado claro à moralidade social é um flagrante desrespeito ao direito” (MENDES, Simplício. O jogô. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 769, p. 6, 29 jul. 1960). Impelido por um moralismo social, o colunista ainda declara não possuir vícios, por isso os condena como fatores de destruição da pessoa humana, citando o jogo como o pior de todos os hábitos: “De todos os vícios da pessoa humana, - o mais pernicioso é, sem dúvida, o *jogô*. Quem joga, bebe, fuma, mente, falsifica, desperdiça a mente, a inteligência, o tempo, a capacidade de trabalho. Perde fortuna, degrada-se, inutiliza-se para si mesmo e para a família e a prole” (MENDES, Simplício. O jogô. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 769, p. 6, 29 jul. 1960).

Na coluna da edição de 30 de julho de 1960, ou seja, um dia após a publicação da coluna “O Jogô”, Simplício Mendes faz uma retificação sobre a afirmação de que Chagas Rodrigues havia dito no programa “Falando com o povo” que iria legalizar o jogo no Piauí. O colunista assume o erro e argumenta que a informação veiculada na coluna “Televisão” de 29 de julho foi um equívoco, portanto, carecia de ser retificada. Explica que redigiu essa coluna sem que ele mesmo tivesse ouvido as declarações do governador transmitidas pela Rádio Clube de Teresina e alega que caiu no engano de se basear nas informações de uma fonte de seu convívio social sem checar sua veracidade. A questão foi esclarecida na coluna “O jogo – Retificando”

da seguinte forma:

Ontem, mais uma vez, comentamos o jôgo, que vai dominando Teresina e outras cidades piauienses. Hoje voltamos ao assunto para retificar êrro em que incorrêmos, de muita boa fé. Não ouvimos rádio. Raramente isso acontece. Pode ser uma falta, mas é um hábito nosso. O que escrevemos em relação à suposta atitude de S. Excia. sr. Governador Chagas Rodrigues, haver afirmado, pela *Rádio Club*, o propósito de admitir ou tolerar a jogatina, por fonte de receita do Estado, - ouvimos de informação de alguém de nossas relações sociais, que nos disse que apanhara das declarações de S. Excia. Estamos, porém, convencidos do engano em que caímos. E nos apressamos a vir, desta mesma coluna, - retificar o que dissemos em relação à S. Excia. senhor Governador, agora quanto a nós esclarecido, por ser radicalmente contrário ao jôgo, tendo, antes, dado ordens terminantes para a repressão da jogatina (MENDES, Simplício. O jogô – retificando. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 770, p. 6, 30 jul. 1960).

Simplício Mendes afirma que faz parte da sua formação moral e ética lançar mão da coluna “Televisão” para corrigir seus erros e aproveita a oportunidade para dizer também que não é de sua índole praticar injustiças pela imprensa independentemente da pessoa citada. No caso de Chagas Rodrigues não poderia ser diferente, ou seja, “[...] não poderíamos deixar de restabelecer a verdade, tratando-se como se trata do Governador, vulto da mais alta responsabilidade política e do mais merecedor acatamento” (MENDES, Simplício. O jogô – retificando. **Folha da Manhã**. Teresina, ano III, n. 770, p. 6, 30 jul. 1960). Além do jornal, Simplício Mendes também faz uso da Rádio Difusora de Teresina para publicar uma nota desfazendo a acusação contra o governador que se manifestou contrário à prática do jogo no Piauí e não a favor como foi afirmado por ele na coluna “O Jogô” da edição de 29 de julho de 1960.

As duas colunas provocam, pelo menos, duas discussões: o uso da fonte de informação pelo jornalista e a importância do rádio como meio de informação na década de 1960, em Teresina (PI). O primeiro ponto levanta a problemática da fonte de informação pelo jornalista naquele período, em que qualquer pessoa, inclusive aquela que tivesse alguma relação pessoal com os profissionais de imprensa, poderia ser usada como “testemunha” dos acontecimentos que iriam ser publicados num jornal impresso. No caso em análise, verifica-se que o fato de a fonte de informação ser alguém das “relações sociais” de Simplício Mendes fez com que ele a considerasse confiável para tratar do assunto em sua coluna. Sobre os jornalistas e as fontes de informação, Ruellan (2006, p. 33) aponta que ambas possuem interesses similares na publicação de um texto, o que significa dizer que “[...] jornalistas e fontes não estão em campos opostos, e, sim, numa situação de convergência de interesses. Os primeiros necessitam da informação,

oficial e oficiosa, que os outros têm a ambição de ver veiculada”. No caso de Simplício Mendes, é possível identificar o seu interesse em divulgar a informação de que o governador teria declarado que pretendia legalizar o jogo no Piauí, sua pretensão em divulgar o fato, tornou-se até mesmo superior ao seu cuidado em verificar a veracidade da informação. No entanto, assumir o engano que cometeu se tornava necessário para manter seu prestígio frente à sociedade.

O segundo ponto a ser discutido refere-se a importância do rádio como instrumento de informação atualizada. A explicação parte do pressuposto de que embora a televisão tenha chegado aos grandes centros do Brasil na década de 1950, no Piauí as primeiras imagens televisivas só chegaram no início de sessenta e eram pouquíssimas as pessoas que tinham um aparelho em casa devido ao seu alto preço. Em todo o Estado, o rádio era considerado o principal meio de comunicação e informação. Logo, chegava aos locais mais longínquos do Piauí, bem como ampliava o acesso às informações à medida que não exigia do ouvinte a alfabetização. Tratando especificamente do programa “Falando com o povo”, Lima (2011) esclarece que:

O rádio certamente teria essa função, pois muitos precisavam conhecer e acompanhar os acontecimentos, os lançamentos e as conclusões das propostas administrativas e sociais do Governo de Chagas Rodrigues. Poucos eram aqueles que liam os jornais ou revistas que circulavam na capital teresinense. A oportunidade surgia através do rádio, com o propósito de tornar o povo ciente dos ideais de recuperação e dinamismo social do estado (LIMA, 2011, p. 96).

O programa “Falando com o povo” era transmitido pela Rádio Clube de Teresina, todas as quartas-feiras, às 22 horas. Nele, Chagas Rodrigues escutava queixas da população, atendia algumas reivindicações dos ouvintes, além de divulgar suas ações governamentais. A Rádio Clube de Teresina foi fundada por Valter Alencar, que estava à frente da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Piauí, em 1960.

A UDN acaba não ganhando destaque no governo udeno-trabalhista, nem assumindo cargos de grande representatividade no Estado. Após uma série de desentendimentos entre os dois partidos, a UDN rompe com o PTB em 1961. Um dos motivos que levaram ao fim da aliança entre os partidos seria o fato de o governador Chagas Rodrigues apoiar a Reforma Agrária, o que não agradou os udenistas. Depois do rompimento partidário entre a UDN e o PTB se observa que a produção discursiva de Simplício Mendes em relação à figura do governador Chagas Rodrigues deixa de ser positiva e passar a ser crítica por meio de um

discurso combativo e virulento, como veremos nos próximos tópicos.

4.2 O ‘fiasco’ do governo Chagas Rodrigues na coluna “Televisão”

O descontentamento de Simplício Mendes com Chagas Rodrigues foi se incorporando cada vez mais em seus enunciados, sobretudo após o rompimento da aliança udeno-trabalhista, como dito acima. É denunciando as falhas governamentais do executivo por meio da desmoralização do então governador, que o colunista passa a apresentar discursivamente Chagas Rodrigues como um político “despreparado” para governar o Piauí, que não contribuía em nada para o crescimento econômico do Estado, tendo apenas usufruído do dinheiro público em benefício próprio.

Na coluna “Intempestividade da luta” Simplício Mendes denuncia que durante os dois primeiros anos de governo de Chagas Rodrigues, nada mudou no Piauí, sendo pouquíssimos os benefícios realizados em prol da população. A situação do governo petebista é descrita assim: “Falando com a devida franqueza, até agora não se administrou, porque os problemas mais prementes do govêrno estão ainda pendurados, como que em suspenso ou pendentes de real realização” (MENDES, Simplício. Intempestividade da luta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 924, p. 6, 10 mar. 1961). É por meio de um discurso franco que Simplício Mendes se diz relatar a real situação do governo petebista.

Simplício Mendes alega nesta mesma coluna que a falta de crescimento do Piauí está associada a questões de partidarismo político. Este é apresentado como “problema máximo” da administração de Chagas Rodrigues que ao invés de trabalhar em prol dos interesses piauienses volta sua atenção para questões partidárias.

Para entender essa mudança discursiva de Simplício Mendes com relação ao governador Chagas Rodrigues é necessário compreender as condições internas em que são produzidos esses discursos, as quais estão associadas ao que diz o texto e como ele diz, bem como suas significações externas, que correspondem a sua produção de sentido. Nesse aspecto, a análise se fundamenta na relação entre a exterioridade discursiva com a historicidade para a constituição do discurso. Orlandi (1994) explica que a relação da exterioridade discursiva com a historicidade se torna fundamental para pensar a ligação entre linguagem e sociedade que define o discurso pelo processo social que se concretiza através da linguística:

Essa relação com a exterioridade, a historicidade, tem um lugar importante, eu diria mesmo definidor, na Análise de Discurso. De tal modo que, ao pensar a relação entre linguagem e sociedade, ela não sugere meramente uma

correlação entre elas. Mais do que isso, o discurso é definido como processo social cuja especificidade está em que sua materialidade é linguística. Há, pois, construção conjunta entre o social e o linguístico (ORLANDI, 1994, p. 56).

Se pensarmos o discurso de Simplício Mendes como parte de um processo construído por suas relações sociais/históricas se verifica que a materialidade do seu discurso é o resultado de sua vivência social, neste caso destaca-se a política. Dessa forma, sua linguagem é formulada a partir de suas relações sócio-políticas que no campo jornalístico se concretizavam mediante seus escritos.

Sobre o partidarismo político, o discurso de Simplício Mendes é instituído por uma visão contrária aos interesses partidários de um grupo específico na tomada de decisões administrativas na gestão pública, o que o leva a acusar Chagas Rodrigues de conduzir o Estado por meio da troca de interesses. Para o colunista, o partidarismo político tem impedido a aplicação de investimento em educação, saúde, agricultura, pecuária, entre outros setores. E culpa o partidarismo de absorver “[...] os recursos financeiros, - por meio do empreguismo em larga escala e outros gastos supérfluos que obrigam o govêrno e bem poderiam ser evitados, se houvesse outro senso de governar” (MENDES, Simplício. Intempestividade da luta. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 924, p. 6, 10 mar. 1961).

Voltando-se para uma discussão política de forma mais ampla, Bourdieu (1988) destaca a necessidade de o indivíduo pensar a política dirigindo-se estritamente para este campo. Impelindo uma reflexão sobre a política pela ótica construída a partir das relações sociais que de tudo abarca, menos a real necessidade e funcionalidade de se pensar a política. O autor sustenta que “[...] pensar a política sem pensar politicamente é também e sobretudo lhe aplicar maneiras de pensar que quase sempre têm sido construídas contra ela, portanto, transgredir o limite que está no princípio de sua elaboração” (BOURDIEU, 1988, p. 02). Retomar a discussão sobre os verdadeiros princípios da política na esfera social é tida pelo pesquisador como de suma importância para uma estruturação política na sociedade como um todo.

Evidente que a política partidária faz parte da estrutura política na qual é constituída como mecanismo que busca melhorias para a sociedade como um todo, portanto, cabe a ela desenvolver e implementar políticas públicas que beneficiem a população. Na visão de Simplício Mendes, a política partidária aplicada por Chagas Rodrigues é voltada apenas para seus interesses pessoais. Acusando o governador de estar mais preocupado com a sucessão estadual do que de fato em trabalhar em prol do Piauí, Simplício Mendes volta a denunciar o chefe do executivo de não resolver os problemas estruturais do Estado.

Os problemas rurais das estradas rodoviárias, a cargo do Estado, - muitas que vêm de governos anteriores e, neste governo, há dois anos já passados, se arrastam vagarosamente, sendo que, o que está feito, não resiste as quedas pluviais, - sendo antes estradas de verão, que de inverno. E o problema do contrabando e da falsificação de guias e talões, zombando das providências administrativas e da fiscalização das cancelas e postos fiscais das extensas fronteiras no leste do Estado? As rendas do Estado, à sombra de poderosos, escôam-se, clandestinamente, - prejuízos imensos para a fazenda pública. As finanças piauienses decrescem e não estão dando bem para as despesas mais prementes e crescentes com o funcionalismo público (MENDES, Simplício. Sucessões estaduais. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 950, p. 6, 13 abr. 1961).

A partir deste trecho da coluna se observa que Simplício Mendes elenca uma série de problemas a serem resolvidos pelo governador Chagas Rodrigues. De forma a denunciar a situação precária das rodovias estaduais, cujo descaso se arrasta de governos anteriores, no caso os do PSD, sendo que na atual gestão do governo do PTB não houve praticamente melhorias. Pelo contrário, o que se ver é uma série de problemas administrativos principalmente no que diz respeito as finanças do Estado. Era por meio dessas denúncias que o colunista mostrava em seus textos um governante despreocupado com as necessidades da população piauiense, assim desqualificando Chagas Rodrigues enquanto governador do Piauí.

Alguns assuntos abordados pela coluna “Televisão” levavam em consideração temas publicados nas edições da *Folha da Manhã*, a exemplo da coluna “Ainda no setor interno” publicada em 29 de abril de 1961, informando que Chagas Rodrigues em fala a Rádio Clube de Teresina manifestou desgosto e lançou duras críticas ao senador Joaquim Parente, proprietário do diário. O conflito ocorreu porque um dos jornalistas⁴¹ da *Folha da Manhã* havia discordado da política praticada pelo vice-presidente da República, João Goulart, líder do partido trabalhista.

Ontem soubemos, que S. Excia. sr. Dr. Chagas Rodrigues desancou o Exmo. Senador Joaquim Parente, somente porque o representante piauiense é proprietário da “Folha” e esta, em coluna redacional, teceu, comentários, em que o jornalista, apreciando a política geral do País, referiu-se, em termos altos, ao sr. João Goulart, Vice Presidente da República e chefe nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, discordando da sua política. S. Excia. sr. Governador molestou-se com isso e, pela sua fala, na “Rádio Club”, - não só manifestou o seu desgosto, como lançou tôda responsabilidade da crítica à atuação do eminente líder nacional do P.T.B., - ao Senador Joaquim Parente, que, ausente, em Brasília, tudo está ignorando (MENDES, Simplício. Ainda no setor interno. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 963, p. 6, 29 abr. 1961).

41 O jornalista da *Folha da Manhã* que escreveu o texto criticando a política de João Goulart não foi identificado por Simplício Mendes em sua coluna.

Nesta mesma coluna, Simplício Mendes afirma que o governador Chagas Rodrigues se encontrava “enfurecido” pelas críticas ao vice-presidente João Goulart, de maneira que chegou a retirar e proibir qualquer publicação oficial do governo estadual na *Folha da Manhã*. Entre o final da década de 1950 e os primeiros anos de 1960 era possível se observar de forma mais explícita a censura jornalística imposta pelas lideranças políticas, principais fontes financeiras desses impressos, sendo o corte de verba publicitária utilizado como mecanismo para reprimir os profissionais de imprensa. Barbosa (2007) explica que entre as décadas de 1950 e 1960 a imprensa e os grupos políticos permaneciam interdependentes, muitos jornais continuavam sendo fundados para propagarem ideias dos grupos políticos que os mantinham financeiramente, e mesmo aqueles jornais que não haviam sido criados por um determinado partido em sua maioria dependiam financeiramente da publicidade de políticos ou partidos.

Ao ler a “coluna redacional” publicada pela *Folha da Manhã*, Simplício Mendes afirma não ter se deparado com algo que merecesse tamanha repulsa por parte do governante piauiense, em razão do texto apenas apresentar uma crítica do comentarista do jornal em relação à orientação política do vice-presidente da República João Goulart.

Nos comentários, há discordância, mas nunca ofensas, injúrias, calúnias, que seriam despropósitos e injustiças. O colunista situou-se em plano decente de livre opinião, elevada análise e exame de imprensa democrática, despreocupado de deprimir ou ferir, de leve, a personalidade cívica do Vice-Presidente da República. Divergiu dêle, mas divergiu, usando e nunca abusando das prerrogativas da boa imprensa. Então, S. Excia., o sr. Chagas Rodrigues, não quer ou se irrita com simples divergências? É um erro (MENDES, Simplício. Ainda no setor interno. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 963, p. 6, 29 abr. 1961).

João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como João Goulart ou Jango, era uma das principais lideranças políticas do PTB. Foi eleito vice-presidente da República em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, com a quantidade de votos maior que a do próprio presidente. Na época, as votações para presidente e vice-presidente eram separadas. Em 1960, ele fora novamente eleito a vice-presidente, desta vez no governo de Jânio Quadros.

Neste período em que assumiu a vice-presidência pela segunda vez João Goulart também ficou responsável por liderar o PTB na esfera nacional. Segundo Delgado (2009, p. 125), o político “Orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais”. Goulart mantinha uma forte ligação com o sistema sindical desde a época que atuou como Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, o que aproximou ainda mais sua atuação política das

classes operárias.

Na coluna “Setor interno”, Simplício Mendes esclarece que a *Folha da Manhã* não é um órgão partidário, apesar de pertencer a Joaquim Parente, senador da República e representante da UDN do Piauí. Para o colunista, a *Folha da Manhã* é um jornal de “informações”, embora “moderado” de “opinião pública”, e que todas as colunas do impresso são de responsabilidade exclusiva de seus assinantes e não do senador Joaquim Parente.

Assumindo para si a responsabilidade dos conteúdos publicados na coluna “Televisão”, pode-se observar outros argumentos utilizados por Simplício Mendes para atacar o governo de Chagas Rodrigues. Nas matérias analisadas durante o ano de 1961, identifica-se que o colunista recorre as viagens governamentais realizadas por Chagas Rodrigues como alegação para criticar o chefe do executivo do Piauí. Nesta configuração, a discussão ganha formato mais expressivo quando Simplício Mendes apresenta o então governador como um gestor “ausente”, “turista”, “itinerante” e de pouco zelo para o dinheiro público, visto que está utilizando verbas públicas para viagens em detrimento das reais necessidades do Estado.

Na coluna “Judeu errante”, do dia 17 de setembro de 1961, Simplício Mendes denuncia o gasto de verbas por parte do governador, que estaria esgotando as finanças governamentais em viagens desnecessárias, deixando de cumprir com os compromissos cruciais para manutenção do Estado. A situação é descrita pelo colunista da seguinte maneira: “No Karnak não esquenta lugar, - há sempre pretexto de viajar tôda semana, quando menos, duas vezes por mês. Já esgotou a grande verba especial e até a orçamentaria, não pequena e mais a suplementar para o custeio desta necessidade aviatória” (MENDES, Simplício. Judeu errante. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 070, p. 6, 17 set. 1961).

Sobre as viagens oficiais de Chagas Rodrigues, Lima (2011) acrescenta que os jornais piauienses oposicionistas ao governador criticavam suas ausências. Isto é, “a imprensa oposicionista não deixava de fazer críticas à ausência do governante, além de ironizar e achar um “exagero” os jornais da situação, mostrarem e descreverem os feitos conquistados pelo governador” (LIMA, 2011 p. 67). A partir da afirmação de Lima (2011), o que se percebe é que os jornais de oposição a Chagas Rodrigues utilizavam suas constantes viagens como forma de macular a imagem política do governador, enquanto que os impressos que se posicionavam a seu favor alegavam ser necessárias tais viagens para arrecadar verbas para o Piauí.

Na coluna “Sem govêrno”, de 26 de setembro de 1961, Simplício Mendes afirma que seria de interesse geral da população que Chagas Rodrigues continuasse ausente do Piauí desfrutando de suas viagens à custa dos cofres públicos. Mencionando descontrole financeiro por parte do governador, Simplício Mendes o ironiza acrescentando que a maioria dos eleitores

que votaram em Chagas Rodrigues “choram de arrependimento” por terem confiado em suas propostas, enquanto que o governador continua a realizar seus passeios pelos estados do Rio de Janeiro e Brasília, em uma busca contínua por empréstimos para esbanjar ainda mais o dinheiro público.

Agora, quando todos estão chorando a pena de eleger no govêrno o sr. Chagas Rodrigues, quando as lágrimas correm e são irremediáveis, para a fome dos servidos públicos, - êle passeia pelo Rio, por Brasília e implora um empréstimo para maior calamidade e esbanjamento dos dinheiros, da Nação. E quem autoriza êsse empréstimo e quem confia dinheiro às mãos suspeitas de um governante que reduziu o Estado à miséria financeira e moral? (MENDES, Simplício. Sem govêrno. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 078, p. 6, 26 set. 1961).

O discurso pauta o arrependimento dos eleitores que votaram no governador Chagas Rodrigues, em destaque para os servidores públicos que estariam a meses sem receber seus salários, como denuncia Simplício Mendes. Também ganha ênfase no texto a falta de credibilidade do chefe do executivo junto a possíveis financiadores de empréstimos para o Piauí, tendo em vista que o Estado se encontra em uma situação de “miséria financeira e moral”, o que levantaria uma certa desconfiança dos financiadores para disponibilizarem empréstimos a “mãos suspeitas”.

Na análise do enunciado o que se percebe é uma série de argumentos produzidos por Simplício Mendes para estabelecer como verdade a figura de um gestor desqualificado para governar o Piauí. Gregolin (1995) explica que ao se analisar um texto é possível observar os acontecimentos lançados no discurso pelo sujeito enunciator, bem como os recursos de persuasão por ele utilizados para criar uma verdade do que foi dito sobre os conteúdos publicados no enunciado. A autora considera que “na análise do discurso subjacente a um texto, podemos observar as projeções da enunciação no enunciado; os recursos de persuasão utilizados para criar a "verdade" do texto [...] e os temas e figuras utilizados” (GREGOLIN, 1995, p. 18). De maneira que se identifica no texto de Simplício Mendes projeções enunciativas, as quais são constituídas por uma clara tentativa de retratar negativamente as constantes viagens do governador Chagas Rodrigues.

Essas afirmações podem ser observadas na coluna “Voltar pra quê” publicada em 6 de outubro de 1961. No texto, Simplício Mendes relata que Chagas Rodrigues está a vinte e cinco dias viajando e logo que se complete trinta dias longe do governo terá perdido o mandato por motivo de “abandono”, pois assim como de outras vezes se ausentou sem licença e sem deixar substituto.

O sr, Chagas Rodrigues abandonou o govêrno, deixando-o acéfalo, - faz vinte e cinco dias e, decorrido todo êsse tempo, não há notícia certa dêsse judeu errante. Logo que faça trinta dias e, faltam poucos, - terá perdido o mandato, pois desta, como de tantas outras vezes o ausentou-se sem licença do poder legislativo. E vai sem deixar substituto – a administração pública atirada à mais completa irresponsabilidade (MENDES, Simplício. Voltar pra quê?. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 087, p. 6, 6 out. 1961)

Ainda na coluna “Voltar pra quê?” Simplício Mendes argumenta que durante toda a existência do Piauí não há notícias sobre fatos semelhantes de ausências governamentais como as de Chagas Rodrigues que, por sua vez, demonstra total desprezo com a população piauiense, haja vista a grande quantidade de dinheiro gasto para custear suas viagens. Contabilizando em média oito viagens por ano, gastando cerca de meio milhão de cruzeiros em cada uma, tendo viajando por “todos os seus antecessores”.

A administração de Chagas Rodrigues e ele próprio foi alvo constante da produção discursiva de Simplício Mendes com interesse de desmoraliza-lo como governador. É por meio de denúncias de atrasos salariais, viagens desnecessárias, superfaturamento em obras públicas, elevação do custo de vida, dentre outras, que o colunista constrói sua produção discursiva sobre a gestão chaguista com a finalidade de denunciar os desmandos do governo e atacar o PTB.

4.2.1 A imagem do “descontrole financeiro”, da “falta de ética” e do “descaso com os piauienses” (re) produzida pela coluna “Televisão”

O combate discursivo de Simplício Mendes ao governo de Chagas Rodrigues pode ser identificado com maior ênfase no ano de 1961. Neste período, Chagas Rodrigues é caracterizado cada vez mais como um “governador desqualificado” para administrar o Piauí e isso se faz por meio da visibilidade da situação financeira do Estado. O colunista dá destaque para os gastos do governador afirmando que estes são superiores a receita arrecadada e denuncia que por falta de recursos os funcionários estaduais encontram-se com os seus salários atrasados e sem previsão de recebimento.

Não ouvir as orientações de seus companheiros correligionários é apontado por Simplício Mendes como um dos principais erros do governador, que prefere agir isoladamente por ambições e caprichos deixando de lado assessores e auxiliares aptos tecnicamente e moralmente a aconselha-lo. Para o colunista, a única realização efetiva do governo de Chagas Rodrigues é o seu programa de rádio “Falando com o povo” que serve somente para o chefe do executivo prestar-se ao “papel de ridículo” frente a população, ao tempo em que lhe falta senso

da realidade para abolir o programa no qual considera lunático e cujo desprestígio somente não é percebido pelo próprio autor, o governador.

A única realização do seu governo é a demagogia de pé de viola, do programa “falando com o povo”, sem aperceber-se de que, com ela, decái num ridículo, crescendo nas ruas e praças da cidade e se alastrando por todo o Estado e até aonde chegou os raios da emissora local, donde, semanalmente, quando aqui se encontra, representa um papel ridículo, que antes o diminui e expõe o Estado a sofrer e, sofrendo tanto, com os desatinos, as alucinações e desvarios de Sua. Excia. Se tivesse noção da realidade, que o cerca, de certo já teria abolido êste programa lunático, maníaco, cujo vazio e desprestígio somente o autor, também ator, não sente, nem dá por tal (MENDES, Simplício. Sempre voando. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 072, p. 6, 19 set. 1961).

O próprio título da matéria sugere duas críticas: a primeira sobre as constantes viagens do governador; a segunda, sobre a ideia que ele devaneia no horário do programa “Falando com o povo”, dando enfoque a questões que não são de real necessidade da população piauiense, uma vez que utiliza do espaço radiofônico somente para promover suas falsas realizações governamentais por meio de sua “demagogia eleitoreira”. Simplício Mendes sustenta o argumento de que, por meio do rádio, Chagas Rodrigues apenas caía no “ridículo” frente a população piauiense.

Seguindo com suas denúncias contra a administração de Chagas Rodrigues, o colunista publica no dia 23 de setembro de 1961 a coluna “É ou não paranoia?” Na ocasião, ele convida os seus leitores a fazerem um diagnóstico sobre as ações do governador que, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa n. 22/61, propõe construir um quartel para a guarda civil estadual, cujo projeto é orçado em cerca de 2.000.000,00 de cruzeiros, além de outras solicitações.

A Mensagem n. 22/61, alegando a necessidade da construção de um *Quartel* para a Guarda Civil, - projeto de construção orçada em cerca de 2.000.000,00, - pede. a) Cr\$ 4.000.000,00 para a construção do *Quartel* e aquisição de material; b) Cr\$ 8.000.000,00 – para despesas de qualquer natureza, com a Diretoria de Trânsito, inclusive viaturas; c) Despesas de qualquer natureza, (textual) com aquisição de material destinado às repartições do Estado, na Capital e no interior - Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) (MENDES, Simplício. É ou não paranoia?. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 076, p. 6, 23 set. 1961).

Conforme Simplício Mendes, na mensagem enviada à Assembleia Legislativa o governador explica a falta generalizada de material em diversos órgãos da administração estadual que funcionam apenas em virtude da boa vontade de seus dirigentes e servidores. Esses fatos são utilizados por Simplício Mendes para qualificar o “descontrole”, a “desorientação” e

a “ausência de ética” de Chagas Rodrigues na gestão dos recursos públicos e no total “descompromisso” com os piauienses. Para dar mais crédito à sua coluna, Simplício Mendes se utiliza de um documento público, ou seja, da solicitação de verbas encaminhada ao legislativo como forma de comprovar o que ele configura como “paranoia” do chefe do executivo no que diz respeito as finanças do Estado.

Entende-se que tal representação do governante foi construída pelas condições de produção do enunciador, no caso, Simplício Mendes. Assim, analisar um discurso é, sobretudo, entender as condições de produção do seu conteúdo enunciativo. Segundo Gregolin (1995, p. 19). “A enunciação pode ser reconstruída pelas ‘marcas’ espalhadas no enunciado; é no discurso que se percebe com mais clareza os valores sobre os quais se assenta o texto. Analisar o discurso é, por isso, determinar as condições de produção do texto”. No caso de Simplício Mendes, as marcas enunciativas em seu discurso foram produzidas por seu posicionamento contrário ao governador petebista, dessa forma marcando a administração de Chagas Rodrigues pelo descontrole financeiro e pela falta de ética.

Seguindo uma linha de acusação na qual Simplício Mendes denomina de “descontrole financeiro” do governador, ele apresenta outros problemas econômicos do Piauí oriundos da gestão de Chagas Rodrigues, a exemplo do aumento astronômico de muitos produtos que são fabricados pelo Estado: “O babaçu passou de dois, três, quatro, cruzeiros por quilo, para 30, 40, 45 cruzeiros nêstes dois anos e meio; a carnaúba, de trezentos cruzeiros em média, por 15 quilos, para três mil, quarto mil, cinco mil cruzeiros” (MENDES, Simplício. Sem govêrno. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 078, p. 6, 26 set. 1961).

Esses produtos citados por Simplício Mendes na coluna “Sem govêrno” faziam parte da base de sustentação da economia piauiense nas décadas de 1950 e 1960. A produção da cera de carnaúba, por exemplo, era considerada uma das maiores fontes de renda para as famílias piauienses. Britto (1964, p. 233) afirma que “a cera de carnaúba, de 1935 até 1960, ou seja, num espaço de cinco lustros (25 anos) teve o seu valor acentuado e aguçado que quem não tivesse carnaubal não valia cousa alguma, não vinha de boa gente, era um pobretão, era um miserável”. Daí o destaque dado pelo colunista ao afirmar que o aumento do preço desses produtos no governo de Chagas Rodrigues tem prejudicado o custo de vida da população.

Ainda sobre esse assunto Assunção (2009), destaca que nos anos finais da década de 1950 do século XX a economia do estado sobrevivia, em sua maior parte, da exploração de atividades primárias, a exemplo, da cera de carnaúba que se apresentava como um dos principais produtos de exportação do Piauí. A autora ainda acrescenta que também nesse período o Estado vivia um processo de deficiência estrutural nesse setor, sobretudo, por falta

de investimento financeiro, o que influía diretamente no desempenho produtivo da cera de carnaúba e da pecuária, sendo essa última atividade também considerada de suma importância para o crescimento econômico do Piauí.

Em meio a acusações de má administração por parte do governador Chagas Rodrigues, a coluna “Televisão” divulga em setembro de 1961 a informação sobre uma suposta renúncia de Chagas Rodrigues ao cargo de governador do Piauí. O afastamento seria para assumir uma função no Tribunal de Contas em Brasília, como declara na coluna “Renúncia”:

Renúncia? Corre insistentemente que o sr. Chagas Rodrigues vai ou estará prestes a renunciar. Se for verdade, - já vai tarde, depois que tantas malversações semeou, na sua desgraçada passagem pelo govêrno do Estado do Piauí. A notícia parece procedente, porque vem do Ceará, - dada pela imprensa de Fortaleza, sempre melhor informada no tocante às movimentações dêsse Governador piauiense, muito em ligação com o sr. Parsifal Barroso, - lá das terras alencarinas. O sr. Chagas Rodrigues - dizem - deixará o govêrno, que tanto desmoralizou e irá exercer, em Brasília, alto cargo no Tribunal de Contas (MENDES, Simplício. Renúncia. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 1. 082, p. 6, 30 set. 1961).

Para Simplício Mendes, a renúncia de Chagas Rodrigues seria um alívio para as finanças do Estado que sofrem com a calamidade e o menosprezo por parte do governador, considerado por muitos um “traidor” que não cumpriu com suas promessas de governo e nunca encarou de frente os problemas. Antes, sempre optou por fugir de suas responsabilidades omitindo e se escondendo por trás de qualquer coisa/pessoa que pudesse protegê-lo.

Declarando-se decepcionado com a política e com os partidos políticos, Simplício Mendes conta que seus anos de vida lhe resultaram em bastante experiência para conhecer e julgar o valor dos políticos com quem convive. Na coluna “Política e partidos políticos” confessa: “A medida que envelheço, estou vendo e sentindo, que a política na República não conseguirá tão cedo desprender-se da crosta grosseira do único ciclo dos interesses materiais, que a movimentaram e lhe darão razão de ser” (MENDES, Simplício. Política e partidos políticos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 089, p. 6, 8 out. 1961). A situação decepcionante da política, segundo Simplício Mendes, exerce um desencanto sobre as pessoas, sendo poucos os que conseguem realizar uma análise equilibrada sobre o assunto.

Assumindo que nunca foi pessimista em relação a política partidária, Simplício Mendes diz ter esperado por dias melhores no país e particularmente no Piauí. No entanto, na coluna “Política e Partidos Políticos” confirma que estava descrente, não desanimado, mas incrédulo com os homens públicos e com as atitudes de muitos deles que, anteriormente, pareciam pessoas de valor:

Há os que chamam pelos remédios das eleições livres, da verdade e limpeza do voto popular. É bastante? Mas para que voto mais espontâneo e mais veraz de que o da eleição, em que o sr. Chagas Rodrigues saiu governador do Piauí? Eleição livre, voto liberal, mas péssima escôlha dos partidos e do corpo de votantes. Uma decepção. O mal, portanto, não é formal, - é substancial, demonstrando a nossa inferioridade mental que nos tolhe, nos priva de opinar sem personalismos, sem egoísmos que envilecem, aviltam e desnorteiam, - pela vitória do mais capaz e mais credenciado (MENDES, Simplício. Política e partidos políticos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 089, p. 6, 8 out. 1961).

O que se percebe neste trecho da coluna é que o descontentamento de Simplício Mendes com a política partidária refere-se, especialmente, ao governador Chagas Rodrigues e não a todos os partidos e políticos do cenário brasileiro, uma vez que em nenhum momento no texto o colunista cita estar decepcionado com as práticas políticas da UDN, seu partido de filiação.

Nesta mesma coluna Simplício Mendes avalia que a eleição como a que elegeu Chagas Rodrigues acontece porque os eleitores em geral acabam votando por interesses pessoais e não coletivos ou “conduzidos” pelo voto de cabresto. Para o colunista uma parcela da população não tem discernimento político, por isso, votam inconscientemente e tornam essa atividade mecânica fora de compreensão, o que dificulta o exercício da democracia, a julgar pelas eleições livres que resultavam em péssimos efeitos para o bem do povo.

Para Leal (2012), a troca de interesses no jogo político partidário, sobretudo em períodos eleitorais é condicionada, principalmente no interior do Brasil, através do “coronelismo”, cuja base é caracterizada por um compromisso firmado entre o poder público e os chefes locais, em sua maioria proprietários de terras, tendo em vista que não se torna possível compreender o fenômeno do “coronelismo” sem se fazer referência a estrutura agrária que serve como ferramenta de sustentação entre o poder privado e a esfera pública local, o autor ainda acrescenta que,

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 2012, p. 44).

Simplício Mendes contesta na coluna “Políticos e partidos políticos” que em países cujas pessoas possuem consciência política os candidatos a cargos representativos são eleitos por merecimento próprio. Contudo, para ele essa prática de conscientização política não existe no Brasil, sendo a população facilmente enganada por qualquer figura política, que para ganhar notoriedade engana, os eleitores através de “sortilégios demagógicos” e assim conseguem se sobressair em cima de políticos sérios, comprometidos com o bem do povo, mas que infelizmente pela inconsciência política dos eleitores não conseguem se eleger:

Nos países mais politizados que o nosso, - os candidatos depuram-se e se fazem e se impõem, por altos merecimentos pessoais e públicos, à consideração dos partidos e do povo. Aqui basta ser Ministro da Guerra e dispor da possibilidade impressionante da força, - fator de êxito nas democracias de nível mais baixo. Quando o povo se impressiona e se movimenta por um líder populista, como Jânio Quadros, - é como quem crê numa entidade carismática, que atua mais pelos sortilégios demagógicos. E é, então, o que se vê – o eleitorado, quase por maioria absoluta, elege Jânio e derrota a superioridade mental, que é Milton Campos, - seu companheiro de jornada eleitoral (MENDES, Simplício. Política e partidos políticos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 089, p. 6, 8 out. 1961).

Para Simplício Mendes, a exemplo, de Milton Campos, os melhores políticos brasileiros sempre perderam para os mais “dissimulados”, “egoístas” e “traidores dos interesses públicos”. Milton Campos, candidato à vice-presidência da República, é utilizado pelo colunista como exemplo de um “bom político”, todavia não se pode esquecer que o então candidato derrotado nas eleições de 1961 pertencia a UDN, mesmo partido de filiação de Simplício Mendes. Esta questão possibilita observar uma clara tentativa em expor os políticos udenistas como os únicos representantes capazes de modificar o triste quadro da política partidária brasileira, mas que até o momento não o fizera pela falta de consciência política da população que não os elegeram.

Simplício Mendes, ainda relata que mesmo, quando alguns partidos tentam sair do jogo sujo das relações partidárias, inclusive fazendo reestruturações internas rigorosas, os políticos continuam a praticar a “velha política” com base em interesses pessoais, desiludindo até os mais experientes. Tanto é que volta a afirmar seu posicionamento sobre a vida partidária piauiense: “Repito: cada vez mais me decepciono com a política dos partidos políticos. Êstes todos são armadilhas de interesses personalíssimos. E outra coisa melhor, - não conseguirão ser” (MENDES, Simplício. Política e partidos políticos. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 089, p. 6, 8 out. 1961). Como exemplo dessa “velha política” o colunista cita Chagas Rodrigues, que não consegue ao menos definir seus princípios ideológicos, se é socialista ou comunista, de esquerda ou direita, não se firmando partidariamente, buscando apenas vantagens para si.

Embora Simplício Mendes pontuasse que Chagas Rodrigues não se definia ideologicamente, ele mesmo ao longo de sua coluna promoveu a definição do então governador como “comunista”. Isso não ocorria de forma aleatória, visto que “ser comunista” ou “ser acusado” de comunista na década de 1960 era fator de perda de credibilidade frente a população, como explica Oliveira (2008). A autora ainda afirma que muitos opositores a Chagas Rodrigues faziam questão de ligarem a figura do governador ao regime comunista como forma de desqualificá-lo e, assim, combaterem a Reforma Agrária, uma das bandeiras políticas do petebista. Não se pode esquecer que Simplício Mendes era um dos maiores proprietários de terras no Piauí e se posicionava totalmente contra o comunismo e a divisão de terras. De acordo com Oliveira (2008, p. 178), “o Piauí, desde a colonização, possuiu uma elite detentora da maior parte das propriedades rurais. Em tempos mais recentes, em geral, esses latifundiários se agregavam em um ou outro partido político”.

Na coluna “Sem ética e sem decência” publicada no dia 27 de outubro de 1961 Simplício Mendes denuncia Chagas Rodrigues de difamar os redatores da *Folha da Manhã* em seu programa “Falando com o povo”: “Chagas Rodrigues acoimou de bêbados os redatores deste diário – “Fôlha da Manhã”, - é grave sintoma de desorientação moral, de perturbação e sentindo, de quem, pelo contrário, é alcoólatra doméstico e está sob a ação de algumas garrafas de Whiski” (MENDES, Simplício. Sem ética e sem decência. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 103, p. 6, 27 out. 1961). Essa atitude do governador seria em decorrência das denúncias contra as suas ações governamentais no Estado publicadas pelo impresso.

Sobre este acontecimento relatado por Simplício Mendes, Oliveira (2008) argumenta que Chagas Rodrigues, eleito pela coligação PTB-UDN, era apoiador da Reforma Agrária o que desagradou os udenistas, levando a um rompimento da coligação. De forma que as discussões entre os partidos se agravaram justamente após Chagas Rodrigues acusar os redatores do jornal *Folha da Manhã* de estarem escrevendo bêbedos.

Chagas Rodrigues era um político novo, frente à antiga composição política do Piauí. Eleito pela coligação PTB-UDN, ao assumir a postura de apoiador da Reforma Agrária, provocou reações adversas nos quadros udenistas, que levaram a um rompimento da coligação antes das conversações políticas para a sucessão. Nesse momento, o que estava em jogo não era apenas uma eleição, mas a reorganização das forças políticas no Estado, uma vez que Chagas, jovem político, poderia se tornar a mais nova liderança em detrimento dos antigos políticos que governaram o Piauí até aquele momento. As discussões começaram a se intensificar depois de um programa de rádio em que o governador supostamente teria acusado os colaboradores do jornal *Folha da Manhã* de estarem escrevendo bêbedos, provocando a ira dos articulistas desse jornal, em especial de Simplício de Sousa Mendes (OLIVEIRA, 2008, p. 117).

Na coluna “O prestígio do conselho” do dia 28 de outubro de 1961 Simplício Mendes afirma, que o governador se considerava “autossuficiente”, “cheio de poder” e promotor de “projetos ambiciosos”, nunca se propondo a escutar os conselhos de quem o cerca. “Resultado: - Chagas Rodrigues desde os primeiros dias vem perdendo substância, - fracassado e desacreditado aos olhos do povo, que não o leva a sério e goza do ridículo a envolver tôda a sua personalidade decadente e falha” (MENDES, Simplício. O prestígio do conselho. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 104, p. 6, 28 out. 1961).

Durante o mês de outubro de 1961, pode-se observar que Simplício Mendes emprega cada vez mais um discurso virulento para combater Chagas Rodrigues. As acusações que se voltam para a administração do governador são feitas de forma individualizada e personalizada, de maneira que Chagas Rodrigues é qualificado como “demagogo”, “paranoico”, “sem ética”, “sem decência”, “doente mental”, “irresponsável”, “sem idoneidade”, “ridículo”, “fracassado”, “desacreditado”, “personalidade decadente”, dentre outros. É por meio de todos esses adjetivos que o colunista ataca a administração chaguista.

Ainda no mês de outubro de 1961, Simplício Mendes publica diversas colunas falando sobre a existência do jornalista Zé Carnaúba do jornal *Comércio*⁴². A questão inicia a partir do momento em que o jornal do *Comércio* passa a publicar matérias assinadas por Zé Carnaúba em defesa explícita à Chagas Rodrigues.

Simplício Mendes escreve a coluna “O anonimato” relatando a existência de um jornalista anônimo que estaria se utilizando do pseudônimo Zé Carnaúba para defender as ações de Chagas Rodrigues e atacar seus opositores por meio de uma coluna no jornal do *Comércio*. A suspeita é que o redator misterioso se trate do próprio governador:

Quem se agacha sob supostas e falsas assinaturas para atacar e ferir a honra do adversário, que o enfrenta. – é semelhante ao bandido, - empunhando a peixeira ou a arma traiçoeira, oculto pelo ângulo da esquina ou, ao cair da noite, escondido por traz de um tóco. Também assemelha-se, como no caso dêsse suposto zé-carnaúba, a um cão que ladra, contra quem passa, - dentro de alguma cerca ou bem defendido por muros e guardas palacianos. Não se expõe, mas rosna, desespera, corre, - vai lá e vem cá, - deita, baba e mostra os dentes felinos, que mordem de surto, em qualquer descuido. É assim o anônimo escrevinhador de imprensa, - seja êle um lacáio ou um governante. Não podemos afirmar que Sua Excelência, - Sr. Chagas Rodrigues, - a quem, por engano deplorável, ajudamos a eleger e de cujo êrro todo o Piauí sofre, - não podemos afirmar seja êle o anônimo (MENDES, Simplício. O anonimato. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 106, p. 6, 31 out. 1961).

42 O jornal do *Comércio* foi criado em 1947 e tinha como proprietário o jornalista Bento Clarinho Bastos, era um periódico ligado ao PTB e recebia subsídios financeiros do governo do Estado.

Neste trecho da coluna se observa que Simplício Mendes classifica Zé Carnaúba como um jornalista sem “honra” que se assemelha a um “bandido” que procura atacar o adversário escondido por um pseudônimo. O colunista ainda compara Zé Carnaúba a um cão que ladra, mas se sente protegido porque está cercado por muros, não se expondo, ou seja, um jornalista que se protege usando-se do anonimato para defender e atacar os opositores do governador Chagas Rodrigues.

Para Marocco, Lima e Vieira (2014), o uso da falsa identidade foi adotado pela imprensa no Brasil ainda no período em que a presença de literatos no jornalismo era bastante significativa. As autoras acrescentam que, no Piauí, entre as décadas de 1950 e 1960 era considerável o número de matérias veiculadas pelos jornais de Teresina (PI) assinadas com pseudônimos.

Sem que fosse questionada a ilegitimidade de se usar pseudônimo no jornal nos anos 1950, a opinião era associada à livre manifestação de pensamento, principalmente, quando os jornalistas se propunham a analisar o fato político piauiense. Como as críticas em torno da ação dos chefes do executivo estadual e municipal eram feitas de forma explícita (MAROCCO; LIMA; VIEIRA, 2014, p. 49).

Ainda segundo as pesquisadoras, o uso do pseudônimo nas matérias era uma estratégia utilizada pelos donos dos jornais em concordância com os jornalistas que atuavam nos impressos a fim de protegerem os órgãos, bem como seus redatores de consequências jurídicas pela publicação de algum texto que atingisse diretamente um partido ou personalidade política, tendo em vista que a profissão de jornalista ainda era pouco regulamentada.

Sobre a atuação de Zé Carnaúba na imprensa piauiense, Oliveira (2008) explica que o jornalista surgiu no jornal do *Comércio* escrevendo em defesa de Chagas Rodrigues, sobretudo das acusações que caracterizavam o chefe do executivo de ser comunista.

Surgiu no Jornal do Comércio um articulista com o nome José/Zé Carnaúba, pseudônimo utilizado para defender o governo de Chagas Rodrigues, principalmente no que se referia às acusações de comunismo. Esse pseudônimo, segundo Simplício Mendes, foi um artifício do próprio governador para se esconder, pois para o professor, o Zé Carnaúba era o próprio Chagas Rodrigues, uma vez que era ele quem financiava o Jornal do Comércio com verbas públicas (OLIVEIRA, 2008, p. 258).

Frente às matérias publicadas por Zé Carnaúba no jornal *Comércio*, Simplício Mendes explicita que não se intimidaria e que permaneceria cumprindo o seu dever cívico e moral através da coluna “Televisão”: “Ele não intimidará esta coluna. Cumprirá sempre o que nos

ditar o dever cívico e moral. A expressão – vá às favas, é de gíria e de maus governantes. Não, - as favas foram tôdas deglutidas por Zé-Carnaúba, - o anônimo” (MENDES, Simplício. O anonimato. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 106, p. 6, 31 out. 1961).

Ao se analisar a coluna “O anonimato” é possível perceber que Simplício Mendes emprega diferentes signos para caracterizar a si próprio como “homem justo de uma moralidade intacta”. No entanto, usa expressões metafóricas para atacar a figura de Zé Carnaúba apresentando-o como um “degustador de favas”, ou seja, como um mau governante, tendo em vista que para Simplício Mendes o jornalista anônimo é o próprio governador Chagas Rodrigues.

A utilização de metáforas pode ser instituída pelos processos que constroem o discurso. Como explica Pêcheux (1997) ao afirmar que o discurso é formado por uma determinada língua que se constitui como base não variante, na qual é composta por diversos procedimentos discursivos aplicáveis. De acordo com o filósofo, “uma língua natural (no sentido linguístico da expressão) constitui a base invariante sobre a qual se desdobra uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos justapostos” (PÊCHEUX, 1997, p. 311), de forma que o discurso é estabelecido por normativas discursivas linguísticas e sociais.

Na coluna “Jóia alemã”, Simplício Mendes assegura ser Chagas Rodrigues o jornalista que assina com o pseudônimo Zé Carnaúba, ao qual se apresenta como comunicador oficial do governo. Ainda sustenta que, neste papel, Chagas Rodrigues abusa de sua influência para atacar a todos que sejam contrários ao seu governo na medida em que se esconde atrás de um “apelido”. Também se verifica que Chagas Rodrigues recebe a denominação de “neojornalista do Karnak” que se irrita e perde a compostura quando recebe críticas da imprensa democrática e livre:

Zé Carnaúba é suposto, é falso, mas o apelido lhe vem muito a propósito, porque se adapta sob medida. E, sobretudo, uma influência do subconsciente do neojornalista do Karnak. Mas *Zé Carnaúba* está irritado, porque faz das dêle – usa e abusa das prerrogativas de govêrno e depois, pretende ficar intangível, - fora das farpas da imprensa democrática e livre (MENDES, Simplício. Jóia alemã. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 125, p. 6, 25 nov. 1961).

Fica evidente que as discussões de Simplício Mendes não se resumem somente a atacar a figura de Zé Carnaúba, mas perpassa por questões políticas partidárias. De maneira que o jornalista anônimo é utilizado pelo colunista para investir contra o governador Chagas Rodrigues, sobretudo, neste período de 1961, quando os partidos já começavam a se articular

para as eleições estaduais de 1962.

Em 1961, os partidos políticos já estavam se articulando para as eleições estaduais de 1962. Petrônio Portela, prefeito da cidade de Teresina (PI), se preparava para se lançar candidato a governador do Piauí pela UDN. Frente ao quadro político que se organizava para as campanhas eleitorais de 1962, verifica-se que Simplício Mendes, como fiel escudeiro da UDN, elege como tema de sua coluna as inúmeras qualidades do prefeito Petrônio Portela, quer como político, quer como gestor do bem público. A estratégia é oferecer um panorama comparativo entre o prefeito de Teresina (PI) e governado do Piauí para enaltecer o primeiro e condenar o segundo, ao tempo em que difundia incontáveis críticas a Chagas de Rodrigues na sua coluna “Televisão”.

Embora as eleições fossem previstas para ocorrer somente no segundo semestre de 1962, a campanha eleitoral nos jornais iniciava cedo ou, pode-se ainda dizer, não cessava. Isto é, as batalhas discursivas entre os jornais permaneciam antes e depois das eleições federais, estaduais e municipais, principalmente, seja para levar o candidato ao poder, seja para garantir sua honra através da imprensa na medida em que os jornais se mantinham em vigilância para atacar de forma virulenta os candidatos opositores a seu partido. Atitudes como essa também podem ser visualizadas na coluna “Televisão”, como tem sido apresentado até aqui.

No tocante ao aparecimento do nome de Petrônio Portela na coluna “Televisão”, analisa-se que isso acontece por um motivo nobre para a UDN, uma vez que, já se cogitava nos bastidores que ele seria um nome cotado para ser lançado pelo partido como candidato ao governo do Estado no ano de 1962. Considerando que uma das práticas discursivas rotineira da imprensa de situação e de oposição era apresentar seus políticos sempre tendo o adversário político como referente, em 1961, Simplício Mendes apresenta Petrônio Portela tendo como referente a figura do governador Chagas Rodrigues.

Em abril de 1961, por exemplo, na coluna “Serviço água e luz” Simplício Mendes fala sobre os serviços de iluminação pública na cidade de Teresina (PI), cuja responsabilidade sempre esteve a cargo do Estado, tanto no que diz respeito a arrecadação financeira, quanto na manutenção dos equipamentos necessários para o funcionamento do órgão. O assunto é abordado dando ênfase às ações do governador Chagas Rodrigues que, em abril de 1961, resolveu encaminhar ao prefeito da capital, Petrônio Portela, o pagamento de taxas de iluminação das ruas de Teresina (PI) por meio da Diretoria do Instituto de Água e Energia Elétrica (I.A.E.E) e reclama que:

A prefeitura Municipal não poderá assim, ser levada ao pagamento de taxas,

a que não se obrigou por contrato firmado e devidamente autorizado pela respectiva Câmara de Vereadores. Existe um tal contrato? Não há; por isso mesmo repercutiu mal, com estranheza geral, a intimação da Diretoria do Instituto de Água e Energia Elétrica, ao sr. Prefeito da Capital, para pagar taxas de iluminação de logradouros e ruas de Teresina, - sob a ameaça de deixá-los totalmente às escuras, - porque, em parte, já estão entregues aos pares noctívagos, - paraíso dos casais enamorados, que tiverem até a luz plácida e suave do luar (MENDES, Simplício. Serviço água e luz. **Folha da Manhã**. Teresina, ano IV, n. 947, p. 6, 9 abr. 1961).

Para Simplício Mendes, essa atitude de Chagas Rodrigues se trata de perseguição política a Petrônio Portela, visto que durante quase meio século a iluminação pública sempre foi de responsabilidade do Estado e somente, quando se aproximava do período eleitoral daquele ano é que o governador resolveu tomar a decisão de repassar o encargo à prefeitura de Teresina (PI), cuja motivação é atacar a administração de Petrônio Portela, que se apresenta como um “grande” e “operoso” gestor frente a capital do Piauí.

Na coluna “Terceira fôrça”, publicada em novembro de 1961, Chagas Rodrigues é acusado novamente de abusar do poder público para prejudicar Petrônio Portela. Simplício Mendes comenta em seu texto que o governador faz isso porque não possui as mesmas qualidades governativas de Petrônio Portela:

Usar e abusar de todos os poderes de govêrno e recurso do Estado contra a candidatura do notável administrador e homem público, que se revelou a frente do govêrno da cidade de Teresina [...] Petrônio Portela, no govêrno do Piauí, - tira-lhe o sono, a calma, o resto de júizo que pode ter, só porque Petrônio é o que êle não pôde e não conseguirá ser: - o administrador idôneo, capaz, trabalhador e de agressiva honestidade no manejo e aplicação dos dinheiros públicos, em benefício da população, do povo, do bem coletivo (MENDES, Simplício. Terceira fôrça. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 107, p. 6, 1 nov. 1961).

Simplício Mendes declara que as obras públicas de Petrônio Portela se estendem por toda a capital piauiense, do centro à periferia, sendo contempladas através dos mercados, restaurantes, grupos escolares, calçamentos de ruas, avenidas, praças e chafarizes construídos nos bairros mais pobres. Explica ainda que as realizações de Petrônio Portela como prefeito foram feitas apenas com orçamentos municipais o que lhe rendeu grande admiração de toda a população.

Ainda na coluna “Terceira fôrça”, o colunista pontua que Chagas Rodrigues nada realizou em benefício do Estado durante os três primeiros anos do seu governo. Reforçando seu argumento ao declarar que o governador do Piauí é um político “demagogo” e sem “senso moral” que delapidou o tesouro público sem apresentar grandes obras.

Colocar a atuação do prefeito de Teresina (PI), à época Petrônio Portela, como parâmetro de administração do bem público recai na questão da alteridade como ponto fundamental para a construção da representação negativa do governo estadual. Nessa postura, Simplício Mendes apresenta Chagas Rodrigues como um governante “fraco” quando comparado a Petrônio Portela.

As fraquezas administrativas e o medo de Chagas Rodrigues de que Petrônio Portela ganhasse as eleições de 1962 para governador do Piauí são emblemáticas, porque são materializadas no discurso de Simplício Mendes até mesmo por meio dos aspectos físicos do governador: “Ele sofre, - porque está magro, pálido, - rosto sêco e encaverado. Tem horror e teme Petrônio, porque tem crimes e foge da prestação de contas. Mas é inútil, - o povo o quer e Petrônio virá nos braços do povo” (MENDES, Simplício. Terceira fôrça. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 107, p. 6, 1 nov. 1961).

Ao longo do governo chaguista, Simplício Mendes dirigiu-se a Chagas Rodrigues por diversos nomes em sua coluna, dentre eles; “Bem Amado, o Artista”; “Bem amado, – o itinerante”; “Bem amado, - o catavento”. Era acusando o governador petebista de ser um político fingido perante a população, principalmente a mais humilde que Simplício Mendes retratava Chagas Rodrigues como um “ator” que interpreta diferentes personagens para enganar o povo e esbanjar os recursos públicos.

Reduzindo o Estado à insolvabilidade, enquanto, a olhos vistos, somente êle – o artista – vive bem, branqueando-se com os seus, esbanjando a rôdo os parques recursos do tesouro, queimados na sua propaganda pessoal e nas piras da sua mais indecente e inescrupulosas exibições populistas. Mas também, nisto não estamos isentos de culpa. O crime é igualmente nosso, recai sôbre nós – os irrefletidos, os imprudentes, os negligentes ou tocados de imperícia, que, sem raciocínio, o aceitamos e o elegemos, - sem levar em conta que seria antes um artista de comédias, de pantomina, de farsa e de engodos e prestidigitações estupefacientes da platéia, que se dispõe a tolerar o verbalismo surrado dos maus atores (MENDES, Simplício. Bem amado, o artista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 119, p. 6, 18 nov. 1961).

Em um dos espetáculos protagonizados pelo “Bem Amado”, segundo Simplício Mendes, estaria uma suposta tragédia aérea, em que o governador teria embarcado em um pequeno avião na cidade de Valença do Piauí com destino a Teresina (PI), partindo às 16h com chegada prevista para um hora depois. Porém, Chagas Rodrigues se desviou da rota indo até o município de Castelo do Piauí, deixando a aeronave naquele local e seguindo viagem para a capital de automóvel. Somando quase 21h e o chefe do executivo ainda não tinha chegado em seu destino final, familiares e amigos cogitavam que o governador teria sofrido um acidente

aéreo.

A comoção ganhou a todos, sem distinção. Era natural. Muita gente, tendo à frente o Vice-Governador e os auxiliares do govêrno, - ocorreu, afluíu ao Karnak. Era humano. As duas emissoras da cidade entraram no ar e fizeram o alarme, conclamando a cooperação dos demais Estados e da F.A.B. – para a procura das supostas vítimas. Muitos dos íntimos surtaram, choraram, deram vertigens. Houve preces e apêlos aos Céus. Mais ou menos pelas 22 horas, de surpresa, - surge no Palácio, - e no meio do povo estarecido, o Governador. Sua Excia. coberto de pó, desgrenhado, cansado, mas alegre e sorridente, - transformou o velório, que felizmente, não aconteceu, - em manifestação de palmas, aplausos e alegria (MENDES, Simplício. Bem amado, o artista. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 119, p. 6, 18 nov. 1961).

Dessa forma, é possível analisar no *corpus* discursivo do texto de Simplício Mendes que a figura de Chagas Rodrigues é significada como uma pessoa “fingida” e “dissimulada”, que se aproveita até mesmo de momentos considerados trágicos para conseguir visibilidade política. Caracterizando o governador Chagas Rodrigues como uma personalidade que busca insensatamente sobressair-se politicamente, o colunista apresenta o chefe do executivo como um governante “populista” que se utiliza de todas as situações para reunir a atenção sobre si e sobre seus feitos enquanto governador. No entanto, para Simplício Mendes, o governador petebista é apenas um “ator”, que interpreta diante do povo, um falso personagem que não corresponde a sua verdadeira realidade de representante político.

De acordo com o colunista, as denúncias publicadas frequentemente pela *Folha da Manhã* contra as ações governamentais de Chagas Rodrigues renderam ao jornal a denominação de “periódico pertencente ao senador Joaquim Parente” e de “pasquim”. Na coluna “Jóia Alemã”, publicada em 25 de novembro de 1961, o colunista afirma que a declaração do chefe do executivo foi “caluniosa” e “sem cabimento”, haja vista que o jornal *Folha da Manhã* não é pasquim. Antes, se trata de um diário que serve a coletividade piauiense publicando de forma criteriosa os assuntos que possam interessar aos leitores.

Se a *Folha*, - diário que serve à coletividade piauiense, abordando com elevação criteriosa todos os assuntos do dia, que possam interessar os leitores, - se é pasquim como qualificar a sarjeta da Rua Paisandú, com a placa expressiva – *Jornal do Comércio*, - sob aluguel de um govêrno sujo, a custa dos cofres públicos, - para a propaganda pessoal, partidária e de um enganoso, mentiroso e pérfido populismo do próprio governador? (MENDES, Simplício. Jóia alemã. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 125, p. 6, 25 nov. 1961).

Definir um jornal como pasquim correspondia qualificar o impresso como calunioso e

difamador, por isso o desagrado de Simplício Mendes. Para Lima (2014), o nome pasquim foi utilizado por muitos jornalistas em Teresina (PI) para desqualificar os jornais concorrentes. De acordo com a pesquisadora, “muitas vezes o nome pasquim e a expressão pasquineiro foram usados pelos jornalistas de Teresina para desqualificar um jornal classificando-o como panfletário, doutrinário e difamador dotado de padrões jornalísticos que fugia dos padrões da boa imprensa” (LIMA, 2014, p. 98).

Para Simplício Mendes, pasquim é o jornal do *Comércio*, pois era financiado pelo Governo do Estado para fazer propaganda pessoal do governador. Além do jornal *Comércio*, o colunista, ainda define como prática abusiva e imoral o repasse ilícito de verbas para a Rádio Clube de Teresina, emissora que transmite o programa “Falando com o povo” apresentado pelo governador Chagas Rodrigues. Na coluna “Jóia alemã”, fala do uso das duas emissoras de Teresina (PI) pelo governador: “Sem autorização lícita e sem ética – para idêntico fim – das duas estações de rádio – difusoras de Teresina, lançando ao ar, semanalmente, o programa chulo, chato e grosseiro, - *Falando com o Povo*, que, por ser rotineiro e demagógico, o povo já se esquivava de ouvir” (MENDES, Simplício. Jóia alemã. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 125, p. 6, 25 nov. 1961, grifos do autor). Observa-se neste fragmento que o programa “Falando com o povo” era transmitido por duas difusoras da capital piauiense, entretanto, até onde foi pesquisado, o programa era irradiado somente pela Rádio Clube de Teresina.

Ainda na coluna “Jóia alemã”, de 25 de novembro de 1961, Simplício Mendes declara-se como veterano na imprensa piauiense e afirma não ter medo dos ataques do governador Chagas Rodrigues, que lança mão de uma linguagem “baixa e insultuosa” para responder as publicações da coluna “Televisão” e tentar desqualificar o redator denominando-o de “velhote curiqueiro”:

Queremos e, nos basta significar a êsse mocinho sorridente, de cabelos crespos bem penteados, que êste *velhote curiqueiro*, desta coluna, a quem se refere em linguagem baixa e insultuosa, é soldado veterano de muitas batalhas, justas e torneios de imprensa, - não o teme, nem como governador, - a que por erro de pessoa, ajudou a eleger. A vida privada do homem deve ser respeitada. Mas querendo êsse governador o contrário, - cumpre-nos dizer, que temos em mão tôda a ficha dêle no Rio de Janeiro, nos reservados apartamentos do *Serrador*, onde se diverte com as Consuelos, - esbanjando os dinheiros do Estado. Até amanhã: - Bem Amado, - o Catavento (MENDES, Simplício. Jóia alemã. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 125, p. 6, 25 nov. 1961).

Na edição de 26 de novembro de 1961, Simplício Mendes publica a coluna “Bem amado, - o catavento” com novas acusações contra o governador petebista. Por um lado, define Chagas Rodrigues como um político egocêntrico, que deseja obter para si total controle do

Estado; por outro, ajuíza que na pretensão de ser o “dono do executivo”, ele adota medidas de suborno para ter a maioria na Assembleia Legislativa e no Tribunal de Justiça do Piauí, no entanto, não conseguindo obter êxito.

No texto Simplício Mendes denuncia que por não ter cedido ao suborno de Chagas Rodrigues, o Tribunal de Justiça começou a ser perseguido pelo governador, que além de negar materiais básicos para o funcionamento da instituição, ordenou a retirada de todos os funcionários da Secretaria de Justiça forçando o presidente do Tribunal a convocar juízes para trabalharem no órgão a fim de não paralisar os serviços do judiciário.

Com relação à Assembleia Legislativa, Simplício Mendes explica que depois do rompimento com a UDN, em 1961, Chagas Rodrigues perdeu $\frac{3}{4}$ da representação no legislativo, o que dificultou a aprovação de suas propostas. Ou seja, sem contar com a maioria no legislativo, o governador não conseguiu impedir que os deputados aprovassem a lei de organização judiciária, que concede aumento salarial aos magistrados:

Perdeu a correia da ventoinha e foi para estações de rádio da cidade e insultou o quanto pôde, - a Assembléia, os deputados, os desembargadores, o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, - céus e terra. É que Bem Amado, - Moinho de vento – move tempestades também. Catavento que é, as ambições, os egoísmos, os personalismos são captados e reunidos todos na sua individualidade de govêrno dos mais perdulários e desonestos do Piauí. Fez da administração máquina de política de subôrno, de empreguismo, de nepotismo, de escândalos gritantes de enriquecimento ilícito e indecoroso – semeando sempre os ventos da falsidade, da traição, da miséria moral e cívica, pelo autoritarismo inescrupuloso e desmedidamente criminoso. E agora, em vão, culpa o legislativo e judiciário que foram apenas freio e contra-peso nos seus excessos e omissões delituosas (MENDES, Simplício. Bem amado, - o catavento. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 126, p. 6, 26 nov. 1961).

Neste trecho da coluna, Simplício Mendes expõe o governador Chagas Rodrigues como um administrador sem controle de suas emoções que se utiliza de seu programa de rádio para atacar de forma grosseira todos aqueles que se opõem a seus interesses. O colunista ainda compara o chefe do executivo a um cata-vento, posto que é movido por “ambições” e “egoísmos”, fazendo da sua administração uma “máquina” de “suborno” para enriquecimento ilícito. Deste modo, a arma que utiliza para conseguir alcançar benefícios próprios é espalhar os “ventos” de sua “falsidade” e falta de moral. Importante também lembrar que Simplício Mendes fazia parte da magistratura, por isso, o seu interesse em defender a instituição judiciária.

Na coluna “Tantos pesos, tantas medidas”, publicada na edição de 8 de dezembro de 1961, Simplício Mendes continua a abordar a relação do poder judiciário com o governador Chagas Rodrigues. O colunista relata um encontro entre Chagas Rodrigues e o presidente João

Goulart, cujo propósito seria vetar alguns dos dispositivos da lei de organização judiciária que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Piauí, os quais a seu ver eram onerosos privilégios em favor da magistratura do Piauí, opinião esta contesta por Simplício Mendes:

Atente-se para essa verdade de que a magistratura do Piauí é, de tôdas a mais mal remunerada de todo o Brasil. A sua situação é até humilhante em relação a dos vizinhos – Ceará e Maranhão. Hoje a vida está cara por tôda parte, nas cidades populosas e nas pequenas comunidades. No entanto, um juiz de comarca no interior do Piauí, tem um padrão decepcionante, porque, arcando com o pêso de família, ganha salário de fome. Um velho magistrado, com os adicionais e decênios por tempo de serviço já ganha mais, mas nunca o bastante, para, na época atual, sustentar, com dignidade, a independência das funções judicantes. Sustenta por honra da missão (MENDES, Simplício. Tantos pesos, tantas medidas. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 135 p. 6, 8 dez. 1961).

Simplício Mendes argumenta que o governador teria afirmado em seu programa “Falando com o povo” que o aumento salarial dos juízes proposto na lei de organização judiciária é inviável porque se tornaria superior a remuneração do executivo que ganha 30.000,00 cruzeiros mensais. Para Simplício Mendes, a comparação feita pelo chefe do executivo é insustentável, uma vez que o governador conta com uma renda mensal e ainda tem a sua disposição residência parlamentar, “mordomia recheada”, segurança particular, ajuda de custo e carros oficiais de luxo.

Simplício Mendes acrescenta que a prova dos privilégios governamentais de Chagas Rodrigues pode ser observada em suas constantes viagens. Essa afirmação pode ser vista na coluna “Tantos pesos, tantas medidas” em que acrescenta que o governador retornou ao Piauí apenas para avisar que havia se encontrado com o presidente Goulart, mas que já estaria regressando para os estados da Guanabara e de Brasília, assim continuando a desfrutar de suas conversações e gastos supérfluos.

Referindo-se a Chagas Rodrigues como “oportunista” e “proveitador” na coluna “Bem amado, - o itinerante”, de 30 de novembro de 1961, Simplício Mendes fala que o governador cria estratégias para iludir a população piauiense, principalmente os trabalhadores rurais, aos quais chama de camponeses para tirar vantagens eleitorais.

Distribuindo enxadas das que o govêrno de S. Paulo mandou para as vítimas das últimas inundações e estavam escondidas, para fins demagógicos e eleitorais do esperto Bem Amado. Êle, na sua demagogia e propaganda própria aproveita tudo: - faz encenação, fuzarca, falas e gabação aos caboclos, a quem, com espanto dêles, apelida de camponeses, à moda comunista (MENDES, Simplício. Bem amado, - o itinerante. **Folha da Manhã**. Teresina,

ano V, n. 1. 129, p. 6, 30 nov. 1961).

Simplício Mendes não relata apenas uma distribuição de “enxadas” em sua coluna até por que a distribuição dessa ferramenta de trabalho aos agricultores, neste caso, ultrapassa a benfeitoria de Chagas Rodrigues e pode ser entendida como uma estratégia do chefe do executivo para adquirir o apoio político dos trabalhadores rurais. Importante destacar o engajamento do então governador pela implantação da Reforma Agrária, o que consequentemente lhe aproximava ainda mais do homem do campo. A organização no campo sempre foi observada de forma perigosa, posto que os agricultores, quando tivessem uma consciência de classe, poderiam reivindicar por seus direitos, em especial, o direito pela terra.

Outro fator a ser analisado é uso da palavra “demagogo” empregada por Simplício Mendes para configurar a doação de enxadas para as vítimas das inundações como um mecanismo de persuasão de Chagas Rodrigues, cujo objetivo é conseguir votos para sua próxima candidatura. Neste aspecto, o colunista destaca que as ações do governador se fazem “à moda comunista” referindo-se diretamente a ideia de que Chagas Rodrigues é comunista e como tal precisa ser controlado antes que faça uma revolução no campo.

O apoio de Chagas Rodrigues a Reforma Agrária sempre foi visto com desagrado por parte dos udenistas e até mesmo por alguns integrantes do PTB que não concordavam com a ideia da distribuição de terra entre os agricultores. No entanto, essas discussões em torno da Reforma Agrária foram ganhando cada vez mais força no governo chaguista, sobretudo, após o surgimento das Ligas Camponesas, movimento que teve início em Pernambuco e se expandiu por diversos estados brasileiros chegando até o Piauí. Conforme Oliveira (2008), o movimento das Ligas Camponesas no Piauí tinha como finalidade mobilizar os trabalhadores do campo para lutarem pela Reforma Agrária e para isso contaram com o apoio do governador Chagas Rodrigues, o que não agradou a elite agrária do Estado.

A aproximação do governador com as camadas mais pobres da população, através dos meios de comunicação de massa, não foi bem vista por muitos segmentos políticos, especialmente quando os discursos transmitidos, através de rádios ou pelo jornal escrito, reforçavam o apoio às organizações que lutavam pela Reforma Agrária. Desse modo, foi por meio do rádio que houve uma maior penetração dos discursos dos homens da cidade no campo. No ano de 1961, a decisão de apoio do governador às Ligas Camponesas do Estado foi uma das iniciativas mais polêmicas (OLIVEIRA, 2008, p. 81).

Ao falar sobre o apoio de Chagas Rodrigues aos trabalhadores rurais, Simplício Mendes na coluna “Congresso de operários e camponeses”, de 30 de abril de 1961, relata que o

governador anunciou em seu programa de rádio “Falando com o povo” sobre a realização do primeiro Congresso de Operários e Camponeses do Piauí, que ocorreu entre os dias 28 de abril e 1 de maio de 1961, reunindo lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais de diversos municípios do Estado. Sobre o congresso, Lima (2011) explica que Chagas Rodrigues ajudou financeiramente na realização do evento cedendo auditórios e salas do Colégio Estadual do Piauí, além da participação dos “Comandos Rurais, o Departamento de Saúde e o Departamento de Agricultura, tendo levado assistência social, médica, odontológica e técnica ao homem rural, com a distribuição de medicamentos, material escolar e ferramentas agrícolas” (LIMA, 2011, p. 84).

Para Simplício Mendes, outro fator bastante polêmico no governo de Chagas Rodrigues foi as relações partidárias entre o governador e alguns líderes políticos piauienses. A coluna “Crise no PTB piauiense” denuncia que Chagas Rodrigues estaria se apropriando do comando do PTB no Piauí, mesmo sendo o senador Mathias Olímpio⁴³ o presidente do partido. E assegura que: “Pouco a pouco, foi usurpando e capinando a influência do tradicional político barrense, no seio das hostes petebistas, até que, emproado e cantador chantecler, tomou conta do território” (MENDES, Simplício. Crise no PTB piauienses. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 203, p. 6, 14 mar. 1962). Segundo o colunista, o governador Chagas Rodrigues fez com que o senador Mathias Olímpio caísse no esquecimento político, principalmente no PTB.

Sob a afirmação de conhecer profundamente Mathias Olímpio, Simplício Mendes o define como político “moderado”, “concentrado” e “planejador de vinganças”, que não perdoaria Chagas Rodrigues por tê-lo desprezado no PTB:

O Senador não quererá desmerecer do seu passado, nêstes últimos arrancos de veterano lutador. Tudo indica, que iremos vê-lo na liça, ao lado do Deputado Clídenor, para o castigo e completa destruição da empáfia atrevida dêsse irrequieto e traiçoeiro – Chagas Rodrigues. Veremos em breve, por êsses dias, o que estamos prevendo e afirmando. O velho Senador Mathias não se deixará humilhar: Êle, apenas, precavido e prudente, como o é, estará esperando a hora. Ao seu lado também profundamente atingido pelas perfídias de Chagas Rodrigues, - está o movimentado deputado Clídenor de Freitas Santos, que, segundo se diz, fará vibrar os clarins da revolta dentro do P.T.B. piauiense, que as incapacidades dêsse Governador, desleal e ambicioso, - tudo tem feito para humilhar e conduzí-lo à derrota inevitável (MENDES, Simplício. Crise no PTB piauiense. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 203, p. 6, 14 mar. 1962).

43 Mathias Olímpio pertencia a UDN, mas foi convidado por Getúlio Vargas, na época presidente da República, a filiar-se ao PTB, assim outras lideranças políticas da UDN como Chagas Rodrigues e Demerval Lobão migraram para o Partido Trabalhista.

Nesta coluna, “Crise no PTB piauiense”, Simplício Mendes afirma que Chagas Rodrigues usando-se de falso moralismo se afastou da UDN piauiense, partido que o ajudou a eleger-lo governador, tendo como propósito de tal rompimento partidário dividir e destruir a UDN no Piauí. Do mesmo modo, lançando-se contra a atuação política do PSD piauiense. O colunista acrescenta que o chefe do executivo também enfrentava desavenças políticas com correligionários do próprio PTB, a exemplo, do deputado federal Clidenor Santos⁴⁴ para quem havia prometido que seria candidato à sua sucessão, o que não ocorreu.

Enganou Clidenor, a quem garantiu, que seria o candidato à sua sucessão. Em lugar dêle surpreendeu os mathiistas e preferiu Constantino Pereira, o seu igual e semelhante na arte de fraudar e enganar o povo. Mas está na hora da represália e, então, veremos o troar da inúbia, convocando aos postos os guerreiros da taba petebista. Ninguém perderá por esperar. O velho Mathias não perderá a vasa da vingança, que êle sempre disse ser néctar dos deuses (MENDES, Simplício. Crise no PTB piauiense. **Folha da Manhã**. Teresina, ano V, n. 1. 203, p. 6, 14 mar. 1962).

Essas desavenças políticas entre Chagas Rodrigues e alguns membros do PTB estavam associadas ao fato de o governador manifestar-se a favor da Reforma Agrária no Piauí. Lima (2011) explica que as principais lideranças petebistas não se manifestavam favoráveis a decisão do governador em apoiar a Reforma Agrária, a exemplo, do senador Mathias Olímpio que decidiu permanecer em Brasília se afastando da política estadual.

Nas eleições de 1962, Chagas Rodrigues procurou formar alianças políticas para se eleger ao cargo de deputado federal ou senador, bem como para fazer um sucessor no governo do Estado e, para isso, buscou uma união entre os três maiores partidos piauienses UDN-PTB-PSD. Ainda segundo Lima (2011), a UDN não concordava com o ideal progressista de Chagas Rodrigues e não fechou acordo com o PTB. Levando o partido trabalhista a tentar uma aliança com o PSD, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar um candidato a governador, ficando o PTB com a vice-governança e as duas vagas ao senado. Todavia, dentro do PSD não havia um consenso com relação às alianças estaduais. Logo, o ex-governador Gayoso e Almendra do PSD liderou um grupo de deputados estaduais que preferiram aderir ao PTB, já outros deputados e o vice-presidente do partido trabalhista, João Clímaco de Almeida e o deputado federal Dirno Pires de Castro, preferiram aderir a coligação PSD-UDN.

Na aliança PTB-PSD, de 1962, foi lançado o nome de Constantino Pereira de Souza

⁴⁴ Clidenor de Freitas Santos, foi médico e professor. Na política foi eleito deputado federal em 1958 pelo PTB, chegando ao posto de vice-líder da bancada da Frente Parlamentar Nacionalista.

(PTB) como candidato a governador e de Valter Alencar (PTB) para vice-governador, que contou com o apoio de Chagas Rodrigues. A aliança entre o PTB e o PSD não agradou o senador Mathias Olímpio, presidente do PTB, que acabou não apoiando a coligação partidária, e ainda responsabilizou Chagas Rodrigues por todos os problemas que o PTB estava enfrentado.

Segundo Lima (2011), esse embate político entre os próprios membros do PTB resultou em um esfacelamento entre os políticos do partido, o que levou os senadores Mathias Olímpio, Leônidas Melo, João Mendes e o deputado Clidenor de Freitas Santos a apoiarem a UDN nas eleições de 1962. Na aliança UDN-PSD (que também contou com o apoio de alguns líderes petebistas) foram lançados os nomes de Petrônio Portela Nunes, então prefeito de Teresina (PI), e o deputado estadual João Clímaco d'Almeida, respectivamente para governador e vice-governador do Piauí. Petrônio Portela articulou sua candidatura junto aos políticos pertencentes ao PSD-PTB-UDN, de forma a conseguir o apoio dos três partidos, como assegura Lima (2011, p. 128):

Petrônio Portela conseguiu o apoio da UDN liderada pelo vice-governador Tibério Nunes (1958-1962), juntou parte do PSD liderando pelo ex-governador Pedro Freitas e seu irmão Antônio Freitas, reuniu dissidentes do PTB, liderados pelo deputado Clidenor de Freitas Santos e de partidos menores como PDC (Partido Democrata Cristão), PSP (Partido Social Progressista), PST (Partido Social Trabalhista), PTR (Partido Trabalhista Renovador) e PR (Partido da República).

Ainda de acordo com Lima (2011), o udenista Petrônio Portela era opositor da família Freitas, pertencentes ao PSD. Mas, por “motivos sentimentais”, em 1962, Petrônio Portela começou a se aproximar de seus adversários, pois cortejava a filha de Pedro Freitas. Neste interesse, o então prefeito de Teresina (PI) “[...] mostrou-se um verdadeiro estrategista político unindo naquele momento as famílias em meio ao debate ideológico entre os dois partidos, PSD e UDN, barrando dessa forma, as pretensões dos petebistas” (LIMA, 2011, p. 129).

Em 1962, Petrônio Portela foi candidato pela chapa formada com partidos UDN, PSD, PTB, PDC, PSP, PST, PTR, PR e enfrentava nas urnas o candidato Constantino Pereira do PTB, que naquele ano contou somente com o apoio do governador Chagas Rodrigues e de alguns integrantes do PSD.

Chagas Rodrigues⁴⁵ se candidatou ao senado e a deputado federal. Nesse período, a

45 Chagas Rodrigues conseguiu se eleger mais uma vez a deputado federal em 1967, mas teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos pelo Ato Institucional n.5.

legislação permitia duas candidaturas para cargos distintos. Assim, Chagas Rodrigues renunciou ao governo do estado do Piauí em 6 de julho de 1962. Com o esfacelamento do PTB, Chagas Rodrigues não conseguiu obter grandes apoios para suas candidaturas, sendo eleito somente a deputado federal.

Mesmo depois de Chagas Rodrigues renunciar ao cargo de governador do Piauí, em julho de 1962, Simplício Mendes continuou denunciando as irregularidades cometidas pelo chefe do executivo. Uma das acusações refere-se às “irregularidades”, “abusos” e “desvios” de dinheiro no Departamento de Estradas de Rodagem (DER) entre os anos de 1959 e 1962. Em relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito apresentado à Assembleia Legislativa e assinado pelos deputados Pedro Portela, Wilson Parente, Celso Barros e José Odon se verificou diversos erros no DER.

É de espantar. Sabíamos que aquilo não andava bem. Os desvios eram grandes, - as irregularidades imensas, porque, de tanto abusar-se das facilidades administrativas - lá naquele Departamento, onde estavam milhões - milhões destinados à construção de rodovias, neste pobre e infeliz Piauí, - alguma coisa extravasada e respirava aqui fora. Mas nunca supúnhamos, que fosse tanto, - que tanto e tamanho saque se desse naquele Departamento, - onde os homens do enriquecimento ilícito se banquetevavam em verdadeiro festim de Baltazar. A orgia não teve limites: - as estradas inauguradas são o testemunho da miséria humana. Não foram concluídas e muitas mal foram iniciadas e custaram centenas de milhões, entregues, de mãos beijadas, aos empreiteiros, para o gozo deles e dos seus respectivos protetores (MENDES, Simplício. O D.E.R.: festim de Baltazar. **Folha da Manhã**. Teresina, ano VI, n. 1. 574, p. 6, 6 ago. 1963).

Salientando a existência de empreiteiras sem nenhum contrato assinado com o DER, Simplício Mendes delata certas empresas que recebiam milhões a título de bonificação, mas não assumiam nenhum dever ou compromisso contratual. Ao total de 12 firmas, as que mais receberam dinheiro do departamento foram a de José Napoleão Azevedo, com 58.696.000,00; a Sociedade Igara de Engenharia Ltda., com 92.000.000,00; e a “construtora Unialves”, com 13.883.689,00.

De acordo com Nascimento (2018), no governo de Jacob Gaioso e Almendra (PSD) houve um processo de modernização da administração estadual no que diz respeito a infraestrutura básica das rodovias piauienses, sobretudo, após a criação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, no entanto, essas estradas ainda se encontravam em situações precárias. O autor ainda afirma que Chagas Rodrigues após ser eleito governador em 1958 procurou conduzir o seu mandato através de um discurso de modernização do Piauí, tendo como foco o desenvolvimento do Estado para retirar o Piauí da condição de mais pobre da federação,

contudo, as rodovias estaduais continuavam na mesma situação do governo anterior. O autor assegura que “[...] é verdade que as estradas existiam, mas a poeira no período sem chuvas e a lama no período chuvoso dificultavam o deslocamento de pessoas e o transporte de mercadorias” (NASCIMENTO, 2018, p. 9). De forma que, apesar da existência dessas estradas, estas se encontravam em péssimas condições de tráfego, pois se tratavam de rodovias carroçais.

É possível analisar na coluna “O D.E.R.: festim de Baltasar” que Simplício Mendes se utiliza dos dados sobre as irregularidades no DER como uma comprovação real dos desvios de verbas públicas por parte do governador, ao qual abusou das “facilidades administrativas” para saquear o departamento. Dessa maneira, as rodovias piauienses estavam numa situação de total calamidade enquanto que os “empreiteiros” e seus “respectivos protetores” enriqueciam de forma ilícita.

Nesta coluna também fica evidente que Simplício Mendes se utiliza da mesma linha discursiva adotada em seus textos anteriores para configurar Chagas Rodrigues como um governador que não se preocupava com a população piauiense, mas sim em usar do dinheiro público em benefício próprio e para isso se utilizou de corrupção em diversos setores do governo do Estado, a exemplo, do DER.

Neste capítulo se pode observar que Simplício Mendes condiciona o governador Chagas Rodrigues como um político “sem moral”, “decência” e “apoiador do comunismo” que através de sua “demagogia” governamental se aproximava dos mais pobres para conseguir se reeleger a algum cargo representativo. É importante destacar que essas discussões de Simplício Mendes contra Chagas Rodrigues se davam, sobretudo, pelo rompimento partidário da UDN com o PTB. É notável que entre 1958 e meados de 1960 Chagas Rodrigues é enunciado na coluna “Televisão” como uma figura política respeitável, honesta e de grande experiência na administração pública. Entretanto, nota-se que a partir do momento que o governador petebista não segue os “conselhos” de Simplício Mendes, por conseguinte do partido da UDN, a sua produção discursiva muda completamente. Ou seja, verifica-se que o colunista se coloca no papel de combater a administração chaguista pela imprensa e, para tanto, constrói discursos com emprego de uma linguagem virulenta apresentando o governador como um mau administrador da máquina pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresenta uma análise da coluna “Televisão” assinada por Simplício de Sousa Mendes e que foi publicada no jornal *Folha da Manhã* no período de 1958 a 1964. Analisa-se os discursos relacionados à política partidária que ganharam visibilidade na coluna “Televisão” assinada por Simplício Mendes no período de 1958 a 1964, especialmente, as ações administrativas do governador Chagas Rodrigues, eleito em 1958 pela coligação PTB-UDN. Este recorte temporal da pesquisa que compreende o final da década de 1950 e início da 1960 do século XX perpassa por um processo de grandes modificações na imprensa brasileira. Nesse período ocorrem mudanças estruturais nas redações dos jornais impressos, seja pela chegada de novos equipamentos tecnológicos nas tipografias desses periódicos, seja pelo uso de novas técnicas no processo gráfico e de produção textual, haja vista a transição ocorrida na elaboração dos conteúdos jornalísticos que seguiam inicialmente o modelo francês, sendo a opinião predominante no texto, mas que gradativamente foi perdendo espaço para um texto mais informativo, cujo principal critério passou a ser a utilização da objetividade, tendo como modelo o padrão de jornalismo norte-americano (RIBEIRO, 2003).

As modificações na produção de conteúdo ocorreram de forma gradual, de maneira que a opinião, ainda continuava predominando nas redações dos jornais. A política partidária era o assunto de maior evidencia nas páginas dos impressos, uma vez que a maioria dos jornais eram criados por políticos/partidos ou dependiam da publicidade destes para manterem-se em funcionamento, a exemplo, do jornal piauiense *Folha da Manhã*, fundado pelo então deputado federal Marcos Parente, filiado a UDN. Este diário, além de divulgar positivamente a atuação dos correligionários udenistas, combatia por meio de seus discursos os políticos e partidos de oposição.

A coluna “Televisão” assinada por Simplício Mendes e publicada pelo jornal *Folha da Manhã* também tinha como principal temática a política partidária. Era através de suas publicações diárias que o colunista emitia suas opiniões e percepções sobre os partidos e representantes políticos, tendo como principal enfoque os acontecimentos políticos piauienses. Filiado a UDN, Simplício Mendes apresentava-se como fiel escudeiro dos interesses do seu partido, defendendo membros correligionários e, por conseguinte, denunciando tudo que considerava irregularidades das práticas administrativas da oposição, bem como de políticos e personalidades públicas que não eram udenistas.

Simplício Mendes era um renomado intelectual, presidente da Academia Piauiense de Letras (APL), desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, latifundiário, professor da

Faculdade de Direito do Piauí e uma forte liderança política da UDN no estado do Piauí. Na imprensa local assumiu diversos cargos administrativos como a direção da *Imprensa Oficial* e o *Diário Oficial*, no governo de Antonino Freire (1910-1912). Entretanto, era no exercício diário da escrita que Simplício Mendes atuava na imprensa e no jornalismo piauiense escrevendo sobre diversos assuntos, contudo, dando maior ênfase às questões políticas partidárias.

Era por meio de sua larga atuação no judiciário, perpassando pelas diversas escalas da judicatura, que Simplício Mendes demonstrava todo o domínio sobre a aplicação de leis e regimentos constitucionais, o que o levava a utilizar-se do conhecimento jurídico para atacar ou defender representantes e partidos políticos. Os textos publicados pelo colunista também deixavam evidente diversas denúncias contra membros do judiciário, sobretudo juízes que, segundo ele faziam uso dos seus cargos para auxiliarem indevidamente partidos e políticos em troca de benefícios pessoais.

Através de seus discursos Simplício Mendes defendia que a atuação do judiciário era de “superior grandeza” para manter o equilíbrio nas instituições sociais, atividades políticas, civis e econômicas do Brasil, sendo o sistema jurídico condicionado como mediador da moralidade social e os juízes como personagens fundamentais para o estabelecimento e aplicação das leis. Defendia através da coluna “Televisão” a ética, a moral e lisura dos magistrados na função, por considerar que se eles não seguissem rigorosamente os preceitos da lei aos quais são impostos pelo sistema jurídico, toda a judicatura e a população padeceria. A falta de moral e ética de determinados representantes jurídicos foi pautado por Simplício Mendes para denunciar juízes piauienses que se serviam de suas posições apenas para adquirirem privilégios.

O anticomunismo também ganhou visibilidade na coluna “Televisão”. Era mediante acusações contra partidos políticos, instituições e pessoas consideradas comunistas que Simplício Mendes deixava evidente sua aversão ao comunismo e regimes governamentais não capitalistas. Na política nacional destacava João Goulart e Leonel Brizola como importantes lideranças políticas responsáveis pela propagação do regime comunista no Brasil. Se colocava em defesa da propriedade privada e contra a Reforma Agrária, que ganhou notoriedade no governo do presidente Goulart. No Piauí, Simplício Mendes acusava o então governador Chagas Rodrigues (PTB) de apoiar o comunismo por meio do movimento das Ligas Camponesas no Piauí que atuavam na organização dos sindicatos rurais os orientando a lutarem por seus direitos no meio rural.

Simplício Mendes em sua coluna responsabilizava os sindicatos rurais do Piauí de promoverem “agitações” e “badernas” em todo o estado. Denunciando até mesmo a Igreja

Católica, o colunista afirmava que alguns religiosos da arquidiocese de Teresina (PI), que atuavam também como agentes sindicalistas rurais promoviam o comunismo no estado, além de apresentar o trabalhador rural como um indivíduo “primário”, “peso morto”, “inútil” e sem aptidões para viver em sociedade. Avesso ao comunismo, Simplício Mendes considerava que sua possível ascensão era um perigo real para a sociedade democrática e, por este motivo, qualquer forma de apoio ao comunismo deveria ser combatida, assim conservando e garantindo a segurança da nação brasileira.

A política partidária perpassou a trajetória de Simplício Mendes, enquanto liderança da UDN no Piauí, sendo um dos fundadores do partido em solo piauiense. Na imprensa utilizou-se da coluna “Televisão” como instrumento de divulgação da política partidária. Simplício Mendes defendia que o jornalista deveria usufruir do seu direito à liberdade de opinião para impor a “crítica moderada”, mas “incisiva” sobre os acontecimentos políticos, assim fortalecendo a prática jornalística. Para o colunista, a crítica lançada em torno de partidos e políticos deveria ser norteadada pela ética jornalística.

Através da leitura e da análise da coluna “Televisão”, entende-se que a ética no jornalismo era trazida à tona sempre que Simplício Mendes pretendia se autodeclarar como imparcial diante dos acontecimentos políticos partidários que opinava, criticava e julgava por meio do jornal *Folha da Manhã*. Porém, o que se verifica é que o colunista adotava uma prática discursiva semelhante à da maioria dos jornais do período em análise, ou seja, defendia um jornalismo objetivo e neutro, enquanto que na prática empregava uma linguagem agressiva para denunciar partidos e políticos contrários a UDN. Também era por meio de sua coluna que Simplício Mendes instituía discursos favoráveis a políticos pertencentes a UDN, bem como a candidatos que formavam alianças com o partido udenista, tais como: Petrônio Portela (UDN), Jânio Quadros (PTN) e Chagas Rodrigues (PTB), que em pleitos eleitorais ganharam visibilidade positiva nas publicações da coluna “Televisão”.

Durante os anos que atuou na imprensa piauiense, Simplício Mendes atribuiu para si o papel de vigilância das autoridades políticas, de maneira a reprovar e denunciar o que considerava irregularidades e falta de ética e desmandos políticos e partidários do governo federal, estadual e municipal. Neste contexto, pode-se destacar a figura do governador piauiense Chagas Rodrigues, eleito pela aliança partidária entre o PTB e a UDN nas eleições de 1958. Inicialmente o chefe do executivo foi apresentado na coluna “Televisão” como um governante “moço”, “idealista”, “bem animado” e “experiente” para a administração pública. No entanto, após a UDN não ganhar visibilidade no governo do Estado, os udenistas romperam com o PTB em 1961. Com isso, o que se observa é que a produção discursiva de Simplício Mendes em

relação a Chagas Rodrigues deixa de ser positiva e passar a ser crítica e de caráter combativo no qual a imagem de Chagas Rodrigues passa a ser representada discursivamente de forma negativa. Este comportamento fica mais claro nas colunas analisadas no ano de 1961 em que Simplício Mendes aborda as constantes viagens governamentais realizadas por Chagas Rodrigues para apresentá-lo como um gestor “ausente”, “turista”, “itinerante” que se utiliza das verbas públicas para viagens em detrimento das reais necessidades do Piauí.

Combatendo discursivamente Chagas Rodrigues, Simplício Mendes posiciona-se em defesa dos interesses da UDN e qualifica a gestão chaguista como uma administração marcada pelo descontrole financeiro e pela falta de moralização política. Os políticos aliados ao governador também eram atacados pelo colunista, sendo representados como sujeitos sem “moral” política e que seguem os mesmos passos de Chagas Rodrigues na busca de benefícios próprios e não para a coletividade. Mesmo depois de Chagas Rodrigues renunciar ao cargo de governador do Piauí, em julho de 1962, Simplício Mendes continuou denunciando o que considerava irregularidades cometidas pelo ex-chefe do executivo, ao qual configurava como um governante despreocupado com a população piauiense e que se utilizou do dinheiro público por meio de corrupção em diversos setores administrativos do Estado.

Evidente que essas discussões de Simplício Mendes contra Chagas Rodrigues estão associadas ao rompimento partidário da UDN e do PTB. Ao se analisar os discursos do colunista é possível identificar que em diversas ocasiões Simplício Mendes denuncia fortemente os erros da administração chaguista. Era construindo negativamente a imagem de Chagas Rodrigues em suas colunas que ele afirmava que seu papel na imprensa e no jornalismo era defender a moralidade e a ética na política partidária, tanto no Piauí quanto no Brasil.

Com relação a metodologia e teoria desta dissertação, lançou-se mão da Análise de Discurso dando preferência para as discussões teóricas de Orlandi (1994; 1995; 1998; 2007), que condiciona a análise dos textos a partir do processo sócio-histórico, sendo a produção do discurso atravessada por meio da linguística e pela ideologia. Nesse contexto, a coluna “Televisão” e o jornal *Folha da Manhã* foram objetos de pesquisa como fonte de análise para os assuntos em questão. Com base nessa concepção analítica, buscou-se na coluna “Televisão”, assinada por Simplício Mendes, analisar seus enunciados, o que ajudou a compreender as discussões políticas partidárias no recorte temporal entre 1958 e 1964.

Apesar de centrar a atenção na coluna “Televisão” e na produção discursiva de Simplício Mendes sobre a política, os partidos políticos e o fato político, essa dissertação trata de um período da história da imprensa no Piauí, em particular do jornal *Folha da Manhã*. Considerando que até onde foi pesquisado não existem trabalhos que analisem os discursos

publicados por Simplício Mendes na coluna “Televisão” como objetos de pesquisa, mas apenas como fontes, desse modo esta dissertação se faz relevante para os estudos do jornalismo e da imprensa piauiense no período em que ambas se encontravam em processo de modernização. Com isso, procurou-se através desta pesquisa contribuir para os estudos acerca do jornalismo no Piauí, com ênfase na abordagem política partidária e nos discursos opinativos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, n. 41, 1964.
- ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: Uma administração conturbada. *In*: Lima, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Orgs.). **Governo e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Teresina: Book Link, 2009.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- _____. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-56.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: nota sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. Tradução para fins didáticos de Drécrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la recherche em sciences sociales*, p. 69-73, maio, 1981.
- _____. Pensar a política. Tradução para fins didáticos de Penser la politique. *In*: **Actes de la recherche en sciences sociales**, p. 2-3, jun, 1988.
- _____. **A ilusão biográfica**. *In*: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.
- BRANCO. Lili Castelo. **Vida romanceada de Simplício de Sousa Mendes**. CO-EDIÇÃO: Academia piauiense de Letras e Fundação Cultural do Piauí. Teresina, 1987.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. (2006) Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>>. Acessado em: 20.jun.2018.
- CARVALHO, Eder Aparecido. **PSD, UDN E PTB, os três grandes partidos da terceira República**. São Paulo: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano I, Edição I. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17036/0>>. Acessado em: 12.out.2018.
- CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Revista Tem, v. 14, n. 28, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042010000100006&script=sci_abstract&tlng=

pt >. Acessado em: 03.mar.2018.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FREIRE, Ana F. Matos; FERREIRA, Nathalia B. da Silva. **Discurso e ideologia: uma análise da capa da revista Veja e da resposta de ‘memes’ nas redes sociais**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/sinalge/trabalhos/TRABALHO_EV066_MD1_SA19_ID324_15032017191516.pdf>. Acessado em: 07.nov.2018.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. São Paulo: Revista de Linguística Alfa, v.39, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>>. Acessado em: 07.abr.2018.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena, coordenação; FREIRA, Américo [et al.]. **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Dados sobre Miguel Alves (PI). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/miguel-alves/historico>>. Acesso em: 07. maio 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo e ética no século XXI**. São Paulo: Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 13, n.13, 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/viewFile/2185/2111>>. Acessado em: 10.dez.2018.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”**. In: ABREU, Alzira (org.). *A imprensa em Transição*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1995.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em *O Dia*, *A Cidade e Jornal do Piauí* (1951 a 1954)**. 2014. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELO, José Marques de. **Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1985.

MIGUEL, Luís; BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092010000200004&script=sci_abstract&tln

g=pt >. Acessado em: 19.dez.2018.

MOURA, Harrison. **A estrutura social hierárquica brasileira e racista e sua influência na educação**. Rio de Janeiro: Revista Científica das Faculdades Integradas de Jaú, v. 11, n. 1, 2014.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida**. 2006. Disponível em: <[http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20\(des\)%20conhecida%20%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf](http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20(des)%20conhecida%20%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf)>. Acessado em: 05.nov.2018.

MAROCCO, Beatriz; CARDOSO LIMA, Nilsângela; MOURA VIEIRA, Karine. A estratégia da invisibilidade em O Dia. Contribuição para o estudo do pseudônimo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: ><https://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/129>>. Acessado em: 07.abr.2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. Reorganizando em meio ao refluxo: **Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970**. Recife: Revista de Pesquisa Histórica Clio, n. 28, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24240>>. Acessado em: 08.mar.2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do discurso do jornal "O Dia"**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

_____. **O Soldado da democracia: Simplicio de Sousa Mendes e o anticomunismo no Piauí**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.quick-surf.com/search?hl=pt-BR&gl=br&ei=06W6KgK4qRwgTwtYeICg&btnG=Pesquisar&q=O+Soldado+da+dmoracia%3A+Simpl%C3%ADcio+de+Sousa+Mendes+e+o+anticomunismo+no+Pia%C3%AD>>. Acessado em: 05.jun.2018.

_____. **A cruzada antivermelha - democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. 2008. 265 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

_____. **Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. 2016. 522 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Brasília: Revista Em Aberto, ano 14, n. 61, 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1943>>. Acessado em: 05.set.2018.

_____. **Texto e discurso**. 1995. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/18605588-Texto-e-discurso-eni-puccinelli-orlandi.html>>. Acessado em: 06.set.2018.

_____. **Discurso e argumentação: um observatório do político.** Florianópolis: Fórum linguístico, n.1, p. 73-81, 1998. Disponível em: < file:///C:/Users/HOSANA%20TENORIO/Downloads/6915-20890-1-PB.PDF >. Acessado em: 15.out.2018.

_____. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo.** 2007. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf >. Acessado em: 10.jun.2018.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux** / organizadores 3.ed. Francaise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] — 3. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. Disponível em: > http://www.sergiofreire.pro.br/ad/GADET_HAK_PUAAD.pdf >. Acessado em: 02.agosto.2018.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí.** 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1996.

QUELER, Jefferson José. **Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960)**, v. 14, n. 28, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a03v1428.pdf >. Acessado em: 18.fev.2019.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense atuação política no século XIX.** Rio de Janeiro. 1ª Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2003. Disponível em: <http://www.quicksurf.com/search?q=Imprensa%20Piauiense%20atua%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20no%20s%C3%A9culo%20XIX&source=cd5d0d26ebdd4bfd80e19e0b86667da5 >. Acesso em: 12.mai.2018.

REIS, Carla Darlem Silva. **O poder das “forças terríveis”: a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964.** São Paulo: Boletim Historiar, n. 15. 2016. Disponível em: < https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/viewFile/5585/4600 >. Acessado em: 02.fev.2019.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2003. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2186/1325 >. Acesso em: 12.jun.2018.

RUELLAN, Denis. **Corte e costura do jornalismo.** São Paulo: Revista Líbero, ano IX, n. 18, 2006. Disponível em: < https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Corte-e-costura-do-jornalismo.pdf >. Acessado em: 07.jan.2019.

ROCHA, Damião Cosme de Carvalho. **Nas franjas da história: singularidade e distinção na constituição da liga camponesa de Matinhos na terra dos carnaubais – Piauí.** 2017. 296 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, André F. Pereira Reid. **Uma introdução à Sociologia das profissões jurídicas.** São Paulo: Prisma Jurídico, v. 11, n.1, 2012. Disponível em: < https://www.ufpe.br/documents/685425/0/socjur_ProfJur+sociologia/252942fc-ca8f-4a67-9870-4c24e94ffb86 >. Acessado em: 03.jan.2019.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945 – 2000).** Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Ramsés E. Pinheiro de Moraes. **Tempo de lutar: As Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior - Piauí (1962-1963)**. Teresina: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. 2007. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851248_ARQUIVO_ArtigoRamsesPinheiroXXIXSimposioNacionaldeHistoria.pdf >. Acessado em: 07.jan.2019.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983. Disponível em: <http://www.escolasapereira.com.br/storage/post_arquivos/1929/W5m0MuXxqCZmwyVwyDCiO%20que%20e%20comunismo%20-%20Arnaldo%20Spindel.pdf >. Acessado em: 13.jul.2018.

TOLEDO, Caio Navarro. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, n 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002 >. Acessado em: 20.nov.2018.